



Ana Luísa Gariso Mendes

“ECOVILLA DE SAURIO” CENTRO DE EDUCAÇÃO & FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Relatório de Projeto do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo,
apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia,
sob a orientação da Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque

Setembro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ana Luísa Gariso Mendes

**“ECOVILLA DE SAURIO”
Centro de Educação & Formação
para o Desenvolvimento Rural Sustentável**

**Relatório de Projeto do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo,
apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia,
sob a orientação da Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque**

Setembro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“Também é empreendedor o jovem que acha que deve fazer qualquer coisa pelos outros e, porque não, até por si próprio (...) ser empreendedor é acima de tudo, ter iniciativa e querer fazer coisas.”

Nuno Mangas - Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, 2012

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque, por ter aceite este desafio e por me ter acompanhado ao longo deste processo de crescimento e de aprendizagem.

Aos Professores do Mestrado, pelos conhecimentos transmitidos e experiências enriquecedoras para a nossa conduta pessoal e profissional.

A todos os entrevistados que contribuíram para a realização deste trabalho, desempregados e entidades concelhias, que aceitaram o desafio de partilharem connosco não só o seu tempo mas acima de tudo a sua experiência de vida e por nos fazerem acreditar na mudança.

Ao Gabinete de Inserção Profissional do Município de Soure pela disponibilidade e auxílio.

À minha Família e Amigos por todo o apoio, paciência e motivação.

A todos um grande bem-haja!

RESUMO

Os últimos anos têm sido palco de profundas transformações na sociedade, nas estruturas de poder e de autoridade, nas formas de produzir e de comercializar. Os avanços tecnológicos aliados à globalização da maioria das economias e mercados industriais, originaram alterações profundas nas formas de produção e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, causando o aumento do desemprego, do risco social e da exclusão para um número elevado de trabalhadores em todo o mundo.

Sendo o Emprego considerado como o principal mecanismo de integração social, numa situação de desemprego o indivíduo confronta-se com a diminuição dos seus rendimentos, a alteração do estatuto social, a modificação do relacionamento com os outros, um sentimento de fracasso, depressão e baixa-autoestima, de isolamento social, que pode conduzir à pobreza e à exclusão social.

Ao mesmo tempo a conceção de desenvolvimento rural foi sofrendo alterações, beneficiando, atualmente, de uma renovada atração com origem na ideia segundo a qual a preservação dos recursos do património natural e construído, bem como das produções tradicionais, encontram uma procura de mercado suscetível de contribuir para a revitalização das economias locais.

A EcoVilla de Saurio – Centro de Educação & Formação para o Desenvolvimento Sustentável surge assim, neste contexto, como uma tentativa de resposta empreendedora e inovadora que pretende contribuir para a preservação e valorização do património e do território rural. Com o início da sua atividade nas áreas da agricultura, do ambiente e do turismo, pretende não só dinamizar a economia local, como também promover a integração social de pessoas desempregadas, originando mais oportunidades de emprego, e convidando a população mais idosa a manter um envelhecimento ativo, participativo e saudável, criando desta forma mudança e valor social.

Palavras-chave: desemprego, integração social, desenvolvimento sustentável, territórios rurais, envelhecimento ativo, empreendedorismo, inovação social.

ABSTRACT

The last few years have been deeply affected by changes in society, structures of power and authority and the ways of producing and commercializing. Technological advances, combined with the globalization of most economies and industrial markets, led to deep changes in the forms of production and consequently in the labor market, causing increased unemployment, social risk and exclusion for a large number of workers worldwide.

Employment being considered the main mechanism of social integration, an unemployed individual is faced with a drop in its income, the amendment to the bylaws, a change in the relationship with others, a sense of failure, depression and low self-esteem and social isolation which can lead to poverty and social exclusion.

Likewise, the concept of rural development has undergone changes, currently benefiting a renewed attraction based on the idea that the preservation of natural and built heritage, as well as of traditional production, finds a market demand likely to contribute to the revitalization of local economies.

The EcoVilla of Saurio – Education and Training Centre for Sustainable Development thus emerges in this context as an attempt of entrepreneurial and innovative response that aims to contribute to the preservation and enhancement of heritage and rural territory. With the start of its activity in agriculture, environment and tourism, it aims not only to boost the local economy, but promote the social integration of the unemployed, creating more employment opportunities and inviting the elderly to maintain a healthy, active and participating aging, thereby creating change and social value.

Keywords: Unemployment, social integration, rural territory, active aging, entrepreneurship, social innovation

RÉSUMÉ

La société a subi de profondes transformations ces dernières années, dans les structures de pouvoir et d'autorité, dans les façons de produire et de commercialiser. Les progrès technologiques alliés à la mondialisation de la plupart des économies et des marchés industriels, sont à l'origine de profonds changements dans les formes de production et par conséquent dans le marché du travail, entraînant une augmentation du chômage, du risque et de l'exclusion sociale pour un grand nombre de travailleurs dans le monde entier.

L'emploi étant considéré comme le principal mécanisme d'intégration sociale, dans une situation de chômage l'individu est confronté à une baisse de ses revenus, au changement de son statut social, à la modification de sa relation avec les autres, à un sentiment d'échec, à la dépression et une faible estime de soi, à l'isolement social, ce qui peut conduire à la pauvreté et à l'exclusion sociale.

Simultanément la conception du développement rural a subi des modifications, qui bénéficient actuellement d'une attraction renouvelée, originaire d'une idée selon laquelle la préservation des éléments du patrimoine naturel et bâti, ainsi que des produits traditionnels trouvent une demande du marché susceptibles de contribuer à la revitalisation des économies locales.

L'EcoVilla de Saurio - Centre d'Éducation & Formation pour le Développement Durable apparaît donc dans ce contexte comme une tentative de réponse entrepreneuriale et innovante qui vise à contribuer à la préservation et la valorisation du patrimoine et du territoire rural. Avec le début de son activité dans les domaines de l'agriculture, de l'environnement et du tourisme, il vise non seulement à stimuler l'économie locale, ainsi que la promotion de l'intégration sociale des chômeurs, en créant plus de possibilités d'emploi et en invitant les personnes âgées à maintenir un vieillissement actif, participatif et en bonne santé, en engendrant ainsi le changement et la valeur sociale.

Mots-clés: le chômage, l'intégration sociale, le développement durable, les territoires ruraux, le vieillissement actif, l'entrepreneuriat, l'innovation sociale.

LISTA DE ABREVIATURAS

I&D	Investigação e Desenvolvimento
OCDE	Comissão para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística
EAPN	Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal
UE	União Europeia
PIB	Produto Interno Bruto
ESF	Fundo Social Europeu
EaSI	Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social
PROGRESS	Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social
EURES	EUROpean Employment Services
FEG	Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização
IEFP, I.P.	Instituto do Emprego e Formação Profissional
ONG	Organizações não-governamentais
INFAP	Instituto de Formação e Ação em Políticas Sociais
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
TER	Turismo no Espaço Rural
PEN	Plano Estratégico Nacional
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
IES	Instituto do Empreendedorismo Social
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
A1	Autoestrada nº 1
IC2	Itinerário Complementar 2
N1	Estrada Nacional nº 1
A17	Autoestrada nº 17
IC3	Itinerário Complementar nº 3
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ADFP	Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional
DNUEDS	Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
DEDS	Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
CNU	Comissão Nacional da Unesco

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
ASPEA	Associação Portuguesa de Educação Ambiental
LPN	Liga para a Proteção da Natureza
CES	Centro de Educação para a Sustentabilidade
CESE	Comité Económico e Social Europeu

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. PRINCIPAIS DOMÍNIOS TEMÁTICOS DO ACORDO DE PARCERIA - PORTUGAL 2020	27
TABELA 2. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES CONCELHIAS SEGUNDO A DATA DE CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS	46
TABELA 3. CARATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DESEMPREGADOS	47
TABELA 4. ANÁLISE SWOT DO CONCELHO DE SOURE	61
TABELA 5. EIXO DE ANÁLISE - IMPACTOS DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	67
TABELA 6. EIXO DE ANÁLISE - DIFICULDADES DE (RE)INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	69
TABELA 7. EIXO DE ANÁLISE - ESTRATÉGIA NA PROCURA DE EMPREGO	70
TABELA 8. EIXO DE ANÁLISE - BENEFÍCIOS DO EMPREGO	71
TABELA 9. EIXO DE ANÁLISE - SOLUÇÕES PARA MINIMIZAR O PROBLEMA DO DESEMPREGO	72
TABELA 10. EIXO DE ANÁLISE - O MEIO RURAL (SETOR AGRÍCOLA).....	73
TABELA 11. EIXO DE ANÁLISE - CONDIÇÕES DE TRABALHO MAIS IMPORTANTES	75
TABELA 12. EIXO DE ANÁLISE - CONTRIBUTO DO MEIO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO)	77
TABELA 13. EIXO DE ANÁLISE - OPORTUNIDADES QUE O CONCELHO DE SOURE PODE OFERECER	77
TABELA 14. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES E INDICADORES DE AVALIAÇÃO	97

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
FIGURA 2. MAPA DO CONCELHO DE SOURE.....	49
FIGURA 3. RUÍNAS DE CONÍMBRIGA	51
FIGURA 4. CASTELO DE SOURE.....	52
FIGURA 5. IGREJA MATRIZ DE SOURE.....	52
FIGURA 6. PISCINAS MUNICIPAIS DE SOURE E DE VILA NOVA DE ANÇOS	56
FIGURA 7. PAÚL DA MADRIZ	58
FIGURA 8. QUEIJO RABAÇAL	59
FIGURA 9. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PROJETO	81
FIGURA 10. ESQUEMA GERAL DA ECOVILLA DE SAURIO.....	82
FIGURA 11. CRONOGRAMA, AÇÕES E RECURSOS.....	96
FIGURA 12. MATRIZ DE ANÁLISE DE STAKEHOLDERS	99
FIGURA 13. CENÁRIOS PROSPETIVOS DA ECOVILLA DE SAURIO.....	102

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A - PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO DEFINIDAS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014-2020)	123
ANEXO B - GUIÕES DE ENTREVISTA	124
ANEXO C - DADOS DE CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES CONCELHIAS E DOS ENTREVISTADOS	130
ANEXO D - DADOS DE CARATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DESEMPREGADOS	136
ANEXO E - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA ENTIDADES CONCELHIAS E DESEMPREGADOS.....	139
ANEXO F – CARATERÍSTICAS DO TERRITÓRIO DE SOURE.....	141
ANEXO G – O CASTELO E A ORDEM DO TEMPLO	142
ANEXO H – PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DE SOURE	143
ANEXO I - GASTRONOMIA TRADICIONAL DO CONCELHO DE SOURE	146
ANEXO J - ANÁLISE SWOT DO CONCELHO DE SOURE	147
ANEXO K - ANÁLISE DE CONTEÚDO	159
ANEXO L - ÁRVORE DE PROBLEMAS	176
ANEXO M - MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO	177
ANEXO N - ESQUEMA SIMPLIFICADO DA ECOVILLA DE SAURIO	181

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	13
PARTE I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	16
CAPÍTULO 1. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÓMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO	17
1.1. O significado atribuído ao trabalho no decorrer dos séculos.....	17
1.2. O Desemprego como consequência da Globalização.....	18
1.2.1. O Desemprego em Portugal	20
1.2.2. O impacto do desemprego na vida das pessoas.....	21
1.3. A Exclusão Social como consequência da Globalização e do Desemprego	22
1.4. A Luta contra a Exclusão Social: A Integração Social.....	24
1.5. O contributo do trabalho para o bem-estar subjetivo e saúde mental.....	25
1.6. Orientações Políticas para o Crescimento e Emprego.....	26
1.6.1. A Estratégia Europa 2020	26
1.6.2. Estratégia Europeia de Emprego: Algumas Iniciativas.....	28
1.6.3. Programas e Medidas Nacionais de Apoio ao Emprego	29
CAPÍTULO 2. O NOVO PARADIGMA RURAL E O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS.....	30
2.1. O Desenvolvimento Sustentável.....	30
2.1.1. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	32
2.2. O Potencial Endógeno dos Territórios Rurais	33
2.3. A Agricultura como fator de Desenvolvimento Sustentável	34
2.4. O Turismo Rural como fator de Desenvolvimento Sustentável	36
2.5. Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (2014-2020).....	38
PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	39
CAPÍTULO 3. CONTEXTO DE INTERVENÇÃO E PROCEDIMENTOS.....	40
3.1. Definição do problema de intervenção	40

3.2.	Identificação da metodologia do Diagnóstico	41
3.3.	Objetivos.....	43
3.4.	Procedimentos	44
CAPÍTULO 4. DIAGNÓSTICO LOCAL - O CONCELHO DE SOURE.....		49
4.1.	O Espaço.....	49
4.1.1.	Acessibilidades.....	50
4.2.	A História	50
4.2.1.	A Formação de Soure	51
4.3.	A População.....	53
4.3.1.	População desempregada	54
4.4.	A Economia	54
4.5.	A Educação.....	55
4.6.	A Ação Social e o Desporto	56
4.7.	O Património.....	57
4.7.1.	Histórico	57
4.7.2.	Natural.....	58
4.7.3.	Cultural.....	59
4.8.	Análise dos dados recolhidos	60
4.8.1.	Análise SWOT	61
4.8.2.	Análise de Conteúdo	67
4.8.3.	Árvore de Problemas	80
4.8.4.	Viabilidade das Áreas de Intervenção	81
PARTE III – PROJETO DE INTERVENÇÃO		83
CAPÍTULO 5. PRESSUPOSTOS DE PARTIDA DO PROJETO		84
5.1.	O trabalho como fator de integração social e as orientações para o desenvolvimento sustentável	84
5.2.	Empreendedorismo e Inovação Social como resposta às Necessidades Sociais	84

5.2.1.	A Inovação no Meio Rural	85
5.3.	A Educação para o Desenvolvimento Sustentável	86
5.4.	Projetos de desenvolvimento sustentável e benchmarking.....	88
5.4.1.	Projeto Biovilla – sustentabilidade à mão de semear	88
5.4.2.	Projeto MyFarm – A sua Horta, os Seus Produtos.....	89
5.4.3.	Projeto Querença	90
CAPÍTULO 6. APRESENTAÇÃO DO PROJETO ECOVILLA DE SAURIO		94
6.1.	Missão e objetivos	94
6.2.	População-alvo	95
6.3.	Plano de ação	96
6.4.	Análise de Stakeholders.....	99
6.5.	Sistema de Avaliação.....	100
6.6.	EcoVilla de Saurio – uma visão para o futuro.....	102
6.7.	Sustentabilidade ambiental, social e económica.....	105
6.8.	Estratégias de Funcionamento e de Marketing.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS		108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		110
ANEXOS		122

INTRODUÇÃO

Desde há muitos anos que o Emprego além de permitir a satisfação das necessidades básicas, tais como a alimentação e o alojamento, contribui para a construção de uma identidade e de um sentido de pertença na sociedade, possibilitando a valorização e realização pessoal dos indivíduos e sendo mesmo identificado como o principal mecanismo de integração e de participação social e económica.

Contudo, os últimos anos têm sido palco de profundas transformações na sociedade, nas estruturas de poder e de autoridade, nas formas de produzir e de comercializar. Os avanços tecnológicos aliados à globalização da maioria das economias e mercados industriais, originaram alterações profundas nas formas de produção e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Desde as economias de escala, à fragmentação da produção, à externalização dos custos, do *franchising*, da subcontratação ou da informalização, este novo modelo global de produção representa um agravamento do desemprego, do risco social e de exclusão para um crescente número de trabalhadores espalhados por todo o mundo, o desemprego e o “mau” emprego constituem assim manifestações muito visíveis destas transformações que têm ocorrido nas últimas décadas no mundo do trabalho (Caleiras, Pessoa & Pacheco, 2007).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego em Portugal atingiu o seu valor mais elevado em 2013 – 17,7%, com o grupo dos jovens como um dos mais afetados. Sendo o Emprego considerado como o principal mecanismo de integração social, numa situação de desemprego o indivíduo confronta-se com a diminuição dos seus rendimentos, a alteração do estatuto social, a modificação do relacionamento com os outros, um sentimento de fracasso, depressão e baixa-autoestima, de isolamento social, que pode conduzir à pobreza e à exclusão social (Gennari & Albuquerque, 2011).

Nos territórios rurais, as conseqüências da urbanização e da globalização também não tardaram em surgir, “a terra, a grande propriedade fundiária, já não governa vilas e aldeias” (Baptista, 2003, p.47), o rural perdeu especificidade na dimensão social e económica, fruto da industrialização e da instalação de serviços, da generalização da educação e das unidades de saúde, da articulação das populações com mercados de trabalho regionais e urbanos, do êxodo rural, do acesso a equipamentos e a meios de comunicação, que sucederam à anterior diversidade marcada pelos sistemas agrários predominantes em cada região. As regiões rurais veem-se assim confrontadas com problemas que se refletem no enfraquecimento da coesão territorial dentro do país, nomeadamente o declínio e idade avançada da população, o seu

distanciamento relativamente aos mercados e serviços, bem como a escassez em termos de oportunidades de emprego, causada pelo decréscimo do trabalho no setor agrícola.

Todavia, a conceção de desenvolvimento rural tem vindo a sofrer alterações, “os territórios rurais beneficiam, atualmente, de uma renovada atração com origem na ideia segundo a qual a preservação dos recursos do património natural e construído, bem como das produções tradicionais, encontram uma procura de mercado suscetível de contribuir para a revitalização das economias locais” (Neves, Magalhães & Relvas, 2003), surgindo diversos programas e estratégias políticas no sentido de promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, assim como, revitalizar económica e socialmente estas zonas.

O reconhecimento da relevância do empreendedorismo e da inovação nas sociedades contemporâneas é, hoje, muito consensual, sendo identificados como dois dos fatores mais críticos para a dinamização e para o desenvolvimento das economias modernas, sobretudo, neste momento de crise e dos elevados níveis de desemprego que se registam, este novo paradigma vem sugerir a necessidade de promover modelos e soluções diferentes, soluções estas que passam, por exemplo, pela criação de valor social (Costa, 2012). Sendo a criação de valor social a razão de ser e a inspiração do empreendedorismo e da inovação social, assumem como objetivo central a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar individual e coletivo. Deste modo, o empreendedorismo social representa uma forma diferente de aproveitar as oportunidades e de desenvolver projetos colocando, no centro da atividade económica, a supremacia da ética, da justiça social, do indivíduo e das suas reais necessidades.

A EcoVilla de Saurio – Centro de Educação & Formação para o Desenvolvimento Sustentável surge assim, neste contexto, como uma tentativa de resposta empreendedora e inovadora que pretende contribuir para a preservação e valorização do património e do território rural. Com o início da sua atividade nas áreas da agricultura, do ambiente e do turismo, pretende não só dinamizar a economia local, como também promover a integração social de pessoas desempregadas, originando mais oportunidades de emprego e convidando a população mais idosa a manter um envelhecimento ativo, participativo e saudável, criando desta forma mudança e valor social. O carácter inovador está presente precisamente na sua forma de funcionamento, que alia a população ativa à população idosa, formando equipas de trabalho e partilha de experiências e em alguns dos serviços que pretende disponibilizar ao público: hortas biológicas virtuais, reutilização de resíduos alimentares, portfólio alimentar e atividades turísticas tradicionais, por exemplo, sempre numa lógica de formação da sociedade para o uso eficiente dos recursos naturais.

O presente relatório de projeto reflete as diferentes etapas de inspiração e criação da EcoVilla de Saurio e encontra-se dividido em três partes, num total de seis capítulos. Na primeira parte, apresentamos a concetualização teórica, demonstrando a pertinência científica, política, social e económica do projeto. O primeiro capítulo diz respeito às questões relacionadas com as transformações sociais e às suas consequências no mundo do trabalho, nomeadamente o desemprego, a exclusão social e o impacto negativo que estes provocam a todos os níveis no quotidiano dos indivíduos. O segundo capítulo refere-se ao novo paradigma de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e ao potencial endógeno que estes podem oferecer para a dinamização da economia local através de novas formas de agricultura e turismo.

Na segunda parte, o enquadramento metodológico, expomos o contexto de intervenção e os procedimentos do diagnóstico que utilizámos. No capítulo 3 definimos o problema de investigação, a estratégia de pesquisa de investigação-ação e os objetivos do diagnóstico. O capítulo 4 refere-se ao diagnóstico do concelho de Soure, local escolhido para a implementação do projeto e onde realizámos um diagnóstico participado através de 17 entrevistas a pessoas desempregadas e a entidades concelhias, complementado pela pesquisa documental, no sentido de compreender por um lado, de que forma é sentido e vivenciado na primeira pessoa o desemprego, e por outro, as potencialidades de desenvolvimento inerentes à região. Apresentamos as conclusões através dos métodos de análise SWOT e de análise de conteúdo.

A terceira parte diz respeito ao projeto propriamente dito – EcoVilla de Saurio, onde apresentamos no capítulo 5 alguns dos pressupostos que nos levaram à concretização do mesmo, bem como outros projetos inspiradores implementados noutros locais do país, e no último capítulo a missão, os objetivos, o público-alvo, o plano de ação, as atividades, os *stakeholders* envolvidos, o sistema de avaliação, as formas de sustentabilidade e de funcionamento e uma visão para o futuro através dos cenários prospetivos.

Terminamos com algumas considerações finais sobre a elaboração do trabalho e de como este tenciona ser um ponto de partida para o desenvolvimento dos territórios rurais, nomeadamente do concelho de Soure, através da promoção de uma sociedade mais alerta para as questões da sustentabilidade e da oportunidade de criar serviços inovadores que potenciem o emprego e a integração social.

PARTE I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÓMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO

1.1. O significado atribuído ao trabalho no decorrer dos séculos

Ao longo do tempo, o trabalho foi assumindo diferentes funções e significados na vida dos indivíduos e das sociedades. Para a civilização grega da Antiguidade, o trabalho consistia apenas no modo de produzir e reproduzir os bens materiais necessários à vida, desenrolando-se sobretudo no seio da família. Na Idade Média, consequência das transformações sócio-económicas e culturais que foram acontecendo, competia aos servos e aos jornaleiros a realização das tarefas indispensáveis à produção e manutenção dos bens de consumo e dos serviços necessários à vida quotidiana. Encarado, no século XIX, como uma mercadoria submetida às regras da oferta e da procura, no século XX o trabalho era a própria essência do homem, a atividade pela qual ele manifestava as suas melhores qualidades, não se podendo reduzir a uma mera mercadoria. Finalmente, a perspetiva Taylorista defendia o trabalho físico e grande parte do intelectual, como algo automatizado e organizado pelo recurso às novas tecnologias, diminuindo assim o tempo e o esforço humano necessários ao aumento da produção (Parada & Coimbra, 1999/2000; Almeida, 2012; Gonçalves & Coimbra, 2007).

Apenas com a emergência da industrialização, o trabalho deixa de ser uma ação do domínio privado, submetida à satisfação das necessidades naturais, para se afirmar como uma iniciativa da esfera pública, procurada, definida e reconhecida como útil pelos outros, e que visa a obtenção de uma remuneração facilitadora da aquisição, por parte dos trabalhadores, de uma existência e de uma identidade sociais. O trabalho passa, assim, a ser tratado como qualquer outra grandeza quantificável, ou seja, “trabalho assalariado”, caracterizado pela independência e desfasamento em relação à individualidade e motivação intrínseca do trabalhador, o qual é encarado como uma mera “força de trabalho”, na maior parte das vezes, alheia ou indiferente aos interesses que serve (Parada & Coimbra, 1999/2000).

Após a II Guerra Mundial, numa fase de expansão económica e de forte produção industrial taylorista/fordista, “criou-se o mito do pleno emprego e a ilusão de uma mobilidade social ascendente das novas gerações provenientes das classes trabalhadoras, pelo acesso a percursos de formação mais prolongados e até mesmo superiores, pela utilização das mais-valias do trabalho” (Gonçalves & Coimbra, 2007, p. 409). O trabalho passa então a ser encarado como uma possibilidade de realização pessoal, atingindo aspirações de ascendência e de prestígio sociais.

Contudo, a partir da década de 70, a crise petrolífera, o desenvolvimento das novas tecnologias e a sua utilização na indústria conduziram à redução do número de pessoas e do tempo de trabalho nos setores primário e secundário e, conseqüentemente, ao aumento da produção com menos recursos humanos.

1.2. O Desemprego como consequência da Globalização

As sociedades contemporâneas têm sido palco de profundas transformações no sistema internacional, nas relações sociais, nas estruturas de poder e de autoridade, nas formas de produzir e de comercializar. As últimas décadas caracterizam-se pela passagem de uma sociedade baseada na agricultura, para uma sociedade de indústria e de serviços, pelo fenómeno da urbanização e da desertificação das zonas rurais, pelo declínio da taxa de natalidade, aliada ao aumento da esperança média de vida, o que resulta num progressivo envelhecimento da população, mas sobretudo, pelo desenvolvimento científico e tecnológico: é a sociedade do conhecimento e da informação ao serviço da inovação (Caleiras, Pessoa & Pacheco, 2007; Teixeira, 2009; Gonçalves & Coimbra, 2007).

Os avanços tecnológicos aliados à globalização da maioria das economias e mercados industriais, originaram alterações profundas nas formas de produção e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. O desenvolvimento tecnológico permitiu uma enorme subida na produtividade, implicando quer um aumento no nível de vida dos indivíduos, nos seus rendimentos e nos seus consumos, quer uma diminuição no tempo médio de trabalho necessário à sua realização. A **Globalização**, entendida

não apenas como uma crescente interdependência entre sociedades nacionais, mas como uma verdadeira desterritorialização do social e do político, no sentido de que a coincidência entre sociedade e estado se vai desvanecendo e transcendendo à medida que as formas de atividade social e económica, de trabalho e de vida, deixam de ter lugar dentro do quadro de Estado-nação (Carapinheiro, 2001),

consiste, do ponto de vista económico, num processo deliberadamente fomentado com objetivos muito específicos, ou seja, a economia de mercado tem como motor a concorrência entre agentes económicos e como objetivos declarados a eficiência na utilização dos recursos e o lucro.

Neste âmbito, um fator relevante da economia de mercado são as chamadas economias de escala, isto é, a redução de custos médios e o aumento da capacidade de investir e inovar em função da dimensão das empresas, quanto maior é a empresa, quanto maior for a produção, mais barato é produzir e mais meios se geram para investir e inovar. E é, precisamente neste contexto, através da procura de eficiência e competitividade para a

conquista de novos mercados que surge o processo de fragmentação da produção. Através da externalização dos custos, do *franchising*, da subcontratação ou da informalização, é assegurado o controlo económico de setores autonomizados relativamente à empresa-mãe. É habitual que as cadeias globais estejam fortemente fragmentadas, passando a ser constituídas por segmentos dotados de grande flexibilidade e informalidade no emprego localizados em países ou regiões onde o trabalho é abundante e barato. Assim, “a estratégia de redução dos custos usa a fragmentação para deslocar os segmentos mais intensivos em trabalho e de menor qualificação profissional para localizações mais favoráveis” (Hespanha, 2002, pp. 23-24).

Diversos estudos demonstram a existência de um conjunto de tendências que apontam para uma crescente desqualificação do emprego globalizado: o emprego direto está a dar lugar a formas de emprego indireto, a criação de empregos qualificados perde peso relativamente à de empregos não qualificados, a flexibilização torna-se um padrão para os novos empregos, o recurso ao trabalho informal na base das cadeias aumenta progressivamente (Hespanha, 2002), o trabalho torna-se mais complexo, mais imprevisível, menos normativo e mais criativo. Do teletrabalho ao trabalho no domicílio, da exploração de formas eletrónicas de prestação de serviços via internet, a novas formas de trabalho de serviços sociais, do trabalho temporário ao trabalho independente, do desenvolvimento consistente do trabalho a tempo parcial à conciliação entre o part-time e a reforma parcial, evitando a passagem à reforma, instalaram novos cenários e desafios ao mundo do trabalho com implicações imprevisíveis que levaram incontornavelmente a novos significados atribuídos ao mesmo (Gonçalves & Coimbra, 2007; Caleiras *et al.* 2007).

Desta forma, também a geografia dos empregos e o perfil do trabalhador sofreram rápidas alterações: algumas profissões tornaram-se obsoletas, implicando a reconversão das mesmas pela formação, a qual passou a ser um requisito ao longo da vida, e emergiram novas profissões relacionadas com as novas exigências do mercado de trabalho (e.g. design, marketing, relações internacionais, a segurança, os tempos livres, a cultura, o apoio social). Surgiram profissões mais inovadoras no domínio da informática, das telecomunicações, da robótica, dos serviços financeiros, o novo trabalhador pretendido pelas empresas deve ser polivalente e autónomo, ter capacidade de trabalhar em equipa e de aceitar novos riscos.

Assim, o sistema de emprego instituído através deste novo modelo global de produção representa um agravamento do risco social e da exclusão para um crescente número de trabalhadores espalhados por todo o mundo, resultando no que se denomina *desemprego*

tecnológico ou *estrutural*¹ (Singer, 1999). Consequentemente, o século XX, o do trabalho, termina com uma profunda crise de trabalho, onde é cada vez maior o número de pessoas qualificadas que procura trabalho e não o encontra, e muitos outros, desesperados, deixaram de procurá-lo (Gonçalves & Coimbra, 2007). Em junho de 2015 são estimados cerca de 23.296.000 homens e mulheres desempregados na União Europeia (Eurostat, 2015a).

1.2.1. O Desemprego em Portugal

Tal como nos outros países, também as incidências da globalização se fizeram sentir na sociedade portuguesa, em áreas como a economia, o Estado, a segurança social, a saúde, a educação, a ciência, a cultura ou as identidades (Caleiras *et al.* 2007; Caleiras, 2011). Estando o padrão de especialização da economia portuguesa assente nos setores das indústrias tradicionais do calçado, têxtil e mobiliário, na construção civil, no comércio e serviços de baixa qualificação e na agricultura, as alterações na economia não tardaram a surgir.

Ramos (2007) aponta como pontos fracos do modelo de crescimento português: o baixo nível de qualificação dos recursos humanos, défice de produtividade, competitividade assente em baixos salários, emprego em atividades de baixo valor acrescentado, e fraco investimento em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D). A economia portuguesa, caracterizada por ser fortemente aberta ao exterior, exposta e vulnerável à concorrência internacional, perante um mercado global cada vez mais competitivo, ficou condicionada pelo aparecimento de mão de obra concorrente a mais baixo custo, situação que teve graves implicações, muitas empresas de indústria multinacional terminaram um ciclo de laboração em Portugal, que culminou com a deslocalização das suas fábricas para mercados mais atrativos, com perspetivas de maior produção aliada a menores custos.

Relatórios da Comissão para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Comissão Europeia apontam para a degradação das qualificações do emprego em Portugal, expressa na diminuição dos empregos altamente qualificados e no crescimento dos empregos pouco exigentes em qualificações. O esgotamento do modelo de desenvolvimento económico português ocorreu em paralelo com a desaceleração da economia mundial, a que se juntou uma vaga de deslocalização de empresas estrangeiras que permitem obter substanciais reduções nos custos de produção (Rajado, 2012; Ramos, 2007). A partir de 2001 a economia portuguesa deixou de convergir com a do conjunto da União Europeia, verificando-se um

¹ O desemprego estrutural resulta de mudanças definitivas que acontecem na estrutura da sociedade, como a modernização e automação dos processos produtivos na indústria e nos serviços, tendo relação com as novas formas de organização do trabalho.

comportamento desfavorável do mercado de trabalho e um aumento significativo do desemprego (Ramos, 2007).

O desemprego constitui-se assim como um dos principais constrangimentos da sociedade atual, sendo Portugal (12,4%) o quarto país europeu mais afetado depois da Espanha (22,5%), do Chipre (16,0%) e da Croácia (15,8%) (Eurostat, 2015b). Designado como

aquela situação em que o indivíduo não possui um emprego, isto é, não executa um conjunto de tarefas específicas, durante um período de tempo determinado, em troca de uma retribuição, geralmente de caráter financeiro, embora não exclusivamente, para ser considerado desempregado, o indivíduo deve preencher três condições: estar sem emprego, isto é, não ter efetuado nenhum trabalho remunerado, estar disponível para trabalhar, e estar à procura de emprego (Dicionário de Sociologia, 2002, pp.99-100).

A taxa de desemprego em Portugal passou de 3,9% em 2000, para 5,0% em 2002 e para 7,7% em 2006 (Ramos, 2007), continuando a subir ao longo dos anos e atingindo o seu valor mais elevado no 1º trimestre de 2013 - 17,7%, o que correspondia a 952,2 mil indivíduos desempregados. Nos últimos meses tem-se registado uma diminuição destes valores, no entanto, no primeiro trimestre deste ano continuava a apresentar um valor significativo - 13,7%, ou seja, 712,9 mil indivíduos, 13,1% homens e 14,4% mulheres. A faixa etária mais afetada, com uma taxa de desemprego de 34,4% é a dos jovens entre os 15 e os 24 anos de idade (Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE, I. P., 2015a]).

1.2.2. O impacto do desemprego na vida das pessoas

São vários os autores que alertam para o forte impacto que o fenómeno do desemprego exerce no indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade. A maioria da investigação considera a privação de emprego como uma experiência essencialmente negativa, com efeitos adversos a vários níveis: bem-estar psicológico; diminuição da autoestima; aumento dos consumos de álcool e do risco de suicídio; maior probabilidade de existirem dificuldades maritais e problemas financeiros (Ferreira, Freitas, Costa & Santos, 2010; Santos *et al.* 2010).

De facto, parece ser unânime na comunidade científica, em vários países, que em comparação aos trabalhadores, o bem-estar dos desempregados é substancialmente menor. Alguns autores referem mesmo que os efeitos negativos do fenómeno do desemprego na saúde mental afetam concretamente a autoeficácia, provocando queixas psicossomáticas e, em alguns casos, evoluem para depressão. Os sentimentos mais associados à perda de emprego são: instabilidade, desmotivação, desorientação, ansiedade, isolamento social, tristeza, inutilidade, desilusão e uma perda progressiva do otimismo acerca de encontrar trabalho,

prejudicando não só a saúde física e mental do indivíduo desempregado, como da sua família (Ferreira, *et al.* 2010; Francisco, 2004). Modifica muitas das rotinas da vida quotidiana, as redes de relações que o indivíduo constrói e alguns aspetos centrais da perceção do Eu e dos outros, a dimensão *trabalho* psicologicamente estrutural, é uma tarefa nuclear de vida, em torno da qual se edifica e se organiza a vida de cada um de nós (Loureiro, 2005).

O desemprego pode afetar também o desenvolvimento de “carreira” do indivíduo, na medida em que, durante os primeiros anos, tem efeitos prejudiciais na continuidade do trabalho e ajustamento posteriores – em parte porque períodos de desemprego representam perda de experiência de trabalho, de informação e de competências, colocando a pessoa em desvantagem de competição aos olhos do empregador (Francisco, 2004).

Desta forma, o desemprego de longa duração, vínculos laborais precários e trabalhos temporários, levam à marginalização de muitos trabalhadores. Os de baixas qualificações são mais vulneráveis à exclusão social, sobretudo quando afetados por ruturas profissionais, nomeadamente os desempregados mais velhos. Estar desempregado significa perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade e à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona. O acesso ao emprego tem um papel estratégico e é a principal via para a inclusão social, pois não só assegura o rendimento, mas também um estatuto e uma identidade social (Ramos, 2007).

“Nas sociedades modernas a integração profissional assegura aos indivíduos o reconhecimento do seu trabalho, como contributo para a obra coletiva e o reconhecimento de direitos sociais” (Paugam, 2000 citado por Ramos, 2007, p. 308).

Em suma, a panóplia de consequências decorrentes da privação de emprego e do seu efeito desestruturador em termos psicossociais vem reforçar, sem qualquer margem para refutar, o papel central que o trabalho assume na sociedade contemporânea.

1.3. A Exclusão Social como consequência da Globalização e do Desemprego

Globalização e Exclusão são dois conceitos que definem duas realidades interligadas, o primeiro designa as características atuais do processo de desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e o segundo, a sua consequência mais visível e imediata. De facto, ao promover a passagem do capitalismo nacional para o capitalismo global, o Estado aumentou a sua capacidade de produzir riscos sociais, na mesma medida em que perdeu capacidade para proteger contra eles (Santos, 2001). O fenómeno de exclusão social tem merecido grande atenção dos investigadores, sendo que alguns o consideram um conceito recente, introduzido por René Lenoir em 1974, que abrange uma grande variedade de problemas sócio-

económicos, e que se encontra presente em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, tendo em comum a questão social (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

Para Amaro (2003) a **exclusão social** é entendida como

a desintegração social a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político, refletindo-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não participação na vida comunitária, implicando o não reconhecimento do lugar na sociedade (p.18).

Em 2012, 24.5% da população da União Europeia vivia em agregados em situação de pobreza e exclusão social, o que corresponde a 122.649 mil pessoas. O valor registado para Portugal era de 27.4%. Embora o número de pessoas em situação de pobreza e exclusão social tenha reduzido entre 2005 e 2009, tem-se vindo a assistir a um agravamento destes números nos últimos anos. Entre 2011 e 2012 a parcela da população em risco de pobreza e exclusão social aumentou num terço dos Estados Membros. Este indicador é definido com a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho (Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal [EAPN, 2014]).

Diversos autores são unânimes no que respeita aos fatores de exclusão social apontando como os principais: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a pobreza, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, a insegurança, a desigualdade educacional e a injustiça social (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

De facto, a questão da relação com o trabalho encontra-se no centro da problemática da exclusão, segundo Clavel (2004), existem dois tipos de desemprego: o *desemprego de transição*, ou seja, de curta duração entre dois empregos, o facto de se encontrar rapidamente um emprego permite o não desligar do mercado de trabalho e da capacidade de voltar a trabalhar; e o *desemprego de exclusão*, caracterizado pela ausência prolongada de trabalho ou pela instabilidade crónica do mesmo, na medida em que se opera uma rutura progressiva, ou até mesmo definitiva, com o mundo do trabalho e com os modos de socialização que este proporciona.

Neste sentido, a perda do emprego acarreta um empobrecimento das pessoas ou das famílias, o que pode traduzir-se numa situação de precariedade ou de sobre-endividamento e, conseqüentemente, num sentimento de insegurança que, a termo, pode desencadear distúrbios psicológicos, agressividade ou depressão, assim como comportamentos de sobrevivência nos quais o indivíduo se esgota. A perda do emprego induz o desaparecimento dos ritmos

quotidianos ou semanais, a perda de um reconhecimento social, de todo e qualquer sentimento de utilidade social e das suas relações de trabalho, como também o sentimento de vergonha pode acabar por afastá-lo das suas redes de amigos, com os quais já não se sente em sintonia. Este isolamento pode gerar tensões nas relações familiares, culminando na rutura das mesmas (Clavel, 2004) e, em última instância, na exclusão social: *o estado do mercado de trabalho faz pesar uma ameaça de desqualificação social duradoura nas vastas categorias de indivíduos comuns* (Perret & Roustang, 1993 citados por Clavel, 2004).

Em suma, o processo de exclusão funciona num duplo registo: por um lado, atravessa os campos económico, social, político, organizacional e institucional; por outro, é constitutivo da relação social, ou seja, do jogo das representações e das posições que os grupos sociais mantêm entre si. A luta contra a exclusão deve, pois, posicionar-se simultaneamente neste duplo registo (Clavel, 2004).

1.4. A Luta contra a Exclusão Social: A Integração Social

Assim, a luta contra a exclusão social implica um duplo processo de interação positiva entre os indivíduos excluídos e a sociedade a que pertencem e que, segundo Amaro (s.d.) passa por dois caminhos: o dos indivíduos que se tornam cidadãos plenos e o da sociedade que permite e acolhe a cidadania. A **integração social** é o processo que viabiliza o acesso às oportunidades da sociedade, a quem dele estava excluído, permitindo a retoma da relação interativa entre o indivíduo ou a família, que estava excluída, e a sociedade a que pertence, trazendo-lhe algo de próprio, de específico e de diferente, que o enriquece e mantém a sua individualidade e especificidade.

Nestes termos, a integração é sempre uma oportunidade de mais-valia para a sociedade, através do seu enriquecimento pela diversidade. Como duplo processo referido, a integração associa duas lógicas: a do indivíduo que passa a ter acesso às oportunidades da sociedade, podendo escolher se as utiliza ou não – inserção na sociedade; a da sociedade que se organiza de forma a abrir as suas oportunidades para todos, reforçando-as e tornando-as equitativas – inclusão. Inserção e inclusão são assim as duas faces de um processo (duplo) que é o da integração (Amaro, s.d.).

A integração remete então para um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais. A sua possibilidade passa pela interação entre quatro sistemas: o sistema político-jurídico, que deve operar a integração cívica e política; o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração sócio-económica num dado espaço; o sistema de proteção social, que proporciona a integração social e o sistema

familiar, comunitário e simbólico, que deve realizar a integração familiar e na comunidade mais abrangente (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999).

Numa sociedade de lógica produtivista, a integração assenta, em certa medida, sobre a atividade profissional, que favorece a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo e do espaço e a identidade no trabalho (Paugam, 1991 citado por Rodrigues *et al.* 1999).

1.5. O contributo do trabalho para o bem-estar subjetivo e saúde mental

O trabalho, pelas múltiplas relações que proporciona, funciona como um importante elemento de desenvolvimento e manutenção do bem-estar subjetivo dos indivíduos e contribui para uma boa saúde mental: o trabalho expressa e influencia simultaneamente a forma como o indivíduo funciona como um ser psicológico integrado. Ao passar grande parte do tempo a trabalhar, o ser humano fica exposto a uma grande quantidade de situações que lhe podem proporcionar uma vivência rica, possibilitadora do seu desenvolvimento e realização pessoal (Francisco, 2004). Ao permitir a satisfação das necessidades básicas, tais como a alimentação e um local seguro e protegido para viver e a possibilidade de se movimentar, o trabalho para além disso, contribui para a construção de uma identidade e de um sentido de pertença, o que lhe confere uma sensação de reconhecimento, por parte dos outros, ao mesmo tempo que proporciona a possibilidade de uma valorização de si próprio pelos outros e por si mesmo.

O trabalho possibilita ainda ao indivíduo assumir a responsabilidade pelo seu sustento, o que lhe pode conferir uma sensação de autonomia, autocontrolo dos seus contextos de vida, e de satisfação consigo próprio. Leva-o também a pensar em termos de futuro – motivando-se a realizar e a produzir presentemente com o objetivo de ser recompensado mais tarde, torna-se portanto, um fator de motivação para a ação e de construção de sentido para a vida – daí que a orientação para o futuro seja considerada por muitos como um ingrediente essencial para a saúde mental. Enquanto as pessoas trabalham, sentem-se dirigidas para objetivos, construtivas, controladoras, eficientes, produtivas, realizadas e autodefinidas.

Contudo, não é o simples facto de trabalhar que garante esse bem-estar, as consequências, para a saúde, dependem da satisfação que o trabalhador sente com o seu trabalho (Francisco, 2004).

1.6. Orientações Políticas para o Crescimento e Emprego

1.6.1. A Estratégia Europa 2020

A União Europeia (UE) encontra-se profundamente empenhada em ultrapassar a crise e em criar condições conducentes a uma economia mais competitiva e criadora de emprego, neste sentido, a **Europa 2020**, lançada em 2010 para os dez anos seguintes, é a estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego.

Esta estratégia visa não só a saída da crise, da qual as economias estão a recuperar gradualmente, mas também colmatar as deficiências do modelo de crescimento e criar condições para um crescimento **inteligente**, mediante o investimento na educação, na investigação e na inovação, **sustentável**, dando prioridade à transição para uma economia de baixo teor de carbono, e **inclusivo**, prestando especial atenção à criação de emprego e à redução da pobreza (Comissão Europeia, 2014a). Até ao final de 2020 a UE deverá atingir cinco objetivos ambiciosos que dizem respeito ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza:

1. Emprego

- Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos

2. I&D

- Aumentar para 3% do Produto Interno Bruto (PIB) o investimento da UE na I&D

3. Alterações climáticas e sustentabilidade energética

- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990
- Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis
- Aumentar em 20% a eficiência energética

4. Educação

- Reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10%
- Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior

5. Luta contra a pobreza e a exclusão social

- Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social (Comissão Europeia, 2014b).

O êxito da estratégia Europa 2020 depende grandemente da capacidade dos Estados-Membros da UE para desempenharem o papel que lhes compete na execução das reformas necessárias a nível nacional a fim de fomentar o crescimento, por exemplo, através do aumento do investimento na investigação e das taxas de emprego. Neste sentido, o Acordo de Parceria que Portugal propõe à Comissão Europeia, denominado **Portugal 2020**, adota os

princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal. Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos – competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – considerando também os domínios transversais relativos à reforma da administração pública e à territorialização das intervenções. A identificação dos principais constrangimentos e potencialidades destes domínios permite definir as prioridades de intervenção dos fundos comunitários do período 2014-2020 (PORTUGAL 2020, 2014).

Tabela 1. Principais domínios temáticos do Acordo de Parceria - PORTUGAL 2020

Domínios Transversais	
Domínios Temáticos	Objetivos temáticos centrais
	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; Melhorar o acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura; Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas; Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.
	Inclusão Social e Emprego
	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.
Capital Humano	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.
Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores; Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos; Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.

Fonte: Acordo de Parceria – PORTUGAL 2020

1.6.2. *Estratégia Europeia de Emprego: Algumas Iniciativas*

As três iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020 nos domínios do emprego, dos assuntos sociais e da inclusão são as seguintes:

- **Juventude em movimento:** iniciativa para aumentar as oportunidades de acesso dos jovens² ao mercado de trabalho, ajudando estudantes e estagiários a ganhar experiência noutros países e melhorando a qualidade e a capacidade de atração da oferta em matéria de educação e de formação na Europa.
- **Agenda para novas competências e empregos:** iniciativa para dar um novo impulso às reformas do mercado de trabalho a fim de ajudar as pessoas a adquirir as competências necessárias para os empregos do futuro, criar novos postos de trabalho e rever a legislação europeia em matéria de emprego.
- **Plataforma europeia contra a pobreza e a exclusão social:** visa intensificar os esforços para atingir o objetivo acordado a nível da UE de tirar de uma situação de pobreza e exclusão pelo menos vinte milhões de pessoas até 2020 (Comissão Europeia, 2014c).

A União Europeia disponibiliza também alguns programas que visam promover o emprego, principalmente através do financiamento de iniciativas para ajudar as pessoas a melhorarem as suas competências e perspetivas de emprego, nomeadamente:

- **Fundo Social Europeu (ESF)** - é o principal instrumento da Europa para promover o emprego e a inclusão social: ajuda as pessoas a encontrar um emprego (ou um emprego melhor), integra as pessoas desfavorecidas na sociedade e garante melhores oportunidades para todos. Para o conseguir, investe nos europeus e nas suas competências, sejam eles empregados, desempregados, jovens ou idosos. Todos os anos, o Fundo Social Europeu ajuda cerca de 15 milhões de pessoas a encontrar emprego ou a melhorar as suas competências para encontrar um emprego no futuro. O financiamento é concedido a uma grande variedade de organizações (entidades públicas, empresas privadas e sociedade civil), que ajudam as pessoas a resolver questões práticas para manterem o seu emprego ou encontrarem um novo.
- **O Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social (EaSI)** - é um instrumento financeiro da UE para promover um elevado nível de emprego de qualidade e sustentável, garantir uma proteção social adequada e condigna, combater a exclusão social e a pobreza e melhorar as condições de trabalho. Desde janeiro de 2014, estes programas constituem os três eixos do EaSI, promovendo: a modernização da política de emprego e da política social: Eixo PROGRESS (61 % do orçamento total); a mobilidade profissional: Eixo EURES (18 % do orçamento total); o acesso ao microfinanciamento e o empreendedorismo social: Eixo Microfinanciamento e Empreendedorismo Social (21 % do orçamento total). Este programa visa: prestar especial atenção aos grupos

² Existem aproximadamente 5 milhões e meio de jovens desempregados na UE, ou seja, um em cada cinco jovens com menos de 25 anos quer trabalhar mas não consegue emprego. A taxa de desemprego juvenil é superior a 20%, ou seja, o dobro da taxa relativa ao conjunto da população ativa e perto do triplo da taxa relativa às pessoas com mais de 25 anos. 7 milhões e meio de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos não têm atualmente emprego, nem estão a seguir qualquer tipo de ensino ou formação.

vulneráveis, nomeadamente os jovens; promover a igualdade entre homens e mulheres; lutar contra a discriminação; promover um elevado nível de emprego de qualidade e sustentável; garantir uma proteção social adequada e condigna; combater o desemprego de longa duração; lutar contra a pobreza e a exclusão social.

- O **Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)** concede apoio a pessoas que perderam o emprego na sequência das grandes mudanças estruturais ocorridas a nível do comércio mundial por motivos relacionados com a globalização ou com a crise económica e financeira mundial. O FEG pode cofinanciar projetos em matéria de ajuda na procura de emprego, orientação profissional, educação, formação e reconversão, tutoria e acompanhamento individual, empreendedorismo e criação de empresas (Comissão Europeia, s.d.).

1.6.3. Programas e Medidas Nacionais de Apoio ao Emprego

No nosso país, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), promove e executa um conjunto de programas e medidas de emprego destinados a melhorar o perfil de empregabilidade e a apoiar a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, em vários domínios. Algumas dessas medidas são:

- **Estágios** – medidas que proporcionam experiências de formação prática em contexto de trabalho e promovem a inserção profissional dos seus beneficiários;
- **Emprego-Inserção** – realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego;
- **Empreendedorismo** – conjunto de instrumentos de promoção do empreendedorismo através de apoios à criação de empresas e do próprio emprego, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego e no âmbito do programa Investe Jovem;
- **Reabilitação Profissional** – conjunto integrado de medidas que visam apoiar a qualificação e o emprego das pessoas com deficiência e incapacidade que apresentam dificuldades no acesso, manutenção e progressão no emprego. Existe um conjunto de apoios que visam facilitar a integração e manutenção das pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho (IEFP, I.P., s.d.).

CAPÍTULO 2. O NOVO PARADIGMA RURAL E O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

2.1. *O Desenvolvimento Sustentável*

No final da década de sessenta, o conceito de desenvolvimento estava associado às ideias de crescimento económico e progresso, industrialização e modernização, vigente nos países industrializados.

É a possibilidade nova de produzir e consumir um número cada vez maior de produtos e serviços que se tem traduzido na ideia de crescimento económico, que vai por seu turno, sustentar a ideia de progresso da humanidade e fazer surgir a expressão e a ideia de desenvolvimento (Amaro, 1990 citado por Pato, 2012, p.95).

No entanto, tornou-se evidente que em muitos países esse desenvolvimento não era capaz de, por si só, resolver os problemas ambientais, sociais e políticos e que, para além disso, era possível que os agravasse. Tal acontecia porque não foram contempladas no processo de crescimento/desenvolvimento os países/regiões menos centrais e menos acessíveis e as unidades artesanais de produção de bens e serviços, acentuando-se, conseqüentemente, a degradação dos patrimónios naturais e estéticos rurais (Rodrigo, 2003 citado por Pato, 2012).

O desenvolvimento começou então a ser perspectivado não tanto como crescimento económico mas como um conceito mais abrangente que incluía a redução da pobreza e do desemprego, estava em discussão um modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo para a humanidade, onde as questões sociais, morais, éticas e ambientais fossem consideradas. Tornaram-se assim frequentes as referências ao desenvolvimento endógeno (mobilização dos próprios recursos), ascendente (protagonismo dos agentes locais), autocentrado (centrado nas necessidades das próprias comunidades), sustentável (sem comprometer as necessidades das gerações futuras), ecodesenvolvimento, cuja essência está parcialmente incluída no conceito de desenvolvimento local ou desenvolvimento alternativo (Cavaco, 1995 citado por Pato, 2012).

Neste sentido, em 1987 o Relatório de Brundtland “*Our Common Future*” alertou o mundo com a necessidade de avançar rumo ao desenvolvimento económico de modo sustentado, sem esgotar os recursos naturais e sem prejudicar o meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável surge então pela primeira vez como: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Mota, Pinto, Vasconcellos e Sá, Marques &

Ribeiro, 2005; Cardoso, 2011; Durão, 2010). Inicialmente, a implementação do desenvolvimento sustentável assentava em duas dimensões fundamentais: o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente. Em 1995, com a realização da Cimeira Social de Copenhaga, foi acrescentada a vertente social como terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, embora atualmente o desenvolvimento sustentável mantenha o mesmo desígnio global, a sua implementação é realizada com base em três dimensões essenciais: *o desenvolvimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente*.

Apesar de ser conhecido como o “triângulo da sustentabilidade”, outras componentes podem ser integradas, como é o caso da vertente institucional, que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação, das instituições e dos sistemas legislativos (flexibilidade, transparência, democracia), e para o quadro da participação dos grupos de interesse (sindicatos e associações empresariais) e da sociedade civil (Organizações Não Governamentais – ONG), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável (Mota *et al.* 2005; Durão, 2010).

Figura 1. Componentes do desenvolvimento sustentável



(Fonte: Instituto de Formação e Ação em Políticas Sociais - INFAP)

São apresentados como desafios à sustentabilidade pretendida para o desenvolvimento, temas globais como a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento social, da saúde e de uma utilização e gestão racional dos recursos naturais; a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis, onde se faça uma dissociação entre o crescimento económico e as pressões sobre os ecossistemas, no sentido de uma maior ecoeficiência da economia; a conservação e gestão sustentável dos recursos; o reforço da boa governação a

todos os níveis, incluindo a participação pública; os meios de implementação, incluindo a capacitação, a inovação e a cooperação tecnológica.

Tendo em vista a preparação da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que decorreu em 2002, em Joanesburgo, os vários Estados assumiram o compromisso de preparar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, Portugal não foi exceção.

2.1.1. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Neste enquadramento, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), definida para o período de 2005-2015, apresenta os desafios mais importantes no sentido de Portugal poder consolidar uma mudança de trajetória económica, social e ambiental num claro sentido de sustentabilidade. O grande desígnio que enforma a ENDS é o de **“Fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social”** (Mota *et al.* 2005 p.90). Este Grande Desígnio só poderá ser atingido se for prosseguido o seguinte conjunto de seis objetivos:

- ❖ Qualificação dos Portugueses em Direção à Sociedade do Conhecimento
- ❖ Economia Sustentável, Competitiva e Orientada para Atividades do Futuro
- ❖ Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente e do Património Natural
- ❖ Organização Equilibrada do Território que Valorize Portugal no Espaço Europeu e que Proporcione Qualidade de Vida
- ❖ Dinâmica de Coesão Social e de Responsabilidade Individual
- ❖ Papel Ativo de Portugal na Cooperação Global (Mota *et al.* 2005, pp. 91-92).

É então lançado um conjunto de vetores estratégicos e linhas de orientação que são considerados cruciais para obter as transformações desejadas e alcançar o desenvolvimento sustentável, apresentamos de seguida algumas:

- Apostar numa política integrada para a conservação da natureza e da biodiversidade, capaz de sustentar o atual curso de redução e fragmentação dos habitats e de manter no setor primário os solos de melhor aptidão agrícola, sobretudo aqueles que estão ameaçados pela expansão urbana. Onde a agricultura, principalmente biológica, e a silvicultura deverão ser concebidas como atividades essenciais para o combate à desertificação e ao despovoamento do interior, contribuindo para a conservação dos solos, dos recursos hídricos, e dos valores paisagísticos, assim como para a criação de oportunidades de emprego e fixação das populações em áreas rurais;
- Aproveitar o potencial endógeno, valorizar os recursos naturais e assumir o património cultural como meios valiosos para o desenvolvimento harmonioso e para o crescimento económico sustentável;
- Transformar Portugal num destino turístico de grande qualidade, com uma oferta diversificada de produtos, tirando partido da qualidade e diversidade das paisagens e do património cultural;

- Gerar uma economia competitiva e criadora de emprego, assente em atividades de futuro, reforçando os mecanismos de apoio financeiro à inovação e ao empreendedorismo e tirando partido das tecnologias da informação;
- Conceber uma resposta aos desafios do envelhecimento da população que reforce a responsabilidade individual e a liberdade de escolha, o combate à exclusão social, e a diminuição do número de portugueses afetados pela pobreza e exclusão social (Mota *et al.* 2005, pp. 90-119)

2.2. O Potencial Endógeno dos Territórios Rurais

Nos últimos anos tem crescido o reconhecimento de que a sociedade rural é um valor a preservar em benefício da sociedade entendida globalmente, tendo em linha de conta as várias dimensões e oportunidades que possui: além da função tradicional de espaço produtor de alimentos, salientam-se as dimensões de espaço de recreio e lazer, de conservação de certas tradições culturais, de preservação do ambiente natural, entre outras. A este reconhecimento subjaz a noção de que “as áreas rurais não são apenas locais onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham funções vitais para a sociedade como um todo” (CEE, 1988 citado por Figueiredo 1999, p. 265).

Em 2011, o Conselho da Europa, definiu área rural/campo como:

área com uma densidade demográfica relativamente baixa e sem cidades de dimensão significativa. O campo refere-se a certas formas de paisagem e de usos de solo, em que a agricultura e as áreas naturais desempenham um papel importante. As áreas rurais têm uma base económica cada vez mais diversificada. Embora a agricultura ainda desempenhe um papel importante em numerosas áreas rurais, outras fontes de desenvolvimento têm-se entretanto desenvolvido, como o turismo rural, as atividades industriais de pequena escala, a economia residencial (atração de reformados), a produção de energias renováveis, etc. Muitas áreas rurais são multifuncionais e algumas delas estão sob a influência de áreas metropolitanas e grandes cidades, como consequência das melhorias verificadas nas infraestruturas de transportes e comunicações (p.1).

Neste sentido, a vitalidade destes territórios já não depende tão estritamente dos resultados económicos da produção primária, mas sim da sua capacidade de proteger a paisagem, o património histórico e, de forma geral, contribuir para a conservação de uma reserva física e espiritual (Pato, 2012).

O território rural surge assim como uma estratégia mais ativa e interativa, como agente de desenvolvimento integrado que valoriza os recursos locais e engloba os aspetos sociais, culturais, técnicos e económicos, bem como a participação ativa de toda a população. Com efeito, o espaço rural tem vindo a sofrer alterações visíveis com a passagem do século. Deparamo-nos com uma realidade diferente com novas paisagens, novas funcionalidades, novos atores, novas redes de negócio, novas redes de serviços, que se podem traduzir em

novas oportunidades. Ele surge como um território renovado, pleno de oportunidades de vida, de negócios, de trabalho, de educação e de cultura associado a atividades de lazer, turismo e artes e, ainda, como um espaço de promoção de saúde. Há necessidade de apostar mais no meio rural e reinventar a ruralidade, implementando novas atividades que possam gerar emprego e riqueza, mantendo o dinamismo da paisagem rural, que cada vez mais é procurado para turismo e lazer, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações para que estas não se sintam tentadas a abandonar o território (Natário, Braga & Rei, 2010).

O potencial endógeno dos territórios rurais assume uma importância crucial e um novo quadro de funções mais alargadas, que corresponde a novas procuras e a atividades entretanto valorizadas. O território rural é agora encarado como diverso, multifuncional, produtivo, inovador e competitivo.

2.3. A Agricultura como fator de Desenvolvimento Sustentável

À agricultura tem vindo a reconhecer-se a importante tarefa de preencher novas funções e necessidades sociais e ambientais, emergindo um novo paradigma: a agricultura deve caminhar no sentido da sua transição para uma agricultura sustentável e, a partir da integração das suas múltiplas funções económicas, sociais e ambientais, vir a constituir uma importante contribuição para o desenvolvimento rural sustentável (Lima, 2008). Foram então surgindo ao longo dos últimos anos várias correntes dentro da agricultura sustentável que focam aspetos teóricos e práticos um pouco distintos.

A **Agricultura Biológica/Orgânica** surge na forma de um movimento contrário à agricultura industrializada e é a corrente mais amplamente (re)conhecida de agricultura sustentável. Encarada como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, permitindo interromper o ciclo de declínio em que a maioria se encontra, este modo de produção visa produzir alimentos e fibras têxteis de elevada qualidade, saudáveis, ao mesmo tempo que promove práticas sustentáveis e de impacto positivo no ecossistema agrícola. Através do uso adequado de métodos preventivos e culturais, tais como as rotações, os adubos verdes, a compostagem, as consociações e a instalação de sebes vivas, entre outros, fomenta a melhoria da fertilidade do solo e a biodiversidade. Em Agricultura Biológica, não se recorre à aplicação de pesticidas nem adubos químicos de síntese, nem ao uso de organismos geneticamente modificados, desta forma, garante-se o direito à escolha do consumidor e é salvaguardada tanto a saúde do consumidor, ao evitar resíduos químicos nos alimentos, como a saúde dos produtores, que evitam o contacto com químicos nocivos e preserva-se o ambiente da contaminação de

poluentes, cuja atual carga sobre os solos e as águas é, em grande parte, da responsabilidade de sistemas intensivos de agropecuária. Contribui para o aproveitamento, valorização e gestão dos recursos endógenos, bem como para a mobilização e dinamização das populações e, simultaneamente, para fomentar o desenvolvimento sustentável e a competitividade dos territórios rurais (Quercus citado por *pela natureza*, 2015; Associação Portuguesa de Agricultura Biológica [agrobio, 2011]).

O Regulamento (CE) n.º 834/2007 define a produção biológica como

um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e o método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais (Conselho da União Europeia, 1).

O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societal, uma vez que, por um lado abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro fornece bens públicos que contribuem para a proteção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural (*Idem*).

Mais que um método agrícola, a Biodinâmica é uma atitude interior. Uma atitude de profundo respeito pela Natureza, pela Vida, pela nobre atividade agrícola e também pelo desenvolvimento do Ser Humano. Na verdade, só o conhecimento das leis da Natureza, dos seus tempos de atuação, dos seus ritmos e reações, uma compreensão profunda das manifestações da Vida em todos os seus reinos e uma devoção séria mas realista à atividade agrícola e às pessoas a quem ela se destina, pode produzir produtos de qualidade. E qualidade é a palavra-chave na Biodinâmica. Qualidade na produção, qualidade na distribuição, qualidade no consumo, qualidade ambiental, enfim qualidade de vida (Associação Biodinâmica Portugal, 2015).

A **Agricultura Biodinâmica** surgiu a partir de um curso sobre agricultura desenvolvido pelo vidente austríaco Rudolf Steiner em 1924. As explorações agrícolas são encaradas como organismos, em que uma parte depende da outra, sendo necessário aplicar uma gestão holística que visa alcançar a integridade da exploração. Com isso a reciclagem e reutilização dos recursos da exploração tornam-se especialmente relevantes, motivo pelo qual geralmente a produção vegetal e animal estão associadas. A agricultura biodinâmica enfatiza o poder de preparações (à base de plantas, minerais e excrementos) e da coordenação de certas atividades de acordo com a disposição dos astros (principalmente sol e lua) para melhorar a saúde, a produtividade e o valor nutricional das culturas. Hoje em dia existem empresas de certificação de agricultura biodinâmica, embora em menor número que de

agricultura biológica, e a agricultura biodinâmica começa a ser aceite nos círculos académicos e científicos (*pela natureza*, 2015).

Outra das correntes de agricultura sustentável é a **Permacultura**, termo que foi criado pelo australiano Bill Mollison e que significa “agricultura permanente”. A Permacultura é uma filosofia de vida de harmonia com a Natureza e com os outros, a sua ética fundamenta-se em três princípios: Cuidar da Terra; Cuidar das Pessoas; Partilha Justa. É um sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza, não se enquadra em nenhuma disciplina académica, sendo na prática um arcabouço de conhecimento transdisciplinar, abrangendo desde agricultura, arquitetura, ciências naturais, economia solidária, etc., com o objetivo de criar sistemas agrícolas que se “autoperpetuam”, por serem ecologicamente estáveis com uma intervenção humana reduzida. A Permacultura é essencialmente uma estratégia de planeamento da produção (e cada vez mais também de outras atividades humanas), aproveitando as condições e os recursos naturais locais da melhor maneira possível (Florido, 2010; *pela natureza*, 2015).

2.4. O Turismo Rural como fator de Desenvolvimento Sustentável

O turismo rural ou turismo no espaço rural (TER) é uma tipologia do turismo que tem vindo a crescer no mundo industrializado, quer seja pelas mudanças profundas dos territórios rurais, quer seja pelas tendências verificadas no comportamento da procura turística: maior rendimento disponível, melhor nível de vida, aumento do tempo de férias, maior nível de habilitações literárias e experiência dos turistas e crescente interesse pelo autêntico.

Atualmente é considerado um instrumento importante de desenvolvimento rural, aumentando a viabilidade económica, estimulando a regeneração social e as condições de vida das comunidades rurais, sobretudo das mais periféricas e marginalizadas (Jesus, Kastenholtz & Figueiredo, 2010). “Pode contribuir para o desenvolvimento económico do território rural, quer por si só, quer através da dinamização de muitas outras atividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem” (DGADR, 2010 citado por Pato, 2012, p.106). Encontra-se baseado, essencialmente, nas motivações turísticas associadas ao espaço rural, enquanto espaço natural, cultural, tradicional, espaço promotor de uma vida saudável e espaço aberto a um grande leque de atividades desportivas e de recreio, e assim espaço que possa proporcionar experiências turísticas diversificadas, indo ao encontro de um mercado heterogéneo, sendo de particular interesse atividades que contribuam para uma valorização do património natural e cultural e dinamizadoras da base económica local, que se enquadrem nos propósitos de desenvolvimento endógeno e sustentável do destino (Kastenholtz, 2010).

Seja no campo meramente recreativo, da cultura, da saúde, do desporto e aventura, em domínios de orientação educativa, e outros conhecidos ou por inventar, as possibilidades que os fatores do ambiente físico-natural proporcionam são imensas, alguns exemplos dessas oportunidades e alternativas económicas são:

as quintas pedagógicas, os parques de campismo de natureza e/ou montanha, os ecomuseus, os centros e as escolas de interpretação, a realização de percursos ecológicos e de itinerários temáticos, a venda e o aluguer de equipamentos diversos, a demonstração de práticas agrícolas, o ensino e o treino de novas práticas desportivas, os transportes alternativos tradicionais, os cantares e danças tradicionais, a adaptação dos complexos termais para finalidades novas nos campos da saúde, da estética e da cosmética, entre muitos (Ribeiro & Mergulhão, 2000 citado por Pato, 2012 p.107).

As repercussões favoráveis que estas iniciativas projetam para o setor do emprego são evidentes, não só pelo número de postos de trabalho que podem vir a criar, mas, principalmente, pelo carácter tradicional e ao mesmo tempo inovador dessas mesmas atividades e, como tal, pela qualificação de muitas das profissões que elas suscitam e exigem. Ao mesmo tempo, sabe-se que o turismo tem a capacidade de promover a agricultura, quer direta quer indiretamente, podendo-se observar algum tipo de simbiose entre as duas atividades em questão, como refere Silva (2005/2006 citado por Pato, 2012) muitos promotores turísticos, ligados às explorações agrícolas, recebem rendimentos suplementares não só pela prestação do serviço turístico, mas também pela venda de produtos agroalimentares aos turistas. Sob o ponto de vista sócio-cultural o turismo rural pode aumentar a consciência para a necessidade de preservação e desenvolvimento da cultura local, contribuir para a preservação da gastronomia tradicional e para a recuperação de inúmeros imóveis degradados, podendo assim fortalecer a identidade cultural de um território.

Em suma, os contributos do turismo rural podem ser de três tipos:

- **Económicos** - crescimento económico e diversificação da economia rural, criação de emprego, oportunidades para o aumento de rendimentos através da pluriatividade, e criação de novos mercados para os produtos agrícolas e outros produtos locais.
- **Sócio-culturais** - desenvolvimento sócio-cultural, incluindo a manutenção e a dinamização dos serviços públicos, a revitalização do artesanato local, costumes e identidade cultural, e oportunidades para contactos sociais e “partilha de culturas”.
- **Ambientais** - proteção e melhoria da paisagem natural/construída e das infraestruturas locais (Roberts *et al.* 2003b; Sharpley, 2002a citados por Pato, 2012, p.108).

Contudo, alguns autores alertam para o facto de que estas funções associadas ao turismo rural não têm representado para os territórios rurais alternativas eficazes de sobrevivência, apenas têm beneficiado alguns setores e agentes, não se podendo encarar o

turismo como a solução dos problemas destes territórios, mas sim, como uma atividade complementar importante para o desenvolvimento dessas áreas. O desenvolvimento rural através do turismo passa obrigatoriamente pela integração e articulação de estratégias variadas, distribuídas por muitos domínios, exigindo uma visão holística do destino turístico, e uma perspetiva sistémica do turismo, em que as relações e interações são essenciais.

Na nossa opinião, tal como afirma Kastenholtz (2010) “o turismo rural, se bem gerido, pode efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, através do incremento da qualidade de vida dos residentes e conservação dos seus recursos, naturais, sociais e culturais” (citado por Pato, 2012 p.111).

2.5. Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (2014-2020)

O desenvolvimento rural tem sido um dos importantes temas da agenda dos governos, nomeadamente através do Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural, o qual estabelece as prioridades conjuntas da ação do FEADER³ e de cada Estado Membro, inicialmente para o período de programação 2007-2013, que consistia em promover a competitividade do setor agroflorestal e dos territórios rurais de forma sustentável, conjugando as orientações estratégicas comunitárias e os seus objetivos específicos com as orientações de política nacional.

Findo este período, o novo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2014-2020) apresenta as três principais grandes áreas de necessidades alvo de intervenção: aumento sustentável da capacidade de gerar valor acrescentado do setor agroflorestal, e em particular do primário, em volume e em valor; promoção de uma gestão eficiente dos fatores e proteção dos recursos naturais: solo, água, ar e biodiversidade; criação de condições para a manutenção de um espaço rural económico e socialmente viável. Este novo documento apresenta uma lógica de intervenção definida em seis prioridades (ver anexo A)⁴ (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, [MADRP, 2005]).

³ O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural consiste num instrumento de financiamento e de programação único, instituído pelo Regulamento (CE) 1290/2005, visa reforçar a política de desenvolvimento rural da União Europeia e simplificar a sua implementação. Melhora nomeadamente a gestão e o controlo da política de desenvolvimento rural para o período 2007-2013.

⁴ Anexo A – Prioridades de intervenção definidas no programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020).

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

CAPÍTULO 3. CONTEXTO DE INTERVENÇÃO E PROCEDIMENTOS

3.1. Definição do problema de intervenção

As sociedades europeias veem-se hoje confrontadas com desafios múltiplos decorrentes de fatores como a concorrência global acrescida, o ritmo intenso do progresso tecnológico, as tendências demográficas e as alterações climáticas. A crise económica e financeira que atingiu todos os Estados-Membros e regiões da União, veio agravar a situação. Na área do emprego e da política social, a UE continua a deparar-se com problemas complexos como as elevadas taxas de desemprego, um mercado laboral cada vez mais fragmentado e um número inaceitavelmente elevado de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza e em situações de exclusão social (Comissão Europeia, 2012).

Após uma análise e interpretação teórica da realidade que expomos na primeira parte deste relatório podemos constatar que:

- Nas sociedades modernas o trabalho é identificado como o principal mecanismo de integração e de participação social e económica, é encarado como uma possibilidade de realização pessoal, que produz um sentimento de pertença a uma determinada comunidade e ao mesmo tempo garante a subsistência do indivíduo. Deste modo, a privação de emprego é considerada como uma experiência negativa que provoca um forte impacto na vida das pessoas, causando sentimentos de instabilidade, desmotivação, desorientação, ansiedade, isolamento social, tristeza, inutilidade, desilusão, perda progressiva do otimismo acerca de encontrar trabalho, dificuldades financeiras, prejudicando não só a saúde física e mental do indivíduo desempregado, como da sua família, podendo mesmo levar ao suicídio.
- Nos últimos anos, as especificidades dos territórios rurais, tais como a qualidade de vida e do ambiente, o património natural e outras amenidades, associados a melhores acessibilidades e infraestruturas, à Internet e a mais tempos livres têm conseguido reter e até mesmo atrair, pessoas e empresas. Esta importante alteração, que, se não inverte, pelo menos minimiza a tendência das últimas décadas para o êxodo rural, tem levado os governos a repensar as suas políticas agrícolas e a alargar o seu âmbito para que sejam aproveitadas novas oportunidades para estas zonas. Surgem novas políticas destinadas às atividades não agrícolas, que permitem dinamizar o desenvolvimento rural como um todo.

Assim, no contexto atual em que se perspetiva o desenvolvimento rural é essencial dar particular atenção: às novas abordagens territoriais e participativas que marcam as atuais

tendências de desenvolvimento dos espaços rurais; à valorização dos recursos e do saber-fazer local; à qualidade e segurança alimentar; à (re)descoberta dos produtos tradicionais como instrumento de desenvolvimento territorial; e à dinamização de projetos locais e regionais que estimulem o turismo e a procura de produtos tradicionais locais de qualidade (Tibério 2008, citado por Natário *et al.* 2010). Esta nova visão da ruralidade tem determinado a abertura das zonas rurais a novos atores e agentes, assim como tem adquirido importância na diversificação das atividades da população rural, em particular ao nível da sua economia e emprego.

Então, que tipo de intervenção será necessária para a integração social e económica de pessoas desempregadas em territórios rurais? Perante esta realidade, definimos o nosso problema de pesquisa da seguinte forma: de que modo o território rural pode contribuir para a integração social de indivíduos desempregados e para a promoção do desenvolvimento sustentável?

3.2. Identificação da metodologia do Diagnóstico

O contexto atual, marcadamente vincado por problemas sociais persistentes e de natureza complexa (desemprego, pobreza, falta de coesão social, abuso de álcool e drogas, alterações climáticas, envelhecimento da população,...), faz com que seja fundamental criar as condições para a emergência e adaptação de novas soluções, que consigam responder de forma disruptiva e com maior efetividade aos grandes desafios do século XXI. Por todo o mundo, há uma nova geração de pessoas e organizações que se dedica a desenvolver iniciativas inovadoras a nível local que visam a resolução de problemas da sociedade de forma sustentável e potencialmente escalável a nível global (Instituto do Empreendedorismo Social [IES, 2014]).

Assistimos assim a uma mudança de paradigma na forma como se encaram os problemas da sociedade, surgindo o conceito de *empreendedorismo social* associado a essa mudança. Definido como

o processo de procura e implementação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas importantes e negligenciados da sociedade que se traduz em Inovação Social sempre que se criam respostas mais efetivas (relativamente às alternativas em vigor) para o problema em questão (Santos, 2012 citado por Ferreira, 2014, p.2).

Constitui-se como um campo de ação e investigação que tem vindo a ganhar uma relevância crescente por parte de académicos, políticos e profissionais dos diversos setores da economia e a lógica de ação dominante é a capacitação, vista como a promoção da autonomia

e responsabilidade individual dos destinatários da iniciativa, sendo que estes devem assumir um papel ativo na mudança pretendida. Esta abordagem vai além do paternalismo e proteção excessiva e permite que os destinatários façam parte da solução encontrada pelo empreendedor social, contribuindo para que a mudança efetiva se realize (IES, 2014).

Logo, para a adequação das respostas às necessidades das pessoas e às especificidades das comunidades é fundamental que haja proximidade e participação destas na definição dessas mesmas respostas, diagnosticando continuamente as necessidades locais e envolvendo ativamente todos os *stakeholders* (pessoas, grupos ou instituições) interessados no processo (Martinho *et al.* 2008).

Definida como “um estudo de uma situação social que tem como objetivo melhorar a qualidade de ação dentro da mesma” (Elliot, 1993 citado por Coutinho, 2011, p. 312), considerámos a estratégia de Investigação-Ação, inserida no paradigma sócio-crítico, como a mais adequada a utilizar no nosso estudo, uma vez que pretendemos fazer o diagnóstico e perspetivar uma solução para o problema do desemprego no concelho de Soure, realidade em que desejamos contribuir para a mudança através de uma ação interventiva, promovendo o desenvolvimento sustentável. Será coexecutada por todos os intervenientes, desempregados e agentes sociais, ou seja, participativa; e autoavaliativa na medida em que todas as práticas vão sendo continuamente avaliadas, cumprindo desta forma todas as características distintivas desta metodologia de investigação, tendo como objetivo: produzir conhecimento, modificar a realidade e transformar os atores, como defende Simões (1990 citado por Coutinho, 2011).

A intervenção social através de metodologias participativas como a investigação-ação vem reforçar os processos de mudança, aumentando a probabilidade da sua sustentabilidade e promovendo a mudança comportamental dos indivíduos, tornando-os protagonistas e agentes da sua própria mudança e, conseqüentemente, das instituições. Esta participação ativa deve ter início na fase de diagnóstico e conceção do projeto, e reforçar-se na fase de implementação criando as condições necessárias para que a entrada em operação seja um êxito e um suporte à sua sustentabilidade. É também importante que seja contínua e ativa, que conduza através do processo de capacitação ou *empowerment*, princípio do empreendedorismo social, a uma situação de progressiva autonomização, a população ao tornar-se autónoma demonstrará iniciativa e decisão próprias, um dos requisitos para a sustentabilidade de projetos para o desenvolvimento (Serra, 2013).

3.3. *Objetivos*

A boa delimitação do problema é essencial na identificação das soluções, pois antes de tomar qualquer medida, os decisores ou quem desenha um projeto de intervenção deve ter um conhecimento bastante profundo do sistema e da sua envolvente. Conhecer o problema e a sua magnitude, a realidade que o envolve, as suas causas, o modo como as pessoas o vivenciam e o que já foi tentado para o eliminar são os objetivos de um diagnóstico (Gonçalves, 2013, p. 31).

O diagnóstico da realidade é uma fase crucial para a elaboração de projetos. Permite localizar os principais problemas, conhecer as suas causas de fundo e obter vias de ação para a sua resolução progressiva. Constitui uma das ferramentas teórico-metodológicas mais importantes para nos aproximarmos do conhecimento da realidade objeto de estudo. Quanto mais preciso e profundo é o conhecimento da realidade existente antes da execução de um projeto, mais fácil será determinar o impacto e os efeitos que se alcançam com as ações do mesmo (Serrano, 2008). Designado por vezes também como *análise de necessidades*, é sempre definido como a identificação dos níveis de não correspondência entre o que está (a situação presente) e o que “deveria estar” (a situação desejada) (Santos, 2012).

Esta etapa deve constituir um aprofundamento significativo de recolha e análise de informação relevante, visando garantir a pertinência, a oportunidade e a exequibilidade da ideia, o processo será tanto mais rico, quanto mais participado for (Martinho *et al.* 2008). Assim, em todo o processo de elaboração e construção do diagnóstico é fundamental incentivar a participação e o envolvimento de todos aqueles sobre quem recai a pesquisa (Simões, Augusto, Cruz, Oliveira & Wolf, 2008); devendo constituir-se como um instrumento de interação e comunicação entre atores face à compreensão da realidade e à identificação das necessidades (Fernandes, 2013).

Também o conceito de Inovação Social nos chama a atenção para a necessidade de envolver o maior número de pessoas e de disciplinas na procura de soluções para os problemas sociais existentes, ao incluir novas formas de relação entre os agentes sociais e os *stakeholders*, novos envolvimento entre os cidadãos e as comunidades na criação das respostas, novas formas de relação, de participação, de colaboração e de capacitação das pessoas na solução dos seus próprios problemas, na sua definição. Desta forma, em todo o processo de elaboração e construção do diagnóstico é fundamental incentivar a participação e o envolvimento de todos aqueles sobre quem recai a pesquisa (Simões *et al.* 2008).

Através da realização do diagnóstico participado pretendemos perceber: quais são os principais problemas com que os territórios rurais se deparam.

Quais são as mais-valias dos territórios rurais e de que forma estas podem contribuir para o aumento do emprego e para o desenvolvimento sustentável.

De que forma é sentido e vivenciado o desemprego na vida das pessoas.

3.4. Procedimentos

“Um projeto localiza-se num lugar determinado e numa área concreta” (Serrano, 2008, p.35), torna-se então fundamental especificar o contexto de desenvolvimento da nossa pesquisa e onde pretendemos que se realize a intervenção.

O concelho de Soure foi o território escolhido, por um lado, por se constituir um contexto de fácil acesso e pelo qual temos particular interesse, uma vez que é o nosso concelho de residência e é onde se encontram localizados alguns dos recursos necessários à concretização da nossa proposta. Por outro, é um concelho rural situado na região litoral centro do país, considerado um território envelhecido e desertificado, no entanto, possui múltiplas características diferenciadoras e recursos endógenos que, na nossa opinião, podem constituir-se como importantes fatores de desenvolvimento sócio-económico e de integração social.

A seleção dos participantes no diagnóstico foi realizada de forma intencional, baseando-se em “(...) critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos” (Bravo, 1992 citado por Coutinho, 2011, p. 91). Numa tentativa de alcançar os propósitos do diagnóstico que apresentámos no ponto anterior, escolhemos dois grupos de participantes: um grupo constituído por pessoas residentes no concelho de Soure que se encontravam numa situação de desemprego e outro grupo constituído por entidades sediadas no concelho ou nos arredores que, de alguma forma, contribuem ou podem contribuir para o desenvolvimento do mesmo.

Todo e qualquer plano de investigação implica uma recolha de dados originais por parte do investigador. Nesse sentido, como técnicas de recolha de informação optámos por dois métodos: **pesquisa e análise documental** e **entrevista semiestruturada**, de forma a evidenciarmos e analisarmos o contexto e os destinatários da intervenção. A pesquisa e análise documental foi efetuada a partir de documentos contemporâneos e retrospectivos como: diagnósticos sociais, publicações editadas, dissertações de mestrado e de doutoramento, estatísticas oficiais e websites de diversas entidades concelhias. O material recolhido e analisado através deste método permitiu-nos aprofundar o conhecimento não só sobre o concelho de Soure, como também da região de Sicó, possibilitando assim a realização de uma

caraterização real do contexto de intervenção: localização, acessibilidades, desenvolvimento social e económico, demografia, património (...).

A entrevista corresponde a um processo de interação face-a-face entre uma ou mais pessoas e uma pessoa ou um grupo de pessoas, do tipo semiestruturada, onde o investigador deve adotar uma atitude mais flexível na sua condução, logo o seu grau de interação com o entrevistado aumenta. Pensamos ser este tipo de entrevista o mais adequado, na medida em que predominam perguntas que estimulam o entrevistado a apresentar o seu ponto de vista, exprimir a sua opinião ou justificar o seu comportamento (Costa, 2012). Com este método recolhemos informação sobre o concelho de Soure: caraterização social e económica, património e recursos existentes, medidas políticas, projetos em curso, constrangimentos, pretensões para o futuro (...), e informação sobre as vivências do desemprego na primeira pessoa: motivos, dificuldades, impactos, expetativas, soluções (...).

Para o efeito realizámos dezassete entrevistas (ver anexo B)⁵: cinco entrevistas a entidades sediadas no concelho ou nos arredores com uma atuação em diferentes áreas: formação profissional, preservação do património, desenvolvimento económico e social, governamental e desenvolvimento do espaço rural; e doze entrevistas a indivíduos desempregados e residentes no concelho de Soure, com caraterísticas distintivas ao nível da idade, habilitações literárias, estado civil, tempo de duração do desemprego (desempregado de longa duração ou de curta duração) e motivo do desemprego.

Para tentar compreender quais são os principais problemas que os territórios rurais enfrentam e quais são as mais-valias que estes apresentam e de que forma estas podem contribuir para o aumento do emprego e para o desenvolvimento sustentável, foram contactadas via e-mail nove entidades que exercem atividade no concelho de Soure e/ou nos concelhos limítrofes, a fim de averiguar qual o interesse e disponibilidade para colaborar no estudo. Destas, uma já não se encontrava em funcionamento (formação profissional), duas não concederam qualquer resposta (movimento cívico e entidade governamental de formulação e execução de políticas nas áreas da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas), uma demonstrou disponibilidade muito tardiamente (emprego e inserção profissional), duas disponibilizaram-se a participar prontamente (formação profissional e preservação do património) e três, depois de um segundo contacto presencial da nossa parte, também acederam positivamente ao pedido (desenvolvimento económico e social,

⁵ Anexo B - Guiões de entrevista

governamental e desenvolvimento do espaço rural). Na tabela seguinte apresentamos uma breve caracterização das entidades concelhias segundo a data da sua constituição e objetivos.

Tabela 2. Caracterização das Entidades Concelhias segundo a data de constituição e objetivos

Entidade	Data de constituição	Objetivos
EC1	“A EC1 foi criada em 1991 (...)”.	“Qualificar os recursos humanos da região, através de ofertas formativas que respondam às necessidades do tecido sócio-económico.”
EC2	“A EC2 foi constituída em 1987.”	“A EC2 tem como objetivo a preservação do património do concelho de Soure, património quer seja ele construído ou natural. (...) De uma forma geral o objetivo é mesmo a preservação do património, quer seja ele ambiental ou cultural, construído e também não construído mas a questão das tradições e cultural.”
EC3	Entidade governamental – órgão executivo do município	
EC4	“A data de constituição da EC4 é 18 de outubro de 2000.”	“Promover o desenvolvimento económico e social do concelho de Soure, representar as atividades económicas do concelho, colaborar com os associados na promoção e divulgação dos seus produtos e/ou serviços, promover estruturas de apoio ao emprego e de qualificação profissional, dirigidas não só aos associados, mas também a toda a comunidade concelhia.”
EC5	“(...) esta EC5 nasceu em 1995 mas herdou trabalho anterior desde 1988.”	“(...) a nossa intenção, primeiro a nível intermunicipal era trabalhar a uma escala superior àquilo que os municípios podiam fazer sozinhos, estamos a falar de 1988, portanto foi entendido que uma escala mais alargada podia trazer melhores propostas e melhores programas de desenvolvimento rural para o território, e neste caso entenda-se o maciço da Serra de Sicó, que são os 6 municípios, e o objetivo de facto era naquilo que são as variantes sócio-económicas e culturais, trabalhar esse potencial para desenvolver económica e socialmente o território todo, portanto esse é o nosso objetivo central.”

Temos então cinco entidades que, apesar de atuarem em áreas distintas, no seu conjunto estão empenhadas em contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural do concelho, quer através da qualificação dos recursos humanos, da preservação do património ambiental e cultural, da representação das atividades económicas ou da implementação dos programas de desenvolvimento rural. Todas as entidades desenvolvem atividades no concelho e/ou também para o concelho, destinadas a empresas, instituições e ao público em geral (ver anexo C)⁶.

⁶ Anexo C – Dados de caracterização das entidades concelhias e dos entrevistados.

Com o intuito de tentar compreender de que forma é sentido e vivenciado o desemprego na vida das pessoas contactámos doze desempregados, seis mulheres e seis homens, solicitando a sua participação no estudo. Este contacto foi estabelecido diretamente com nove pessoas em situação de desemprego (amigos, conhecidos, familiares, conhecidos de amigos), resultando em nove entrevistas. As restantes entrevistas foram realizadas através do Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal de Soure, que nos facultou o contacto com os restantes três indivíduos desempregados.

Sendo o acesso ao emprego condicionado por diversas variáveis tentámos realizar entrevistas com pessoas desempregadas de diferentes faixas etárias, com diferentes níveis de escolaridade, e em diferentes situações face ao emprego, ou seja, desempregados de longa duração e desempregados de curta duração, sendo o único requisito comum a todos a residência no concelho de Soure. Na tabela seguinte apresentamos uma breve caracterização deste grupo de entrevistados.

Tabela 3. Caracterização dos entrevistados desempregados

	Idade		Habilitações literárias		Estado civil		Tempo de desemprego	
	Idade		Habilitações literárias		Estado civil		Tempo de desemprego	
Mulheres	22 - 30	1	≤ 9º ano	1	Solteira	1	< 1 ano	2
	31 - 40	4	12º ano	3	Divorciada	0	1 – 2 anos	1
	41 - 49	1	Licenciatura	2	Casada	5	> 2 anos	3
Homens	22 - 30	4	≤ 9º ano	2	Solteiro	4	< 1 ano	3
	31 - 40	0	12º ano	3	Divorciado	1	1 – 2 anos	2
	41 - 49	2	Licenciatura	1	Casado	1	> 2 anos	1

O grupo é assim constituído por pessoas com idades compreendidas entre os 22 e os 49 anos, solteiros, casados ou em processo de divórcio, com filhos e sem filhos. Ao nível das habilitações literárias temos pessoas com o 3º ciclo do ensino básico (7º e 9º anos), com o ensino secundário (12º ano) e com o ensino superior (licenciatura). Relativamente à situação de desemprego, cinco pessoas encontram-se desempregadas há menos de um ano (desemprego de curta duração), e sete há mais de um ano (desemprego de longa duração) destas sete pessoas, quatro estão desempregadas há mais de dois anos. Os motivos da situação de desemprego são vários, desde rescisão de contratos, reestruturação de empresas ou opção

da própria pessoa, relacionada com insatisfação profissional, problemas de saúde ou prestação de cuidados familiares (ver anexo D)⁷.

A entrevista consistiu no nosso método privilegiado de diagnóstico, uma vez que através da sua forma de realização (interação humana), permite obter um grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos que outras técnicas não permitem (Quivy & Campenhoudt, 2008). Todas as entrevistas foram realizadas com o consentimento informado dos respetivos participantes (ver anexo E)⁸.

Posteriormente à realização das entrevistas, tornou-se necessário transcrevê-las para papel, inicialmente começámos por transcrever o que conseguimos entender na gravação e depois redigimos um discurso inteligível, com supressão de elementos inúteis. A transcrição foi realizada segundo tópicos previamente definidos, com o intuito de simplificar o processo seguinte de análise de conteúdo.

⁷ Anexo D - Dados de caracterização dos entrevistados desempregados.

⁸ Anexo E - Modelos de declaração de consentimento informado para entidades concelhias e desempregados

CAPÍTULO 4. DIAGNÓSTICO LOCAL - O CONCELHO DE SOURE

4.1. O Espaço

O concelho de Soure encontra-se localizado na Zona Centro do país e é parte integrante do agrupamento de concelhos da Sub-região denominada de Baixo Mondego. Pertence ao distrito de Coimbra e faz fronteira a Norte com o concelho de Montemor-o-Velho; a Nascente com os concelhos de Condeixa-a-Nova e Penela; a Sul com os concelhos de Pombal e Ansião, e a Oeste com o concelho da Figueira da Foz (Câmara Municipal de Soure, 2006).

Apresenta uma área total de 265,06Km² e uma população residente de 18 499 habitantes, dividido administrativamente em dez freguesias – Alfarelos, União Brunhós e Gesteira, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, União Degracias e Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha e Vila Nova de Anços⁹ (INE, I.P., 2015b; Direção Geral de Administração Interna [DGAI, 2013]). As freguesias de Tapéus, e União Degracias-Pombalinho pertencem à zona serrana da Serra de Sicó¹⁰, as restantes freguesias localizam-se na zona plana, dominada pelas bacias de aluvião dos rios Anços, Arunca e Pranto, com maior riqueza de solo e uma maior proximidade aos principais eixos de comunicação da região e do país (Câmara Municipal de Soure, 2006).

Figura 2. Mapa do Concelho de Soure



Fonte: Jorge Bastos, 2009

⁹ Com a entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, o concelho de Soure deixa de estar dividido administrativamente em doze freguesias.

¹⁰ As Terras de Sicó incluem aglomerados dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, constituindo um potencial de desenvolvimento intermunicipal nas áreas da produção do queijo Rabaçal (produto característico da região), da extração de calcário, da torrefação de frutos secos e do turismo.

4.1.1. Acessibilidades

Em termos de acessibilidades, e tendo presente o enquadramento geográfico circundante, o concelho de Soure é significativamente servido pela Rede Ferroviária Nacional, sendo atravessado pela Linha do Norte nas freguesias de Soure, Vila Nova de Anços, Alfarelos e Granja do Ulmeiro; e pela Linha do Oeste nas freguesias de Alfarelos e Granja do Ulmeiro, intersetando-se ambas nesta última freguesia, formando desta forma um núcleo estratégico – Estação de Alfarelos.

No que diz respeito à Rede Viária, o concelho possui acesso direto a duas das principais vias de âmbito nacional – Autoestrada nº 1 (A1) e Itinerário Complementar 2 (IC2) ou Estrada Nacional 1 (N1). A rede viária local possui uma estrutura radial na sede do concelho – Soure, e o acesso às diferentes freguesias é efetuado por Estradas Nacionais e Estradas Municipais que, em conjunto com os Caminhos Municipais, garantem a ligação entre os, sensivelmente, duzentos Lugares das dez freguesias do concelho.

Existe ainda grande proximidade aos acessos da Autoestrada nº 17 (A17), nas localidades de Louriçal e Figueira da Foz e ao Itinerário Complementar 3 (IC3) em Condeixa-a-Nova (Câmara Municipal de Soure, 2006; Associação de Desenvolvimento de Soure, s.d.).

4.2. A História

A história e as origens do povoamento do espaço físico que atualmente corresponde ao concelho de Soure estão fortemente relacionadas com as características do território, a sua geologia e geografia, uma vez que foram essas características que determinaram as primeiras formas de ocupação humana e que condicionaram a evolução do tipo de povoamento ao longo do tempo (ver anexo F)¹¹.

No Período Romano, nesta região do litoral é conhecida a existência de várias *civitas*, nomeadamente *Aeminium* (Coimbra), *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), *Collipo* (S. Sebastião do Freixo, Leiria) e *Sellium* (Tomar). Embora não na sua totalidade, o território sourense faria muito provavelmente parte da *civitas* de *Conimbriga*, fazendo a ligação viária desta a *Collipo* e a *Olisipo* (Lisboa), pelo litoral, devendo ter adquirido uma importância significativa para a economia da região uma vez que se localizava num ponto de tráfego, conjugando o movimento viário e o movimento fluvial naquela altura. Um conjunto de diferentes vestígios, localizados em várias zonas do concelho de Soure pressupõe uma ocupação romana do território marcante, significativa e duradoura (e.g. inscrição funerária, restos de sarcófago e

¹¹ Anexo F – Características do Território de Soure.

marco miliário encontrados no espaço envolvente ao castelo medieval e Igreja de Nossa Senhora da Finisterra, entre outros) (Pimenta, 2011).

Figura 3. Ruínas de Conímbriga



4.2.1. A Formação de Soure

O mais antigo documento escrito relativo a Soure data de 4 de setembro de 1043, trata-se da carta de doação de um pequeno mosteiro situado em Soure ao Mosteiro de São Vicente da Vacariça¹². O mosteiro terá sido edificado em pleno período moçárabe, ou seja, por cristãos que viviam sob o domínio muçulmano, sendo assim plausível, considerar uma provável origem moçárabe de *Saurio* (Soure). As fontes históricas colocam na primeira metade do século XI a formação do primeiro núcleo urbano de Soure.

O vestígio arqueológico mais antigo alusivo ao povoado de Soure é representado pelo castelo, situado na margem direita do rio Anços, é assim o símbolo por excelência da história secular de Soure, o qual terá sido construído nos finais do século IX, mantendo-se inalterado pelo menos até à segunda década do século XII, quando foi incendiado pelos habitantes em fuga de uma poderosa incursão muçulmana em 1116 (ver anexo G)¹³. Terá sido nesse espaço que os condes D. Henrique e Dona Teresa outorgaram a Carta de Foral¹⁴ à vila de Soure em 1111 (Pimenta, 2011).

Desde os finais do século XII até ao século XIV, novas povoações foram surgindo em Soure e para além da riqueza agrícola produzida pelos seus campos, desenvolveu-se pouco a pouco uma economia ligada ao comércio e ao artesanato e que foi impulsionada pelo fluxo consistente de peregrinos a Santiago de Compostela, comércio que atraiu novos moradores e

¹² O convento da Vacariça foi um dos poucos mosteiros da antiguidade onde viviam frades e freiras em repartições separadas mas, celebrando o ofício divino na igreja. Foi dos mais ricos da Lusitânia, senhor de 37 vilas e lugares, e com uma vasta jurisdição sobre outras igrejas e mosteiros da época, abrangia um território desde Espinho, Matosinhos, Maia, Gondomar, passando por Sever do Vouga, S. Pedro do Sul até Mortágua e Soure, e por muitas outras “vilas” e propriedades com os consideráveis bens fundiários e móveis.

¹³ Anexo G – O Castelo e a Ordem do Templo

¹⁴ A Carta Foral era o documento que instituía legalmente um concelho ou município na Idade Média.

mercadores, assumiu-se assim muito cedo como um centro de funções urbanas, num contexto eminentemente rural.

Foi certamente a riqueza de Soure que chamou a atenção de D. Manuel, primeiro enquanto Governador da Ordem de Cristo e depois como rei de Portugal. A construção da nova igreja de Santiago respondeu às necessidades de culto dos muitos peregrinos e, no fundo, refletiu a abastança da Comenda de Soure. Inserido no contexto duma ampla reforma dos forais em todo o país, o novo Foral Manuelino, datado de 13 de fevereiro de 1513, estabeleceu de forma clara os encargos do concelho de Soure em relação à coroa, tentando assim canalizar a riqueza de Soure para os cofres do reino (Pimenta, 2011).

Figura 4. Castelo de Soure



Figura 5. Igreja Matriz de Soure



A atual Igreja Matriz de Soure, concluída em agosto de 1490, cujo padroeiro é São Tiago, foi a primeira obra de vulto mandada executar por D. Manuel, pelo que se considera que marca o início do estilo manuelino. Existia também uma praça com o mesmo nome, a Praça de Santiago, que cumpria a função de ágora principal da vila de Soure, tornando-se o principal espaço de comunicação entre o poder senhorial – representado pela Ordem de Cristo – e a população de Soure, representando assim o centro da urbe medieval. Provavelmente, a Praça de Santiago corresponderia ao espaço que é hoje ocupado pela Praça Miguel Bombarda, designação adotada pela Câmara Municipal de Soure em 1911 (Pimenta, 2011).

4.3. A População

No concelho de Soure habita um total de 7686 famílias, 8728 Homens e 9771 Mulheres (INE, I.P., 2015b).

“É um concelho com quase 19 mil habitantes em termos dos censos de 2011, na realidade são mais, penso que são mais pelo menos 10% segundo as nossas estimativas, 10% esses que têm a ver com a população emigrante mas que retornou a Portugal mas que mantém o seu estatuto de residência oficial nos países onde estiveram emigrados (...) portanto o concelho de Soure podemos afirmar com toda a certeza que tem 20 mil habitantes” (EC3, 2015).

A diminuição da população neste concelho tem sido uma constante nos últimos anos, tendo perdido mais de 3000 habitantes desde 1991, facto indicador da desertificação do território de Soure, em comparação à Região Centro e à Sub-Região Baixo Mondego. Aliado à perda de população, também o envelhecimento populacional é bastante significativo e preocupante em todo o concelho, *“uma população com um índice de envelhecimento superior à média regional, também por força daquilo que nós achamos, de alguma qualidade de vida que as pessoas idosas têm aqui”* (EC3, 2015), o qual apresenta um índice de envelhecimento de 246,5 e onde a maioria da população possui mais de 45 anos de idade, a população jovem até aos 14 anos ronda apenas os 2000 habitantes. O índice de dependência de idosos situa-se nos 47% (INE, I.P., 2015b).

No estudo *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental* (2005) do Instituto da Segurança Social, I.P., o concelho de Soure situa-se no grupo dos territórios *envelhecidos e desertificados*, concluindo, em relação a estes *“as situações estão aqui, essencialmente, associadas à pobreza e sobretudo aos pensionistas idosos e estes são territórios à beira da morte social”* (Associação de Desenvolvimento de Soure, n.d.). Facto que pode ser comprovado pelo índice de sustentabilidade potencial, ou seja, o número de indivíduos em idade ativa por idoso: 2,2 (rácio), sendo que em 1960 era 6,1.

Relativamente ao nível de escolaridade, segundo os Censos de 2011, 29,8% da população possui o 1º Ciclo do Ensino Básico, 9,1% o 2º Ciclo do Ensino Básico e 18,3% da população possui o 3º Ciclo do Ensino Básico. 15,2% da população tem o Ensino Secundário completo e 7,8% possui qualificações de nível superior, a taxa de analfabetismo situa-se nos 18,9% (Pordata, 2015).

4.3.1. População desempregada

Segundo os Censos de 2011, a população ativa no concelho de Soure era constituída por 7871 indivíduos, 4150 homens e 3721 mulheres. Destes 802 encontravam-se em situação de desemprego, 370 homens e 432 mulheres, ou seja, 10,2% era o valor da taxa de desemprego no concelho. Os grupos etários mais atingidos por esta problemática são os jovens (15-24 anos) com uma taxa de desemprego a atingir os 23,6%, seguidos pelo grupo dos adultos entre os 55 e os 65 anos – 12,3% e pelo grupo de pessoas entre os 25 e os 34 anos – 10,3%. O grupo de indivíduos entre os 35 e os 54 anos é o que apresenta as taxas de desemprego mais baixas (Pordata, 2015).

Tendo atingido o valor máximo de 937 pessoas no ano de 2012, na atualidade, o desemprego parece ter diminuído um pouco, uma vez que no final do mês de maio de 2015, a população desempregada rondava os 734 indivíduos, 324 do género masculino e 410 do género feminino. 373 Estão inscritos no centro de emprego há mais de um ano e 637 procuram um novo emprego, sendo que apenas 97 procura o primeiro emprego. Relativamente ao grupo etário, 94 desempregados têm menos de 25 anos, 143 têm entre os 25 e os 34 anos, 300 têm entre 35 e 54 anos e 197 têm mais de 55 anos de idade. No que diz respeito ao nível de escolaridade, o grupo que regista um maior número de pessoas desempregadas é o Nível de Escolaridade Secundário, com 174 pessoas desempregadas, seguido do Terceiro Ciclo do Ensino Básico, que regista 161 pessoas desempregadas e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, com 158 pessoas desempregadas (IEFP, I.P., 2015).

Contudo, ressaltamos que os números atuais apresentados podem ser bastante mais elevados uma vez que estes apenas contabilizam os indivíduos desempregados que efetuaram inscrição no IEFP, I.P, e não nos fornecem a totalidade de pessoas que se encontram efetivamente desempregadas no concelho.

4.4. A Economia

O concelho de Soure é sustentado, na sua grande maioria, pelos setores do comércio e serviços, existe alguma indústria, embora não seja muito significativa, e um setor agrícola com alguma importância na economia da região:

“o que verificámos mesmo é que o concelho é mais de 80% quase 90% (...) são pequenos comércios, indústria não temos muito, temos muito à base do comércio e uma grande parte empresários em nome individual (...). Ou seja, cerca de 90% do nosso tecido empresarial são pequenas empresas, considerando sociedades ou empresários em nome individual, pequenas empresas e muito pouca indústria” (EC4, 2015).

“É um concelho sustentado pela economia agrícola e por algumas empresas de tecnologia de ponta” (EC3, 2015).

Segundo o INE, I.P. (2015) Soure regista um total de 1400 empresas que dão trabalho a 2839 pessoas, sendo que destas empresas 1082 são em nome individual e 1367 empregam menos de 10 pessoas. As atividades económicas onde se regista o maior número de empresas são: comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos com um total de 362 empresas; construção com 162 empresas; e indústria transformadora com 124 empresas. A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca regista um total de 74 empresas¹⁵.

Existe um Pólo de Atividade Económica com uma dimensão considerável, usualmente denominado por Zona Industrial de Soure, integrando um total de 50 lotes com algumas empresas das mais variadas atividades industriais, e ainda, outros dois Pólos de Atividade Económica de menor dimensão. Além destas empresas, outras unidades industriais, de pequena e média dimensão, dos mais diversos ramos – mármore, mobiliário, têxteis, torrefação/frutos secos, encontram-se sediadas em várias freguesias do concelho. Contudo, o número de empresas e estabelecimentos tem vindo a diminuir ao longo dos anos, tendo-se registado um total de 1750 estabelecimentos no ano de 2008 (Câmara Municipal de Soure, 2006).

4.5. A Educação

O Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure é certamente uma das maiores unidades orgânicas de educação do país. Em consequência da reestruturação que sofreu em agosto de 2006, passou desde então a integrar a Escola Secundária Martinho Árias, como escola sede localizada na Vila de Soure e é constituído por 13 jardins de infância, 23 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, 1 escola do Ensino Básico 1.2 e a escola sede, com quase 2000 alunos de 13 nacionalidades (portuguesa, brasileira, luxemburguesa, romena, bielorrusa, ucraniana, japonesa, chinesa, suíça, francesa, venezuelana, lituana e holandesa), 250 professores e cerca de 100 funcionários (Agrupamento de Escolas Martinho Árias Soure, 2015).

Localizado na freguesia da Granja do Ulmeiro, fundado em 1986, o Instituto Pedro Hispano – Instituição Particular de Caráter Pedagógico Integrada no Sistema Nacional de Ensino, é a outra oferta que existe no concelho, com cerca de 450 alunos, distribuídos pelos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e pelo Ensino Secundário (Instituto Pedro Hispano, 2015).

¹⁵ Período de referência dos dados: 2012

O concelho de Soure dispõe também de uma Biblioteca Municipal com um vasto acervo documental e alguns meios tecnológicos ao dispor dos utentes. A Câmara Municipal, através do Programa Integrado de Promoção da Leitura, tem vindo a implementar um conjunto diversificado de ações, quer na Biblioteca Municipal, quer nas próprias Escolas, no sentido de contribuir para que os alunos do concelho possam descobrir e, continuamente alimentar o prazer de Ler (Câmara Municipal de Soure, 2015).

4.6. A Ação Social e o Desporto

O concelho de Soure é rico em associativismo, designadamente nos âmbitos cultural, de ação social e desporto. Em todas as freguesias encontramos Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, que promovem diversas atividades em todo o território concelhio.

No âmbito da ação social, também todas as freguesias têm sediadas Instituições Particulares de Solidariedade Social que prestam serviços em diversas valências, nomeadamente: creche, jardim de infância, atividades de tempos livres, centro de dia, centro de noite, centro de convívio, serviço de apoio domiciliário, lar de idosos, acolhimento familiar, formação, centro de atividades ocupacionais, as quais atuam em todo o concelho e em alguns dos concelhos vizinhos *“existe uma grande cobertura de rede social, com uma IPSS pelo menos em cada freguesia, com um conjunto de valências e uma rede social a funcionar extraordinariamente bem”* (EC3, 2015).

No que diz respeito ao desporto, todo o concelho é apetrechado por polidesportivos ao ar livre, por vezes mais do que um por freguesia, possui ainda: pista de motocross, moto club de Santo Isidro, campo de tiro aos pratos, campos de futebol, grupo desportivo Sourense, clube Tração Total Aventuras, clubes de pesca desportiva, grupo Cicloturismo Cascos e Rolhas, pavilhões desportivos em Soure e Granja do Ulmeiro, piscinas municipais ao ar livre em Soure e piscinas municipais cobertas em Vila Nova de Anços, estas últimas abertas todo o ano, associação regional de caça e pesca de Vila Nova de Anços, pista de kartcross e grupo Motard *“Os Cavaleiros da Rainha”* (Câmara Municipal de Soure, 2015).

Figura 6. Piscinas Municipais de Soure e de Vila Nova de Anços



Fontes: Monterg construções

CIM Baixo Mondego

4.7. O Património

Tendo em conta a história do concelho de Soure “viajar” pelo Património (ver anexo H)¹⁶ deste território é contemplar milénios de vivências humanas que guardam memórias de povos que marcaram indelevelmente a sua presença neste local, através dos vestígios que deixaram, das obras que construíram, dos artefactos que nos legaram, das plantas que trouxeram, de diferentes sabores à mesa.

“O concelho tem uma grande diversidade, podemos dividi-lo em termos de património natural/ambiental em duas partes, por um lado a questão da serra do Sicó, com a Senhora da Estrela, a parte do Vale dos Poios e a paisagem cársica e a questão das lagoas e das dolinas tudo associado à paisagem calcária da serra do Sicó, e por outro lado temos a paisagem do arroz (...) em termos de paisagem natural, uma mais associada às questões do Baixo Mondego, mais próxima do Baixo Mondego, e outra totalmente contrastante, a questão da serra e dos produtos que advêm da serra. Em termos de património construído (...) temos desde a sua fundação em 1111, depois as questões da igreja de Finisterra que há de ter estado ali na zona do castelo, da Igreja Matriz com as peças de João de Ruão e tudo isso, e depois o património arquitetónico, numa visita pela vila desde o castelo até à Câmara conseguimos ver vários séculos de arquitetura distintos e diferentes” (EC2, 2015).

4.7.1. Histórico

No concelho de Soure existe um conjunto de monumentos e edifícios que retratam um pouco da história dos povos que por esta região passaram. Desde alguns sítios com potencial arqueológico, nomeadamente: Costa d’Arnes, Toca da Moura, Ponte dos Mouros, Forno da Cal; ao conjunto de quintas e casas solarengas que obrigam a uma visita demorada, passando pelo Edifício dos Paços do Concelho e pela inúmera quantidade de Capelas e Igrejas de especial interesse, na sua grande maioria do estilo manuelino, cujas construções ou primeiros restauros datam entre os séculos XV e XVII; Cruzeiros e Pelourinhos; até aos vestígios dos povos mais antigos que foram encontrados em várias zonas da região e se encontram expostos no Museu Municipal, constituem um vasto leque de opções para quem por elas tiver interesse.

¹⁶ Anexo H - Património Cultural e Natural de Soure

4.7.2. Natural

Para além dos rios Anços e Arunca, e dos locais de aprazível lazer que estes rios proporcionam, são também espaços privilegiados para a prática da pesca desportiva e de outros desportos aquáticos como é o caso da canoagem. A localização geográfica do concelho de Soure oferece-nos uma variedade de locais que podem ser considerados como património natural, desde a zona de proteção especial do Paúl da Madriz, aos complexos de termas, nas zonas planas e aluviais da região, até ao canhão cársico, às dolinas e miradouros característicos da zona serrana.

O Vale do Baixo Mondego foi outrora uma imensa Zona Húmida que, ao longo de milénios, proporcionou condições ideais para a existência e desenvolvimento de numerosas comunidades animais e vegetais. No concelho de Soure existe uma destas zonas, um oásis de biodiversidade – o Paúl da Madriz, local classificado como reserva natural – SÍTIO RAMZAR – Zona Húmida de Importância Internacional e de REDE NATURA 2000 – Zona de Proteção Especial – Diretiva Aves. Está inserido nas Freguesias de Alfarelos, a sul da povoação do Casal do Redinho e de Vila Nova de Anços, abrangendo uma área de aproximadamente 40 hectares de terrenos alagadiços com cerca de 2 km de comprimento e uma largura média de 300m, sendo drenado pela Vala do Moinho que o atravessa e se liga à Vala do Canal. A área do Paúl foi ocupada principalmente pelo cultivo intensivo de arroz, tendo essa prática sido abandonada a partir do início da década de 60. Possui uma flora característica onde abundam os patos marrequinhos, Pato-real, o frango de água, pica-paus, mergulhões, o açor, o milhafre, o falcão, cágados, salamandras e onde a colónia de lontras tem algum significado. Estão recenseadas cerca de 142 espécies no âmbito da sua avifauna, facto que a torna rica e variada, para além da presença de outras classes de vertebrados - 10 espécies de peixes, 8 de anfíbios, 11 de répteis e 16 de mamíferos. Na flora, para além da tábua, dos nenúfares, salgueiros, amieiros, lírio-amarelo-dos-pântanos, ulmeiros e do caniço existem extensas matas de salgueiros e uma distribuição de fetos reais que lhe dão uma importância acrescida. Constitui um obrigatório ponto de passagem de aves migratórias na sua rota de migração, ao longo de todo o ano (GEOCACHING, 2015).

Figura 7. Paúl da Madriz



Fonte: GEOCACHING, 2015

4.7.3. Cultural

O património cultural traduz-se na herança de gerações anteriores e abrange tradições, usos, costumes, música, festas e romarias, artes culinárias e algumas habilidades especiais praticadas por alguns artesãos.

Todos os territórios têm as suas especificidades próprias nos domínios da culinária tradicional (ver anexo I)¹⁷, essa especificidade reflete uma evolução milenar que traduz as tradições dos povos que por aqui habitaram, as condições sócio-económicas do meio, a agricultura e o pastoreio, a abundância de condimentos naturais, as tradições religiosas e profanas e a criatividade inventiva das populações.

Também os produtos endógenos das Terras de Sicó e do concelho de Soure têm, ainda hoje, um cunho acentuadamente tradicional, o que lhes confere um elevado nível de autenticidade, apesar dos necessários processos de modernização e higienização, introduzidos recentemente, nos métodos de fabrico (Silva, 2011).

Figura 8. Queijo Rabaçal



O afamado queijo Rabaçal é feito com mais leite de ovelha que de cabra – e deve algumas das suas apreciadas qualidades à aromática erva de Santa Maria que o gado come nos montes. A produção de queijos assume duas formas, a artesanal, ainda hoje com uma implantação significativa, não sendo certificado, e outra, o Queijo Rabaçal produzido por cinco queijarias, certificado e com Denominação de Origem Protegida. Com 13 colaboradores e localizada em plena zona serrana do concelho de Soure, freguesia de Pombalinho, Licínia Neves é uma das produtoras certificadas do Queijo Rabaçal. Um queijo feito de leite de ovelha e cabra, na proporção ideal de 75% do primeiro e 25% do segundo, cru, coagulado com coalho animal, curado durante pelo menos três semanas. Em 2013 venceu o primeiro prémio na categoria Queijo Fresco, no concurso “Queijos de Portugal” organizado pela Associação Nacional dos Industriais de Lactícínios em colaboração com a FullSense (Silva, 2011; Licínia, 2014).

As nojeiras e as figueiras gostam de terrenos calcários e adaptam-se bem nos terrenos gresosos da serra de Sicó. Existe no Maciço uma unidade industrial de tratamento, embalagem e comercialização de frutos secos, na localidade das Degracias, concelho de Soure – Frutorra Pimenta Lda, fundada em 1989. Também o Mel, o Vinho, o Azeite, o Chicharo e as Ervas Aromáticas são produtos característicos desta região (Silva, 2011).

¹⁷ Anexo I – Gastronomia Tradicional do Concelho de Soure

4.8. *Análise dos dados recolhidos*

Para realizar a análise dos dados recolhidos através das entrevistas efetuadas, utilizámos duas técnicas: a análise SWOT e a análise de conteúdo.

A análise SWOT – **Strengths** (pontos fortes ou forças), **Weaknesses** (pontos fracos ou fraquezas), **Opportunities** (oportunidades) e **Threats** (ameaças) é uma das técnicas mais utilizadas em investigação social, quer na elaboração de diagnósticos, quer em análise organizacional ou elaboração de planos. Neste âmbito o seu preenchimento deve iniciar-se no quadrante dos pontos fracos, ou fraquezas, seguindo-se o quadrante dos pontos fortes, ou forças, oportunidades e terminando no quadrante das ameaças (Schiefer *et al.* 2006).

Esta técnica foi utilizada para analisar as cinco entrevistas que realizámos às entidades concelhias, com o intuito de tentar alcançar os objetivos definidos para a realização do diagnóstico: compreender quais são os principais problemas com que os territórios rurais se deparam e quais são as mais-valias que apresentam e de que forma estas podem contribuir para o aumento do emprego e para o desenvolvimento sustentável. O seu preenchimento foi executado com método e utilizando codificações (numéricas e de cor), permitindo dessa forma estabelecer uma relação entre os quadrantes e perceber mais facilmente quais são as fraquezas para que temos mais forças e também quais as forças, oportunidades ou ameaças que existem para fazer face a um ou mais pontos fracos ou fraquezas (ver anexo J)¹⁸.

“A análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo” (Guerra, 2006, p. 62), isto é, pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito, e por esta razão, empregada na análise das doze entrevistas a indivíduos desempregados. O processo de análise de conteúdo contemplou as seguintes etapas: leitura inicial das transcrições, segunda leitura, organização dos eixos de análise, descrição das dimensões, categorização¹⁹, transcrição e frequência (ver anexo K)²⁰. A análise da informação recolhida permitiu-nos perceber de que forma é sentido e vivenciado o desemprego na vida das pessoas: quais são os impactos e a que níveis, as dificuldades que enfrentam, as expectativas que têm ou a sua ausência, entre outros, cumprindo assim o último objetivo do diagnóstico a que nos propusemos.

¹⁸ Anexo J – Análise SWOT do concelho de Soure

¹⁹ “Para Poirier e Valladon (1983, p. 216), categoria é uma rubrica significativa ou uma classe que junta, sob uma noção geral, elementos do discurso” (Guerra, 2006)

²⁰ Anexo K - Análise de conteúdo

4.8.1. *Análise SWOT*

A análise SWOT permitiu-nos obter uma visão abrangente e completa sobre a realidade do concelho de Soure e a região envolvente, zona onde pretendemos desenvolver o nosso projeto. Conseguimos identificar alguns dos pontos fracos e dos pontos fortes que caracterizam o concelho (Ambiente Interno), assim como, algumas oportunidades e ameaças que podem exercer influência no concelho mas que são externas a este (Ambiente Externo). Através do seu preenchimento tentámos estabelecer uma relação entre os vários quadrantes, de forma a perceber que pontos fracos podem ser enfrentados por que pontos fortes e com que oportunidades e ameaças nos poderemos deparar, conforme apresentamos na tabela seguinte.

Tabela 4. Análise SWOT do Concelho de Soure

S – Pontos fortes ou forças	W – Pontos fracos ou fraquezas
S.1. 4 6 8 10 20 Localização geográfica privilegiada: centro do país	W.1 População envelhecida
S.2. 5 7 8 10 18 Proximidade de pólos com ofertas de emprego	W.2 Áreas naturais abandonadas
S.3. 3 4 5 6 8 10 Boa rede de acessibilidades rodoviária e ferroviária	W.3 Reduzida dimensão das empresas
S.4. 1 10 Sossego e qualidade de vida	W. 4 Ausência de iniciativas comerciais inovadoras e atrativas
S.5. 1 10 18 Funcionamento excecional ao nível da rede social	W.5 Tendência para o aumento do desemprego de longa duração ligado a indivíduos com idade avançada
S.6. 10 Existência de múltiplos equipamentos e atividades desportivas	W.6 Baixa escolaridade da população
S.7. 6 7 10 16 18 19 Boa oferta educativa e formativa que abrange todos os níveis de ensino incluindo o ensino profissional	W.7 Falta de motivação para trabalhar
S.8. 1 10 Proximidade a importantes serviços de saúde a nível nacional	W.8 Desemprego
S.9. 4 10 Proximidade do mar e de centros turísticos urbanos	W.9 Falta de parque industrial/empresarial/infraestruturas com disponibilidade imediata para receber empresas
S.10. 4 11 Existência de fluxos turísticos, nomeadamente religiosos	W.10 Dificuldade em fixar a população, principalmente jovem
S.11. 2 7 8 10 14 20 Solos com aptidão agrícola e potencialidades para criar empresas	W.11 Ausência de alojamento economicamente acessível
S.12. 2 Existência de recursos hídricos na região	W.12 Ausência de incentivos/apoio à criação de projetos
S.13. 4 Vasto património e diversificado	W.13 Estagnação económica e dificuldades fiscais
S.14. 2 Riqueza ao nível dos recursos naturais	W.14 Economia sustentada por pequenos comércios
S.15. 2 4 7 8 10 11 20 Potencialidades na área do turismo de património, natureza e aventura	W.15 Indústria pouco significativa
S.16. 3 4 7 8 10 14 20 Características diferenciadoras que podem trazer competitividade à região	
S.17. 4 8 15 Existência de produtos endógenos com a marca Sicó no mercado	

<p>S.18. 11 Alojamento</p> <p>S.19. 4 Riqueza história e património cultural</p> <p>S.20. 5 8 10 15 Presença de alguma indústria</p> <p>S.21. 3 4 16 18 Existência de Associação Empresarial</p> <p>S.22. 4 20 Integração em redes e associações que potenciam o desenvolvimento</p> <p>S.23. 4 11 Existência de uma aplicação e um site na internet que facilita a visita à região</p> <p>S.24. 9 14 15 Existência de parques industriais</p> <p>S.25. 3 9 14 15 Facilidade em instalação de empresas</p> <p>S.26. 4 8 10 11 Existência de investimentos públicos e privados na área do turismo</p> <p>S.27. 2 8 Preocupações no âmbito do desenvolvimento sustentável</p> <p>S.28. 4 5 7 8 10 11 16 Existência de medidas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo</p> <p>S.29. 10 11 Existência de entidades que potenciam o desenvolvimento da região</p> <p>S.30. 2 7 8 10 17 Entidades disponíveis para realizar parcerias com projetos de desenvolvimento local</p>	<p>W.16 Ausência de iniciativa de empreendedorismo e de inovação da população local</p> <p>W.17 Falta de verbas para concretizar projetos e atividades</p> <p>W.18 Dificuldades de re(integração) de públicos vulneráveis</p> <p>W.19 Política do assistencialismo</p> <p>W.20 Classificação de território envelhecido e desertificado</p>
<p>O – Oportunidades</p>	<p>A – Ameaças</p>
<p>O.1. 1 2 8 10 13 16 19 Aposta em produtos diferenciados e inovadores na economia social</p> <p>O.2. 3 4 6 8 13 Utilização das novas tecnologias de informação</p> <p>O.3. 1 11 Envelhecimento da população e intensificação da procura de tratamentos de saúde na área do termalismo</p> <p>O.4. 3 4 5 7 8 10 14 15 Existência de políticas de incentivo ao crescimento e à criação de emprego</p> <p>O.5. 5 8 12 13 14 15 17 Programas da UE de incentivos financeiros para a criação de emprego</p> <p>O.6. 4 5 7 8 10 Medidas nacionais de apoio ao emprego</p> <p>O.7. 3 4 5 7 8 10 11 16 17 Medidas de apoio ao empreendedorismo e inovação social</p> <p>O.8. 15 18 Importância crescente das empresas sociais</p> <p>O.9. 2 Políticas de promoção de um desenvolvimento sustentável</p> <p>O.10. 2 8 10 11 20 Mudança da conceção do paradigma rural</p> <p>O.11. 2 8 10 Importância crescente de formas de agricultura sustentável</p> <p>O.12. 8 11 Importância crescente do turismo rural</p> <p>O.13. 2 8 11 20 Programa nacional de desenvolvimento rural</p>	<p>T.1. 3 4 8 9 14 15 Existência de uma forte concorrência de produtos estrangeiros face aos produtos nacionais</p> <p>T.2. 2 4 10 11 20 Desvalorização do mundo rural, perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas</p> <p>T.3. 3 4 5 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 Crise económica e perda do poder de compra</p> <p>T.4. 3 5 7 8 9 14 15 Deslocalização de empresas com peso na estrutura económica para países de mão de obra barata</p> <p>T.5. 3 5 7 8 10 14 15 18 20 Desemprego</p> <p>T.6. 3 5 8 14 18 20 Efeitos do desenvolvimento tecnológico</p> <p>T.7. 5 7 8 10 18 Mudança da conceção</p>

<p>O.14 10 17 18 Desenvolvimento da economia solidária</p>	<p>de emprego T.8. 1 7 18 Aumento das situações de pobreza e de exclusão social T.9. 1 20 Baixa taxa de natalidade</p>
---	---

A partir da análise da tabela podemos observar que a maioria dos problemas ou pontos fracos identificados no concelho de Soure são comuns aos territórios rurais, envelhecidos e desertificados, como por exemplo: população envelhecida *“Uma população com um índice de envelhecimento superior à média regional”* EC3, desemprego *“Uma das preocupações a nível económico e social, uma das principais preocupações é mesmo a questão do desemprego”* EC4, e dificuldade em fixar a população, principalmente jovem:

“Preocupa-me mais a fuga desses jovens, com formação superior, e que fogem, não digo para fora de Soure mas para fora da região, e também preocupa não haver capacidade de empreendedorismo e de criação e de inovação para se instalarem no concelho de Soure, porque seriam cérebros, seriam massa crítica que iria cimentar-se para um futuro que temos de preparar” EC3.

A economia é sustentada por pequenos comércios *“É que o concelho é mais de 80% quase 90% é pequenos comércios”* EC4, e a indústria pouco significativa *“Temos alguma indústria extrativa e algumas empresas industriais mas não é muito significativo”* EC4. Política do assistencialismo *“Em Portugal existe muito mais o conceito do assistencialismo”* EC3, e dificuldades de (re)integração de públicos vulneráveis:

“E de facto há algumas vulnerabilidades nomeadamente ao nível da inserção profissional destes públicos, porque há um esforço muito grande de tentativa de reconversão por um lado, mas por outro lado não é fácil conseguir emprego para todos, até porque o emprego neste momento é coisa que não abunda” EC1.

Baixa escolaridade da população *“E infelizmente o que não faltam são pessoas desempregadas e com baixa escolaridade no concelho”* EC2.

Fraquezas que acabam por estar ligadas entre si, formando um ciclo vicioso, para o qual parece não haver uma solução, uma vez que: se não existe um setor industrial significativo, nem capacidade para o receber a curto-prazo, o número de empresas existentes vai diminuindo ao longo dos anos, a economia é sustentada por pequenos comércios, a maioria em nome individual e com menos de 10 trabalhadores cada um, existe um setor agrícola com potencial mas que é pouco explorado, quando a crise económica e financeira atinge os pólos urbanos vizinhos que dão emprego à maioria da população, o desemprego atinge muitas das famílias do concelho, assim como, as consequências que deste advêm. Com

o aumento da dificuldade em encontrar trabalho na região, aumenta a dificuldade em fixar a população, principalmente os mais jovens, o que resulta na agravação da taxa de envelhecimento populacional e na desertificação do concelho, que vai assim, permanecendo e vivendo numa lógica de políticas assistencialistas aos mais vulneráveis, neste caso sobretudo aos idosos, que são os que ficam.

Contudo, ao olharmos para o quadrante dos pontos fortes ou forças verificamos que Soure apresenta uma série de características que podem inverter a situação em que este se encontra atualmente, tornando-o um território atrativo, não só para a população residente mas também para os turistas, renovado, multifuncional, inovador e competitivo, através de novas fontes de sucesso económico, tais como clusters dinâmicos de pequenas e médias empresas, do desenvolvimento de agroindústrias diversificadas e do turismo rural, de oportunidades relacionadas com produtos que projetam as tradições de qualidade e o artesanato, em sintonia com a natureza e com um sentimento de lugar e de cultura, por exemplo. A localização geográfica privilegiada *“Entendo que tem uma localização estratégica naquilo que é o enquadramento nacional, estamos a uma hora e meia de Lisboa, a uma hora do Porto, estamos próximos da fronteira com Espanha, sendo uma área rural tem uma localização fantástica”* EC5, as boas redes de acessibilidades *“Porque tem autoestradas, está bem servida atualmente”* EC5, educativa e formativa, a proximidade a importantes serviços de saúde:

“O facto de nós estarmos perto de três pólos urbanos atrativos, como seja Coimbra, Figueira e Pombal, também com, em qualquer destes três sítios, uma oferta muito diversificada e completa de serviços de saúde quer do sistema nacional de saúde, público portanto, quer do sistema privado” EC3.

A proximidade do mar e de centros turísticos urbanos *“Próximo do mar (...) com turismo religioso, com Fátima aqui muito perto, Coimbra Património da Humanidade, Conímbriga, pronto estamos perto de tudo”* EC3, a existência de recursos hídricos, e de um vasto património e diversificado, são alguns dos fatores diferenciadores característicos da região e que se podem constituir como fortes potencialidades de desenvolvimento sustentável e de criação de postos de trabalho, *“Tem área turística, tem património, pode-se desenvolver”* EC2.

Relativamente à relação que estabelecemos entre os quadrantes dos pontos fracos e dos pontos fortes consideramos que as fraquezas para as quais existem mais forças, ou seja, aquelas que seriam mais facilmente solucionadas são: W.2 Áreas naturais abandonadas, W.4 Ausência de iniciativas comerciais inovadoras e atrativas, W.7 Falta de Motivação para

trabalhar, W.8 Desemprego, W.10 Dificuldade em fixar a população, principalmente jovem, W.11 Ausência de alojamento economicamente acessível, tendo em conta alguns dos pontos fortes enumerados como: S.1. Localização geográfica privilegiada: centro do país, S.2. Proximidade de pólos com ofertas de emprego, S.3. Boa rede de acessibilidades rodoviária e ferroviária, S.11. Solos com aptidão agrícola e potencialidades para criar empresas, S.15. Potencialidades na área do turismo de património, natureza e aventura, S.16. Características diferenciadoras que podem trazer competitividade à região, S.28. Existência de medidas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo; e a questão que referimos anteriormente, da ligação entre grande parte destes problemas, isto é, a resolução de uns propiciaria a solução dos outros.

De mais difícil resolução encontramos pontos fracos como: W.1 População envelhecida, W.3 Reduzida dimensão das empresas, W.6 Baixa escolaridade da população, W.9 Falta de parque industrial/empresarial/infraestruturas com disponibilidade imediata para receber empresas, W.12 Ausência de incentivos/apoio à criação de projetos, W.13 Estagnação económica e dificuldades fiscais, W.16 Ausência de iniciativa de empreendedorismo e de inovação da população local, W.17 Falta de verbas para concretizar projetos e atividades e W.19 Política do assistencialismo.

No que diz respeito às oportunidades identificámos algumas que julgamos poderem contribuir positivamente para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente para a criação de postos de trabalho, como: O.1 Aposta em produtos diferenciados e inovadores na economia social, O.4 Existência de políticas de incentivo ao crescimento e à criação de emprego, O.5 Programas da UE de incentivos financeiros para a criação de emprego, O.7 Medidas de apoio ao empreendedorismo e inovação social, O.10 Mudança da conceção do paradigma rural.

Não esquecendo contudo, que são várias as ameaças que podem dificultar esse trabalho: T.1 Existência de uma forte concorrência de produtos estrangeiros face aos produtos nacionais, T.2 Desvalorização do mundo rural, perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas, T.3 Crise económica e perda do poder de compra, T.4 Deslocalização de empresas com peso na estrutura económica para países de mão de obra barata, T.7 Mudança da conceção de emprego.

Posto isto, salientamos a problemática do **desemprego** no concelho de Soure como uma das mais importantes e urgentes a intervir. Apesar de ser um flagelo que atinge não só o nosso país como toda a Europa, condicionado muitas vezes por fatores externos que não

podemos controlar, como a crise económica, é essencial tentar contrariar e inverter esta situação, uma vez que, não só o desemprego por si já é bastante negativo para a pessoa e família que o vivencia, como acarreta um conjunto de outros problemas às zonas por ele mais atingidas, nomeadamente os territórios rurais, como a desertificação, a população envelhecida, a estagnação económica e o abandono das áreas naturais e do património.

Tendo em conta as condições privilegiadas que a região nos oferece, em termos de localização, acessibilidades, rede social e escolar, património natural e cultural, sossego e qualidade de vida, assim como, algumas das linhas de orientação lançadas pela ENDS para obter o desenvolvimento sustentável: aproveitar o potencial endógeno, valorizar os recursos naturais e assumir o património cultural como meios valiosos para o desenvolvimento harmonioso e para o crescimento económico sustentável e gerar uma economia competitiva e criadora de emprego, assente em atividades de futuro, reforçando os mecanismos de apoio financeiro à inovação e ao empreendedorismo e tirando partido das tecnologias da informação, a nossa proposta de projeto de intervenção, incide sobretudo na promoção do desenvolvimento sustentável, nomeadamente na criação de postos de trabalho através de respostas inovadoras.

Neste sentido, sendo um dos principais intervenientes e destinatários do projeto, o grupo dos desempregados, considerámos fundamental torná-lo num agente participativo do processo, questionando doze pessoas em situação de desemprego. Apresentamos então a análise e respetivas conclusões dessa participação no ponto seguinte.

4.8.2. Análise de Conteúdo

Um grupo heterogéneo de entrevistados: segundo a idade, o estado civil, as habilitações literárias, a experiência profissional, a duração do desemprego e os motivos que levaram a essa situação, permitiu-nos obter uma visão profunda e abrangente de como esta problemática afeta a vida destes indivíduos. As entrevistas realizadas possibilitaram-nos ainda recolher algumas opiniões acerca dos territórios rurais, nomeadamente, sobre o concelho de Soure, localidade de residência de todos os participantes.

Assim, após a leitura das transcrições de todas as entrevistas definimos doze eixos de análise, que se subdividem em dimensões e estas, por sua vez, em categorias, como descrevemos e analisamos de seguida.

Tabela 5. Eixo de análise - impactos da situação de desemprego

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequência
Impactos da situação de desemprego	Pessoal	Estruturação do tempo	EF1, EF3, EF5, EF6
		Avanço da idade	EF1, EF2, EM6
		Baixa autoestima	EF3, EF5, EF4
		Mudança de hábitos	EM1
		Estagnação pessoal	EM2
		Diminuição da qualidade de vida	EM3, EM5
	Social	Isolamento social	EF1, EF4
		Maior participação	EF2
	Profissional	Direitos sociais	EF1
		Estagnação profissional	EF2, EF4, EM2
		Expetativas futuras	EF5, EM5
	Económica	Diminuição da autonomia económica	EF3, EF5, EF6, EM1, EM4
		Ausência de rendimentos de subsistência	EF3, EF4, EF5
	Famíliares	Tempo livre	EF1, EF2, EF6, EM1
Diminuição do bem-estar dos filhos		EF3, EM3	

Relativamente ao eixo de análise sobre os impactos que uma situação de desemprego provoca na vida de uma pessoa, podemos constatar que, na sua grande maioria, é uma problemática que afeta negativamente o quotidiano de um indivíduo a todos os níveis: pessoal, social, profissional, económico e familiar, sendo os mais referenciados pelos entrevistados os níveis pessoal e económico. De facto, quando uma pessoa se encontra forçosamente desempregada, uma das alterações mais significativas com que se depara é a estruturação do tempo, ou seja, a perda da sua rotina diária: *“O trabalho permitia ter uma rotina, sair de casa”* EF1;

“Para quem está habituada a sair todos os dias e ir para a rua, há pessoas que não faz diferença mas a mim faz, o ter de ficar em casa, o perceber que realmente não tenho nada para fazer lá fora, aquela minha rotina diária que acabou. Porque eu sempre fui, e sou, uma pessoa muito ativa, que gostava

muito de sair, ter a minha rotina diária, saber que ia fazer alguma coisa, o ir de manhã e vir à noite para mim é muito importante” EF3.

Muitas vezes esta situação conduz à estagnação pessoal e a sentimentos de baixa autoestima e de inutilidade nos indivíduos: *“Parece que não temos utilidade para nada” EF5*, assim como à diminuição da qualidade de vida. Contudo, quando uma pessoa está insatisfeita com o seu emprego, uma situação de desemprego pode ser sinónimo de mudanças positivas na sua vida, alterando as rotinas, os sentimentos ou os hábitos: *“Afastei-me de uma cidade que nunca dorme e onde as drogas são comuns em todos os meios, permitindo-me libertar de alguns vícios, sobretudo erva e álcool” EM1.*

A diminuição da autonomia económica é outro dos aspetos bastante enfatizado pelos entrevistados: *“É assim monetário, monetariamente acho que é um dos fatores mais importantes” EF6*, podendo mesmo uma situação de desemprego levar à ausência de rendimentos de subsistência, nomeadamente em casos onde o cônjuge também se encontra desempregado ou com ordenados em atraso e/ou quando termina o subsídio de desemprego: *“Termina o desemprego e não temos direito a nada, e depois vai-se comer o quê” EF5.*

Aos níveis social e familiar verificamos que o desemprego tanto pode causar impactos negativos como o isolamento social: *“Não convivemos tanto, ou seja, a parte social quase que não existe” EF4*, e a diminuição do bem-estar dos filhos: *“Baixa qualidade de vida para (...) o futuro do meu filho” EM3*; ou por outro lado, impactos positivos como maior participação: *“Tenho mais tempo para o social, acho que o impacto é positivo” EF2*, ou mais tempo livre para a família: *“Não causa grande transtorno porque estou em casa a tomar conta do meu filho” EF1*; *“Permitiu-me também passar mais tempo com a minha família e ajudá-la” EM1.*

Por último, ao nível profissional a opinião dos entrevistados é unânime, o desemprego causa impactos negativos como a estagnação profissional: *“A nível profissional se calhar corta-me um bocado as pernas, o facto de não estar a exercer alguma função” EF2*; *“Profissional é uma pessoa não evoluir, pronto não passas da experiência que tens” EM2*, a ausência de expectativas para o futuro ou o adiamento de objetivos e de projetos: *“Alguns objetivos e projetos que tinha em mente tive que adiar um bocado e deixar para trás, até arranjar emprego e até começar a construir a minha vida” EM5*, no âmbito dos direitos sociais é o tempo em que não se efetuam contribuições para a Segurança Social, ou seja, não será contabilizado mais tarde para efeitos de reforma: *“Tempo parado, não se desconta” EF1.*

Tabela 6. Eixo de análise - dificuldades de (re)integração no mercado de trabalho

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequências
Dificuldades de (Re)Integração no mercado de trabalho	Pessoal	Idade	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EM4, EM6
		Problemas de saúde	EF5
		Idioma	EM1
		Ausência de experiência	EF1, EM2
		Habilitações literárias	EF4, EM5, EM6
	Estrutural	Reduzida oferta de empregos	EF3, EF5, EM3, EM5
		Conhecimentos/influências	EF1, EF3
		Desconfiança das empresas	EM4
	Contextual	Ausência de procura	EF2, EF6

No que se refere às dificuldades de (re)integração no mercado de trabalho podemos verificar que o fator mais citado pelos entrevistados é a questão da idade (sete em doze entrevistas) como uma das grandes, senão a maior, dificuldade que sentem: *“Primeiro a idade, porque embora tenha 32 anos já sou velha para determinado tipo de coisas”* EF4; *“Depois a idade também”* EM6, afetando tanto homens como mulheres. Outra das dificuldades mais sentidas prende-se com a reduzida oferta de empregos, fruto da crise com que as economias de deparam neste momento:

“Há uma procura muito grande e uma oferta muito muito mínima (...) neste momento há uma saturação tão grande a nível de mercado, com uma oferta muito pequenina e uma procura enorme, eu costumo dizer há uma oferta para 100” EF3.

As habilitações literárias também são enumeradas como uma dificuldade sentida por algumas das pessoas desempregadas, por um lado, quando se possui um curso do ensino superior e se concorre a empregos que não exigem qualificações tão elevadas:

“Outra coisa é o facto de ter licenciatura, porque a maior parte dos empregos que se veem em fábricas e todos os sítios que sejam a ganhar o ordenado mínimo não aceitam licenciados, e a licenciatura muitas vezes me dificultou o acesso a esse tipo de trabalhos” EF4.

Por outro lado, a falta de formação profissional específica: *“Se calhar falta de uma formação específica, porque hoje em dia as empresas já pensam nos profissionais, já colocam na escola determinados cursos onde podem ir recrutar os profissionais”* EM6.

A ausência de experiência profissional, principalmente nos indivíduos mais novos, e os conhecimentos/influências são também referidos neste eixo de análise *“Continua a parecer-me ainda mais, cada vez mais que é tudo muito por cunhas, tudo muito por influências”* EF3.

Tabela 7. Eixo de análise - estratégia na procura de emprego

Eixo de análise	Dimensão	Categoria	Frequências
Estratégia na procura de emprego	Empenho	Forte	EF3, EF4, EF5, EM1, EM2, EM3, EM4
		Moderado	EM5, EM6
		Fraco	EF1, EF2, EF6
	Modo	Institucional	EF1, EM2, EM5
		Mass media/internet	EF1, EF3, EF4, EM1, EM2, EM3, EM5
		Presencial	EF1, EF3, EM1, EM2, EM5

A estratégia na procura de emprego encontra-se dividida em duas dimensões: empenho e modo. Podemos verificar que a maior parte dos entrevistados está fortemente empenhada em encontrar trabalho, *“É assim eu procuro bastante”* EF3; *“Procuro todos os dias”* EF4; *“O meu empenho é total, é procurar em tudo o que é ofertas de emprego”* EM2. Podemos observar também, na tabela, três casos de mulheres em que o empenho é fraco ou que não procuram mesmo qualquer tipo de trabalho, esta situação está relacionada com o facto de terem filhos pequenos e terem optado por ficar em casa a tomar conta deles *“Até agora não me dediquei muito por causa do meu filho”* EF1.

No que se refere ao modo como procuram emprego, grande parte dos indivíduos diz recorrer aos meios de comunicação/internet, *“Eu utilizo muito em termos de net, estou inscrita em muitos sites, inclusive o do net-empregos, e eles todos os dias me enviam diversos sites e eu vou ver”* EF3; *“Inscrevo-me em agências de recursos humanos que buscam trabalhadores e que colocam ofertas de emprego online e as que vejo e me interessam envio o meu currículo”* EM1, talvez pela facilidade, comodidade e celeridade que estes meios proporcionam, na nossa opinião.

A entrega de currículos presenciais e espontâneos, assim como, o contacto informal com outras pessoas, conhecidos ou amigos, também é uma forma bastante utilizada para procurar emprego, *“Também entrego em lojas, e em todo o lado e mais algum”* EF3; *“E também às vezes a falar com pessoas que conheço”* EM5.

No que concerne ao eixo de análise – interesses e motivações ao nível profissional, constatamos que a primeira opção e principal interesse na procura de um emprego, para praticamente todos os entrevistados, recai em ofertas na sua área de formação académica e/ou experiência profissional, *“Gostava de ingressar na área do meu curso, na minha formação”* EF2; *“Eu queria continuar na área de vendas, que é aquilo que eu gosto de fazer, parte de comercial, contacto com o público, é a área que mais me apaixona e é aquilo que eu queria fazer futuramente”* EF3; *“O meu interesse é sempre mais pela área do desporto que é a área*

que eu gosto” EM5. Contudo, na impossibilidade de conseguir um emprego do seu interesse, algumas pessoas demonstram-se disponíveis para trabalhar em outra área qualquer, *“No entanto como os artistas morrem de fome qualquer trabalho que me dê dinheiro ao final do mês é ótimo*” EF4. As razões pelas quais os indivíduos procuram emprego estão relacionadas com a satisfação das necessidades básicas como a subsistência, a segurança e o aumento da qualidade de vida *“Uma pessoa tem de se desenrascar, tem de comer*” EM4.

Relativamente ao eixo de análise – expectativas e perspectivas para o futuro, verificamos que apenas três entrevistados se encontram otimistas e acreditam que conseguirão um emprego num curto espaço de tempo *“Tenho expectativa de ainda este ano entrar no mercado de trabalho*” EF2, para muitos dos indivíduos as expectativas já se desvaneceram e não conseguem ter boas perspectivas para o futuro *“Cada vez piores, pelo menos é isso que eu acho, não encontro expectativas em lado nenhum, perspectivas cada vez está pior*” EF4; *“Poucas, nenhuma, sei lá, cada vez vejo isto a piorar, não vejo nenhuma expectativa, pelo menos para a minha parte não*” EF5; *“Tento ser otimista mas a gente vê que nestes anos mais próximos não vai ser fácil, estou a falar no geral, porque depois para mim quanto mais complicado relativamente à idade pior*” EM6, situação que se vai agravando consoante a idade vai avançando e o desemprego se prolonga no tempo.

Tabela 8. Eixo de análise - benefícios do emprego

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequências
Benefícios do emprego	Pessoal	Estruturação do tempo/ocupação	EF3, EF4, EM2, EM6
		Aumento do bem-estar psicológico	EF4, EF5
		Alteração do local de residência	EM1, EM5
	Profissional	Direitos sociais	EF1
		Aquisição de experiência	EF1
	Social	Maior participação	EF4, EM6
	Económica	Maior autonomia financeira (pessoal e familiar)	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EF6, EM2, EM3, EM4, EM5

Através da análise da tabela relativa aos benefícios que um emprego pode produzir na vida de uma pessoa, observamos que a esmagadora maioria dos entrevistados refere a dimensão económica, concretamente, maior autonomia financeira, quer para si e/ou para a sua família como a mais importante, *“A nível económico mudaria com certeza*” EF2;

“Mudava muito, se eu conseguisse arranjar um emprego e conseguisse trabalhar todos os dias mudava muito, tenho o marido a trabalhar sem receber e eu desempregada não tá fácil, e então olha mudava

muita coisa, que eu tenho de dar muitas voltas à cabeça para conseguir andar com a cara levantada (...) mudava principalmente a nível monetário” EF5;

“E depois a autonomia principalmente, falta um bocado a autonomia às pessoas quando não têm o seu ganha-pão” EM2; “Mudaria a nível económico, a nível familiar, dando melhoria ao nível da família economicamente” EM3.

Outro dos benefícios que um emprego pode trazer à vida das pessoas prende-se com a estruturação do tempo, a aquisição de uma rotina diária, sair de casa, ter uma ocupação, são alguns dos aspetos referenciados pelos entrevistados, *“Estar ocupado, é totalmente diferente, ter horários a cumprir, aquela coisa do stress de levantar cedo, a rotina” EM6*, e consequentemente, o aumento do bem-estar psicológico, *“Porque quando estamos muito tempo em casa acabamos por ficar depressivas (...) não temos motivação” EF4*, em alguns casos pode ainda alterar a morada, principalmente para quem tenciona deixar de viver em casa dos pais/familiares. Ao nível profissional proporciona experiência, por um lado, e contribuições para o Instituto da Segurança Social por outro. Conduz ainda a uma maior participação ao nível social, *“Tem a parte social que é extremamente importante” EF4; “Muda tudo um emprego porque só o facto de conhecer gente” EM6.*

Ou seja, tal como uma situação de desemprego afeta negativamente todas as vertentes na vida de uma pessoa, conseguir um emprego vai inverter a situação, proporcionando benefícios também a todos os níveis: pessoal, profissional, social, familiar e económico.

Tabela 9. Eixo de análise - soluções para minimizar o problema do desemprego

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequências
Soluções para minimizar o problema do desemprego	Internacional	Mercados	EF3
	Nacional	Governo	EF3, EF4, EF5, EF6, EM1
		Apoio financeiro	EF1, EF3, EF4, EM2, EM6
		Medidas	EF2, EF3, EF4, EF6, EM3, EM4, EM5, EM6
	Local	Preferência residencial	EF4

Quando falamos em soluções para minimizar o problema do desemprego no nosso país grande parte dos entrevistados atribui essa função ao Estado, por um lado, através da alteração do governo e das leis em vigor:

“Poderia começar por leis novas onde a entidade patronal não fosse os reis e o trabalhador fosse ralé, que é mesmo assim, portanto eu começaria por mudar tudo o que fosse estado, acho que é o que está a incapacitar mais a nível de trabalho é as leis que eles colocaram e acho que foi a partir daí que isto começou a vir tudo cá para baixo” EF4;

“Não sei o nosso governo é que devia, porque são coisas que agente não consegue” EF6, por outro, através de apoio financeiro, subsídios e incentivos, para as empresas existentes e/ou para criar novas empresas, “Quem tivesse ideias de negócio tivesse mais ajudas, quem tem ideias precisa de capital, mais ajudas para montar empresas” EF1; “Mais incentivos para as empresas colocarem pessoal” EM6.

Algumas das medidas apresentadas pelos nossos entrevistados passam por: “Criação de postos de trabalho, novas empresas” EF3; “Por exemplo na via do ensino fechar os cursos, se não têm sítio para os colocar para quê estar a formar as pessoas, fechar alguns cursos durante uns anos” EF6;

“Criar mais emprego, se calhar também apostar mais na área da agricultura, eu concordo, eu gosto até de agricultura e tento fazer coisas lá em casa, nós temos um país com tanto para explorar e às vezes é uma coisa que não investimos muito nisso, ou investimos pouco (...) em vez de exportarmos ou importarmos, produzirmos nós para ser mais autosustentáveis” EM5;

“Valorizar a experiência das pessoas que é coisa que hoje em dia não fazem a partir de uma certa idade” EM6;

“A nível local eu acho que se as entidades empregassem, por exemplo, ou dessem preferência a pessoas da localidade, da freguesia, concelho (...) não sei seria mais benéfico, do que por exemplo eu sair daqui e ir trabalhar para o Algarve, tendo postos de trabalho iguais aqui, as residências deveriam ser abrangidas, até porque quem ganha o ordenado mínimo ir daqui para Coimbra” EF4.

Tabela 10. Eixo de análise - o meio rural (setor agrícola)

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequências
O meio rural (setor agrícola)	Oportunidade	Criação de emprego/sustentabilidade	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EF6, EM1, EM2, EM3, EM4, EM5, EM6
		Setores de desenvolvimento	EF1, EF3
		Condições associadas	EF1, EF2 EF6, EM2, EM5
		Benefícios para a saúde	EF4, EF5
	Realidade pessoal	Algum interesse	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EM1, EM2, EM3, EM4, EM6
		Ausência de interesse	EF6, EM5

O meio rural, em particular o setor agrícola, é encarado por todos os entrevistados como uma oportunidade de criação de postos de trabalho,

“Está muito in, digamos assim, o meio rural e a agricultura neste momento, atualmente há muitos investimentos de pessoas jovens, jovens engenheiros que têm formação na área da agricultura, o que vai criar postos de trabalho e vai desenvolver o local, a zona onde está inserido. Acho que são vantagens muito grandes” EF2;

“Eu encaro, até porque é uma coisa que eu gosto, e é uma coisa que nós estamos habituadas (...), agora eu acho que sim, o setor agrícola acho que em questão de dar acesso a emprego para as pessoas para acho que é bom” EF4; “Sem dúvida, para já, então no nosso meio é só campo” EM2; “Sim, porque não. Estão a surgir muitas coisas no meio agrícola que se calhar até são sustentáveis para o futuro” EM6.

“Fazer turismo rural, chamar os estrangeiros que não têm aquilo que nós aqui podemos lhe oferecer, e realmente vivemos num meio circundante em que podemos ter boas condições para o desenvolvimento do turismo rural. Na parte agrícola sim porque temos terrenos, temos água, temos tudo aquilo o que realmente necessitamos para ter um bom desenvolvimento e apostar no meio agrícola, porque o setor agrícola e o turismo para mim são o futuro deste país, eu acho, mas essa é a minha opinião” EF3.

Contudo, referem algumas condições essenciais associadas a este tipo de trabalho, uma vez que fisicamente é bastante duro, por vezes não existem horários, mas sim a necessidade de respeitar a época das culturas e o seu ritmo de crescimento, são precisos grandes investimentos, nomeadamente em infraestruturas e maquinaria, *“Mas é preciso ajudas, é um trabalho mais sujo, tratar dos animais, é um trabalho que é preciso ter gosto, acaba por ser uma prisão, trabalha-se aos domingos” EF1; “Mas também têm que gostar (...) mas isso têm que ser os jovens e também o governo dar perspectivas para eles irem para a parte rural e trabalhar” EF6.*

Por outro lado, alguns dos entrevistados afirmam que o trabalho agrícola pode trazer benefícios ao nível da saúde e bem-estar *“Aliás acho que é uma bela terapia” EF4; “E até é ao livre, e uma pessoa quando está stressada e vai para o quintal passa o stress” EF5.*

Quando nos referimos ao setor agrícola como uma realidade pessoal, ou seja, quando questionamos as pessoas sobre qual o seu interesse em trabalhar nesta área e o que gostariam de fazer, a maior parte diz que até gosta e tem interesse mas com algumas reticências ao trabalho efetivo na terra, especialmente no caso das mulheres, ou porque não foram habituadas, ou porque preferem outras atividades relacionadas com o território rural, ou porque não têm dinheiro para investir, ou porque têm problemas de saúde que as impedem de fazer muitos esforços físicos, *“Mais interesse por animais, é uma coisa que até gosto, de porte pequeno, também gosto de plantas. Eu não estou habituada a essas coisas das terras, não percebo nada, gostava de escamisar, na altura do milho” EF1;*

“Sem dúvida, eu acho que tudo à volta me apaixonou, porque também tem um bocadinho aí a ver com a minha parte de contacto com o público, que eu adoro, para além da minha veia comercial, eu acho que o contacto principalmente também com os turistas com as pessoas acho que para mim ia ser super interessante” EF3;

“Tenho interesse, especialmente gosto de trabalhar com tipo jardins, tipo aqueles jardins hortícolas, não tanto virado para horta mas mais virado para paisagem, embora a horta também gosto” EF4.

No caso dos homens as respostas são um pouco diferentes, dizem estar habituados e alguns cultivam mesmo os seus próprios alimentos, embora em quantidades apenas para consumo próprio, “Sim. Como cresci num meio rural, estou de certa forma habituado a trabalhos agrícolas e tenho alguma experiência. As atividades que gosto mais são as vindimas e a apanha da azeitona” EM1;

“Sim tenho, porque simplesmente se não for isso de onde é que agente vai buscar para sustentar a maior parte das casas, aqui nos meios rurais, não digo todas as pessoas, mas muita gente tem um bocado de terreno para cultivar (...) ai isso aí não tenho problemas nenhuns nessa área, gosto de tudo, sabe que fui criado no meio agrícola, gosto de ter as minhas coisas” EM4.

“Eu sempre trabalhei na terra, só que são parcelas pequeninas e sempre tive interesse e faço as minhas coisas, mas é tudo em poucas quantidades... é só mesmo para consumo” EM6.

No que diz respeito ao eixo de análise – formação na área da agricultura, encontra-se dividido em duas dimensões: interesse e disponibilidade. De uma forma geral, todos os entrevistados afirmam ter interesse e disponibilidade para frequentar formação nesta área, a única condição imposta por um dos participantes foi não ter de se deslocar longas distâncias, “Tenho sempre interesse em ter formação seja qual for a área e é sempre bom agente ser um bocadinho mais cultas e aprender sempre mais” EF2; “É uma opção que nunca pensei até aqui, mas que agora até me agrada” EM1; “Interesso-me porque já tive alguma formação na área da agricultura” EM3; “Sim, isso era interessante, tanto a área da agricultura como do turismo rural” EM5; “Neste momento estou desempregada, tenho tempo suficiente para tudo” EF5; “E a disponibilidade até era imediata, sem problema nenhum” EM2.

Tabela 11. Eixo de análise - condições de trabalho mais importantes

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequências
Condições de trabalho mais importantes	Organizacionais	Duração e organização do tempo de trabalho	EF1, EF2, EF5, EF6, EM1, EM3, EM6
		Retribuição	EF3, EM1, EM2, EM4
		Segurança	EF1, EF3, EM4, EM5, EM6
	Emocionais	Bem-estar psicológico	EF1, EF3, EM1
		Vocação pessoal	EF3, EM1
		Incentivos motivacionais	EF1, EM6

As condições de trabalho que os entrevistados consideram mais importantes encontram-se divididas em duas dimensões: organizacionais e emocionais. A primeira relaciona-se com questões de horários e folgas, onde são preferidos horários diurnos, principalmente para quem tem filhos pequenos, com folgas aos fins de semana, *“Domingo livre, ou folgas rotativas ao fim de semana, pelo menos ter um domingo livre por mês. Horário diurno, sem sair muito tarde por causa do filho”* EF1; *“Prefiro ter os fins de semana livres”* EF6; *“40 horas semanais e descanso sábado e domingo”* EM3, vencimentos certos e justos, *“É importante que a pessoa não se sinta explorada mas que recebe sim aquilo que é justo”* EM1; *“O prazo certo, o dinheiro não precisa de ser muito mas o prazo certo de ele cair todo acho que é fundamental, porque nós gerimo-nos sobre uma coisa que tá certa”* EM2, e a existência de um vínculo laboral ao empregador que proporciona alguma segurança ao empregado,

“Eu acho que um vínculo, um vínculo de trabalho é muito importante, porque nós hoje em dia, infelizmente não estamos seguros em lado nenhum (...) eu acho que um vínculo principalmente nos primeiros tempos em que estás numa empresa, obviamente tens aquela parte experimental, mas o poder dar-te uma garantia de que seja para ficar, um vínculo à empresa é muito importante” EF3;

“O mais importante é agente ter um contrato” EM4.

Na segunda dimensão, mais relacionada com aspetos emocionais, as pessoas referem que é importante existir um bom ambiente numa empresa, entre colegas, de forma a que se sintam bem no local de trabalho, *“Haver bom ambiente na empresa, consideração pelos trabalhadores”* EF1; *“Trabalhar com pessoas com que nos sintamos bem. Não digo que temos que ser todos amigos, porque há diferenças naturais entre pessoas, mas pelo menos respeito e tolerância pela diferença é essencial”* EM1; fazer aquilo que se gosta, *“Gostarmos daquilo que fazemos, também é importante”* EF3, e a existência de algumas “regalias e/ou recompensas” com o objetivo de motivar os trabalhadores, *“Horários que motivem as pessoas, incentivos para motivar as pessoas, recompensas”* EF1; *“Era uma empresa que nos dava todas as garantias, tínhamos um bom seguro de saúde, tínhamos todas as regalias”* EM6.

Tabela 12. Eixo de análise - contributo do meio rural para o desenvolvimento económico e social (criação de postos de trabalho)

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequências
Contributo do meio rural para o desenvolvimento económico e social (criação de postos de trabalho)	Recursos	Naturais	EF3, EF4
		Condições existentes	EF3
	Oportunidades	Setores de atividade	EF1, EF2, EF3, EF5, EM1, EM2, EM3, EM4, EM5, EM6
		Possíveis ações/áreas de negócio	EF1, EF4, EM3
	Apoios	Financeiros	EF1, EF3

Na opinião dos nossos participantes no estudo, o contributo do meio rural para o desenvolvimento económico e social, sobretudo para a criação de postos de trabalho, pode efetuar-se essencialmente através de dois setores: agricultura e turismo rural, “*Talvez a área do turismo rural, da agricultura*” EF2; “*O turismo é o futuro, quer a nível rural quer não, o turismo e a parte agrícola para mim são os dois setores em que deveria haver um investimento em Portugal*” EF3; “*Agricultura, até na parte do artesanato, o artesanato agora até está a ser mais exposto*” EF6; “*A nível de turismo toda a gente sabe que é positivo, agora a agricultura lá está, tem de ser bem gerido*” EM2, outra área de negócio possível enumerada foi a restauração. Para o desenvolvimento destes setores foi realçado o necessário apoio financeiro, “*Só nos falta realmente os apoios*” EF3.

Tabela 13. Eixo de análise - oportunidades que o concelho de Soure pode oferecer

Eixo de análise	Dimensões	Categorias	Frequências
Oportunidades que o concelho de Soure pode oferecer	Património existente	Natural	EF1, EF2, EF3, EF4, EM5
		Cultural	EF2, EF3
		Infraestruturas	EF4
	Áreas em desenvolvimento/a desenvolver	Setores/ações	EF1, EF2, EF3, EF4, EF6, EM2, EM4, EM5
	Condições	Favoráveis	EF3, EM4, EM5, EM6
		Desfavoráveis	EM4, EM6

Relativamente ao concelho de Soure, foram referidas diversas oportunidades que este pode oferecer aos seus habitantes, em termos de património natural vai desde a serra, às termas, ao rio, ao Paúl da Madriz, “*Tem a parte da serra (...) a questão da reabilitação das termas da Amieira, temos aqui o Paúl subaproveitado, neste momento não deve ter condições para ser visitado*” EF2; “*Porque depois temos a parte da serra (...) temos rios, temos praias fluviais (...) podemos aproveitar o rio Arunca que não temos nada em condições*” EF3, em

que alguns destes sítios estão sem cuidados há vários anos, *“As termas da Amieira é um sítio muito fixe que dava para fazer grandes coisas (...) olha o rio, que eu lembro-me de tomar banho no rio quando era criança e agora não dá para entrar”* EF4.

Ao nível cultural é um concelho bastante rico, *“Muitas filarmónicas e grupos de teatro, grupo de cordas e cantares, ranchos”* EF2; *“A gastronomia fantástica”* EF3.

As áreas em que se podia apostar recaem na agricultura, turismo rural, criação de espaços verdes, restauração e gastronomia, artesanato, sendo que existem na zona condições favoráveis como:

“Até porque somos circundantes de uma área a nível de arroz de milho, tudo isso acho que pode-nos ajudar bastante, temos todas as condições a nível de terras, de água, e depois a nível turístico não é um concelho ainda muito desenvolvido, e aí pode ser um bom projeto, atendendo que temos realmente ainda poucas infraestruturas nesse sentido, quando eu digo infraestruturas mais precisamente hotéis de turismo rural, não temos ainda muita coisa e está em desenvolvimento e aí pode ser uma boa aposta (...) tendo sol, temos Figueira da Foz aqui pertinho” EF3;

“Temos uma coisa boa, temos a nível de sítio, estamos bem localizados para termos indústria têxtil, temos deslocações fáceis, estradas boas (...) temos bons terrenos, boas regas, terrenos férteis, temos tudo” EM4.

Tal como nos refere a comunidade científica no primeiro capítulo deste trabalho, o contacto com a realidade veio comprovar o forte impacto que o fenómeno do desemprego exerce no indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade. A privação de emprego é uma experiência essencialmente negativa, com efeitos adversos a vários níveis: bem-estar psicológico, diminuição da autoestima, problemas financeiros, isolamento social, estagnação profissional, sentimento de inutilidade, desilusão e perda de otimismo acerca de encontrar trabalho, prejudicando não só a pessoa desempregada como a sua família também. Altera as rotinas da vida quotidiana, as redes de relações e contacto com os outros e, muitas vezes, causa a dependência económica, a dimensão *trabalho* é uma tarefa nuclear, em torno da qual se edifica e se organiza a vida de cada um de nós, daí que, os motivos que levam à procura de trabalho estão relacionados maioritariamente com a satisfação das necessidades básicas de cada um e, naturalmente, à segurança que provém dessa satisfação.

Podemos constatar também que à medida que a idade avança e/ou aumenta a duração da situação de desemprego, a perspectiva de (re)integração no mercado de trabalho vai diminuindo drasticamente, sendo referido por muitos dos entrevistados, a questão da idade, como a principal dificuldade que sentem. No caso dos mais jovens, é mencionada a falta de

experiência profissional que ainda não tiveram oportunidade de adquirir porque não têm emprego, mas que é exigida pela maior parte dos empregadores.

Contudo, verificamos que o desemprego nem sempre acarreta consequências negativas para a vida dos indivíduos, quando este é voluntário, quer seja por razões de insatisfação com o trabalho anterior, quer seja por razões familiares, nomeadamente cuidar dos filhos/família, mais registado no caso das mulheres, é encarado como uma situação positiva na vida das pessoas. Desde o corte com hábitos e rotinas indesejados, diminuição de sentimentos de mau-estar psicológico, à introdução de novas tarefas diárias, ao aumento de mais tempo para a família e para a relação com os outros, acompanhamento dos filhos, são contrapartidas que se podem obter quando se opta por estar desempregado.

4.8.3. *Árvore de Problemas*

Após a identificação do problema central ou nuclear, neste caso o desemprego no concelho de Soure, através da construção da *Árvore de Problemas* (ver anexo L)²¹, ferramenta de diagnóstico, passamos ao levantamento de todos os outros problemas que se encontram relacionados com o problema central, ou seja, os problemas que representam as causas, razões ou fatores geradores do problema central, bem como outros problemas dele derivados, que são os seus efeitos ou consequências, permitindo assim orientar a intervenção do nosso projeto (Schiefer *et al.* 2006).

Construída a partir das afirmações de problemas já expostos, quer na análise SWOT, quer na análise de conteúdo, a *árvore de problemas* visa representar, tão completamente quanto possível, as relações de causa e efeito presentes dentro do campo do problema em causa, desta forma, tendo em conta que as causas e os efeitos não estão todos no mesmo grau de proximidade e ligação ao problema central, inclui causas, situadas nos níveis -3 -2 e -1, e efeitos nos níveis 1 e 2. Esta distribuição permite visualizar os problemas que exercem maior influência sobre os outros, sendo possível priorizá-los, aumentando a zona de impacto do projeto e também circunscrevendo os problemas em que o projeto realmente poderá atuar.

Assim, consideramos que as ações do projeto poderão situar-se, numa primeira etapa, em duas causas, uma de nível -3: desvalorização do mundo rural, perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas; e outra de nível -2: setor agrícola pouco explorado.

Ao incidir nestas duas causas, poderemos atuar também sobre a ausência de ofertas de emprego e a ausência de iniciativa de empreendedorismo e de inovação da população local, causas que se situam no nível -1. A intervenção neste problema será efetuada sobretudo através de ações de educação e formação e de atividades agrícolas, ambientais e culturais. Agindo sobre estas causas, ambicionamos criar mais oportunidades de trabalho para os residentes no concelho de Soure e, dessa forma, atenuar os efeitos que o desemprego provoca quer nos indivíduos quer na sociedade.

Podemos assim constatar que o projeto atuará em todos os níveis de causas e efeitos do problema central, tendo em conta que se tenciona intervir diretamente em problemas de nível -3, ou seja, os que estão mais “enraizados”. Segundo esta metodologia, quanto mais baixo é o nível do problema no qual se pretende atuar, maior é a probabilidade de se atingir os efeitos que se encontram no topo da *árvore*.

²¹ Anexo L - *Árvore de Problemas*

4.8.4. Viabilidade das Áreas de Intervenção

Através das entrevistas que realizámos foi-nos possível obter alguma informação acerca das mais-valias ou vantagens que caracterizam os meios rurais, nomeadamente o concelho de Soure e região envolvente, e que podem ser consideradas como oportunidades de desenvolvimento sustentável, para o presente ou futuro próximo. Assim, na figura seguinte apresentamos as principais áreas e recursos naturais e culturais que se podem constituir como alvo de projetos de intervenção e dinamização de atividades.

Figura 9. Áreas de intervenção do projeto



Acreditamos na viabilidade destas áreas uma vez que *“por um lado porque são áreas em crescimento, e por outro são áreas que podem impulsionar a economia local e gerar mais emprego”* EC1, porque *“o nosso concelho em termos de tamanho é muito grande, é muito extenso, desde a serra até ao campo temos zona serrana, temos zona de campo, temos muito espaço para a agricultura e no âmbito do turismo também temos espaço”* EC4.

“Portanto, a começar era uma boa ideia e era uma boa alternativa poder começar com algo aí, e bem feito de raiz, porque já temos experiências ao redor, umas que correram bem, outras que se calhar não correram tão bem, ou não era tanto isso que estava previsto, mas é uma possibilidade, se formos olhar ali para a associação de Miranda, a ADFP, através da questão do património ela tem-se desenvolvido, ela tem um parque biológico de Miranda, ela tem a chanfana, ela tem o cabrito, e tem desenvolvido, tem encontrado por aí uma forma de se potenciar” EC2.

Depois de identificado o problema central da nossa intervenção – o desemprego no concelho de Soure, as causas em que pretendemos atuar numa primeira fase – desvalorização do mundo rural, perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas; e setor agrícola pouco explorado; bem como das áreas com maior potencial e viabilidade na região –

agricultura ambiente e património, aliando o grande tema das agendas e programas políticos na atualidade – o desenvolvimento sustentável, é altura de refletirmos sobre o formato e a colocação em prática da nossa intervenção, de acordo com estes princípios.

Sabendo “que a educação tem por missão possibilitar ao educando tomar consciência da sua realidade de forma crítica, assegurando-lhe formação indispensável para o exercício da cidadania” (Miranda, Miranda & Revaglia, 2010), consideramos que a opção de uma atitude, por parte da população, coerente com as normas do desenvolvimento sustentável do planeta, terá de ser alertada e fomentada desde cedo, na escola por exemplo. Assim, só através de uma educação e formação adequada se poderá moldar mentalidades e promover práticas adequadas à preservação dos recursos da Terra.

Neste sentido, pretendemos criar centro de Educação & Formação, que desenvolva atividades teóricas e práticas nas áreas da agricultura, do ambiente e do património, promovendo o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no concelho de Soure. Com a implementação deste centro, estaríamos não só a educar e a formar a sociedade, desde os mais novos até aos adultos, contribuindo para a valorização do mundo rural, do saber fazer tradicional e das produções agrícolas, bem como a criar postos de trabalho para as pessoas desempregadas e aumentar a exploração do setor agrícola.

Surge então a **EcoVilla de Saurio – Centro Educação & Formação para o Desenvolvimento Sustentável**, com uma atividade primordial na área educativa e formativa e com atividades paralelas e complementares nos setores da agricultura biológica e do turismo rural. Setores que permitirão não só a realização das atividades práticas previstas no plano educativo, como também irão contribuir para a sustentabilidade financeira do centro. Funcionará simultaneamente em três Unidades – Educação & Formação, Agrícola e Turística, com atividades interligadas entre si (ver anexo M)²², como apresentamos de seguida na terceira parte deste relatório.

Figura 10. Esquema geral da EcoVilla de Saurio



²² Anexo M – Matriz de Enquadramento Lógico

PARTE III – PROJETO DE INTERVENÇÃO

CAPÍTULO 5. PRESSUPOSTOS DE PARTIDA DO PROJETO

5.1. O trabalho como fator de integração social e as orientações para o desenvolvimento sustentável

O trabalho humano tem o potencial de satisfazer as necessidades económicas, sociais e psicológicas (Santos *et al.* 2010), é um veículo essencial através do qual os adultos se ligam ao mundo à sua volta (Cook, 1991 citado por Francisco, 2004 p. 12). É um inquestionável fator de produção, uma atividade peculiar pelo seu caráter de inclusão social, essencial à socialização, é um elemento de extrema importância para a organização social, permitindo ao indivíduo afirmar a pertença a uma determinada comunidade, ao mesmo tempo que garante a sua subsistência e alojamento. O trabalho é então considerado por vários autores, como o critério principal na definição de integração social, sendo que, dos vários fatores promotores de risco e exclusão social, o trabalho e a rede social de suporte assumem particular relevo (Ferreira *et al.* 2010).

O Acordo Portugal 2020, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (ver capítulos 1 e 2) são apenas alguns exemplos dos programas nacionais que orientam as políticas de intervenção para o desenvolvimento sustentável dos territórios, nomeadamente rurais.

5.2. Empreendedorismo e Inovação Social como resposta às Necessidades Sociais

Segundo Dees (2001) os empreendedores sociais são empreendedores com uma missão social, missão que é explícita e central, onde a riqueza é apenas um meio para atingir um fim.

Os empreendedores sociais desempenham o papel de agentes da mudança no setor social ao adotar uma missão para criar e manter valor social, reconhecer e procurar obstinadamente novas oportunidades para servir essa missão, empenhar-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem, agir com ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis no momento e, prestar contas com transparência às clientelas que servem e em relação aos resultados obtidos (p. 4).

De facto, os empreendedores sociais levam a cabo mudanças fundamentais na forma como as coisas são feitas no setor social e têm perspetivas ousadas, vão diretamente às causas dos problemas, em vez de lidar simplesmente com os sintomas e, com frequência, reduzem as necessidades em vez de se limitarem a satisfazê-las, procuram criar mudanças sistémicas e progressos sustentáveis (*Idem*). O empreendedorismo é o principal motor da inovação, da

competitividade e do crescimento. O empreendedorismo e as pequenas empresas são, particularmente para a Economia Europeia, a mais importante fonte de criação de emprego e de dinamização dos negócios e da inovação.

5.2.1. A Inovação no Meio Rural

Durante muito tempo a ideia de inovação permaneceu quase exclusivamente ligada ao domínio tecnológico e económico, centrada em mudanças ao nível dos objetos e dos produtos, que apresentava como fim último a produção de riqueza e o crescimento económico das empresas (Oliveira, 2008).

Porém, nos últimos anos, o conceito de inovação social tem vindo a ganhar cada vez mais importância, sendo-lhe atribuído uma natureza não mercantil, um carácter coletivo e uma intenção que não só gera, mas também visa, transformações das relações sociais. Definida

como uma solução nova para um problema social, que é mais eficaz, eficiente, sustentável ou justa que as soluções existentes, e em que o valor criado beneficia primeiramente a sociedade como um todo e não indivíduos em particular (...), pode ser um produto, um processo de produção ou uma tecnologia, mas também pode ser um princípio, uma ideia, uma peça legislativa, um movimento social, uma intervenção ou uma combinação deles (Phills, Deiglmeier & Miller 2008 citados por Mulgan, 2010).

A Inovação surge no centro da estratégia Europa 2020, porque, com uma população envelhecida e as fortes pressões competitivas da globalização, o crescimento económico e o emprego futuros na Europa terão, cada vez mais, de resultar da introdução de inovação em produtos, serviços e modelos de negócio.

No meio rural a inovação é definida como uma abordagem ou uma técnica, nova no seu contexto ou na sua configuração, destinada a reforçar a capacidade das organizações locais para enfrentar os sérios desafios de desenvolvimento na agricultura e na segurança alimentar, e a inovação social tem vindo a assumir importância crescente dado incluir melhorias na prestação de serviços ou na resposta às necessidades sociais emergentes, relacionadas com o desenvolvimento das comunidades rurais e com a saúde e o bem-estar (Brunori *et al.* 2007 citados por Madureira, Gamito, Ferreira & Portela, 2013). Demonstrando o inter-relacionamento entre a transformação da sociedade e a inovação agrícola, assim como, a capacidade de resposta das inovações às novas necessidades e expectativas sociais e o desenvolvimento de novas relações sociais, como aquelas que têm vindo a surgir no relacionamento entre produtores e consumidores. Estas práticas alternativas e as novas políticas para as zonas rurais levaram também a uma mudança de paradigma segundo a qual novas abordagens como, economias de âmbito, diversificação, criação de valor acrescentado e

tecnologias de comunicação e organização, vão assumindo importância crescente em comparação com as abordagens mais convencionais, como economias de escala, especialização, produtividade do trabalho ou tecnologias industriais (Madureira *et al.* 2013).

Os resultados do estudo RUR@LINOV evidenciam que muitas das inovações criadas e introduzidas nas zonas rurais resultaram do aproveitamento dos recursos e dos produtos locais, das suas cultura e história, e em especial da utilização do conhecimento local como fonte de saber. Traduzem-se em impactos positivos, especialmente pelo contributo que dão para a prosperidade coletiva (com resultado indubitável na melhoria da autoestima das áreas rurais) e pelo papel que desempenham na criação de emprego direto e indireto. Alberto e Rodrigues (2012 citados por Madureira *et al.* 2013) identificam a inovação como um elemento crucial para o desenvolvimento local e mesmo para a afirmação das empresas no atual contexto económico global.

O empreendedorismo e a inovação social surgem assim na sociedade contemporânea como a grande solução para aplacar os graves problemas com que esta se depara. Das alterações climáticas e poluição, passando pela pobreza, ao desemprego ou à exclusão social, são apenas alguns dos grandes desafios-chave que as atuais políticas públicas não estão a conseguir abrandar (André & Abreu 2006; Mulgan, 2010), “a longa passagem da sociedade industrial capitalista à sociedade programada criou zonas de incerteza, fluidas, desreguladas, com enormes riscos de manipulação e alienação, mas, ao mesmo tempo, potencialmente inovadoras” (Bassand, 1986 citado por André & Abreu, 2006, p.127).

5.3. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável

“Os graves problemas do planeta, gerados pelo uso indiscriminado dos seus recursos, produzem consequências e implicações na qualidade de vida dos seus habitantes” (Miranda *et al.* 2010, p.12). Reconhecendo que a Educação é a chave para a necessária mudança de mentalidades e atitudes na sociedade, em dezembro de 2002 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS), para o período de 2005-2014 (Comissão Nacional da Unesco, s.d.).

Em 2005 foi então apresentada ***Estratégia de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da CEE/ONU***. Nesta estratégia, foi recomendado que cada um dos países subscritores traduzisse a mesma para a sua língua oficial e a divulgasse junto das autoridades competentes, no sentido de serem implementadas as suas disposições, de acordo com as necessidades, em articulação com os quadros políticos, legislativos e operacionais vigentes.

Neste documento, foi dado particular enfoque à importância da educação, destacando-se o papel vital da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS):

A Educação, para além de constituir um direito humano fundamental, é igualmente um pré-requisito para se atingir o desenvolvimento sustentável e um instrumento essencial à boa governação, às tomadas de decisão informadas e à promoção da democracia. Consequentemente, a EDS pode contribuir para que a nossa visão se torne realidade. Ela desenvolve e reforça a capacidade dos indivíduos, dos grupos, das comunidades, das organizações e dos países para formar juízos de valor e fazer escolhas no sentido do desenvolvimento sustentável. Pode ainda favorecer uma mudança de mentalidades, permitindo tornar o mundo mais seguro, mais saudável e mais próspero, melhorando assim a qualidade de vida. A EDS pode favorecer a reflexão crítica, uma maior consciencialização e uma autonomia acrescida, permitindo a exploração de novos horizontes e conceitos e o desenvolvimento de novos métodos e instrumentos (Comissão Nacional da Unesco, s.d.).

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) estabeleceu cinco objetivos que integram os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todas as facetas da aprendizagem. A nível da educação, a resposta ao desafio da DEDS passou pela criação de oportunidades de reflexão mundial sobre temas como a globalização, a degradação dos recursos ambientais, as alterações climáticas, os direitos humanos, bem como pelo reforço dos investimentos na diminuição do analfabetismo e da pobreza, na promoção da paz e na valorização do património cultural (Gomes, s.d.).

No panorama nacional, as atividades inerentes à implementação da Década têm sido dinamizadas sobretudo pela Comissão Nacional da Unesco (CNU), pela comunidade científica e por organizações não-governamentais (ONG), como a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), a Liga para a Proteção da Natureza (LPN) e a Almargem. A elas se deve a criação de espaços de divulgação, reflexão e, de alguma forma, monitorização da concretização da DEDS.

A transformação da escola em pólo de incorporação e difusão dos valores do Desenvolvimento Sustentável e em motor de mobilização da sociedade, através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa, é fundamental para a implementação da Década. Em Portugal, existe um cenário propício ao desenvolvimento da DEDS, embora muitas das iniciativas tenham surgido de forma espontânea (*Idem*).

Num momento em que terminou a DEDS (2010-2014), será necessário refletir, debater e clarificar o que foi pedido à educação:

- Integrar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos sistemas educativos formais, em todas as disciplinas relevantes;

- As questões do desenvolvimento sustentável e os valores que lhe são inerentes devem ser equacionados e integrados nos currículos de todos os níveis de ensino;
- Integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todas as facetas da aprendizagem (Gomes, s.d.)

5.4. *Projetos de desenvolvimento sustentável e benchmarking*

5.4.1. *Projeto Biovilla – sustentabilidade à mão de semear*

Situada no coração do Parque Natural da Serra da Arrábida, com 55 hectares, a Biovilla é uma Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável, sem fins lucrativos, que pretende ser a marca em Portugal onde o conceito de sustentabilidade seja implementado na sua plenitude, isto é, onde os valores e ideais ambientais, sociais e económicos se interliguem de uma forma consistente, autosuficiente e eficiente, tornando-se assim num modelo inovador ao nível do uso dos recursos – naturais, económicos e humanos. Este modelo assenta em valores de partilha e comunidade, bem como num contacto mais próximo com o mundo natural e os sistemas que o rodeiam numa perspetiva de simbiose e sinergias. Apresenta como missão e objetivos fundamentais contribuir para o desenvolvimento social, económico e ambiental do nosso país, de forma integrada e equilibrada através de práticas e modelos empresariais inovadores que coloquem a Sustentabilidade no centro da sua atuação baseando-se nos princípios de permacultura, de acordo com três pilares base: alimentação, aprendizagem e alojamento (Biovilla, 2015).

No que diz respeito ao pilar **Alimentação** este projeto pretende desenvolver uma atividade agrícola em harmonia com a Natureza sem pesticidas, herbicidas ou adubos de síntese, inspirada na conjugação da Agricultura Biológica, Biodinâmica mas particularmente na Permacultura. A reunião destas disciplinas permite encarar o objetivo de produção e transformação de produtos e serviços agrícolas diferenciados, de qualidade e de valor acrescentado, enquanto cuidam e promovem o património natural do Parque Natural da Arrábida. As principais atividades passam essencialmente pela produção, distribuição e comercialização de produtos biológicos, provenientes de comércio justo e/ou de produção local e pela distribuição de cabazes de produção própria em locais de trabalho e habitações.

Relativamente ao pilar **Aprendizagem** a aposta e intervenção social da Biovilla parte do pressuposto que apenas através de um esforço contínuo de educação, formação, partilha comunitária e reforço de laços e redes sociais se poderá ambicionar uma sociedade mais equilibrada e sustentável. Esse esforço deve ser transversal a estratos económicos, sociais e etários e mobilizar todos os cidadãos num movimento único e coeso. Deste modo, a

abordagem sócio-educativa da Biovilla contempla um conjunto de ações como: projetos comunitários locais, projetos de voluntariado, intercâmbios e programas de jovens, ações de formação, ações nas áreas do empreendedorismo e autosuficiência, e investigação e pesquisa através do Centro de Educação para a Sustentabilidade (CES).

Por último, no pilar **Alojamento** a Biovilla enquanto projeto de agroturismo inserido no Parque Natural da Serra da Arrábida pretende desenvolver uma atividade turística que contribua para o desenvolvimento económico, cultural e ambiental da região de forma sustentável. Nesse sentido mais do que um projeto turístico, pretende ser um “exemplo vivo” de práticas sustentáveis proporcionando a todos os visitantes uma experiência única e inesquecível. Estes serão convidados a partilhar todo o espaço envolvente e a participar nas atividades promovidas numa dinâmica de liberdade, tempo e plenitude, numa lógica comunitária de intensa relação com todos os recursos disponíveis possibilitando uma experiência de vida rica e plena (*Idem*).

O projeto Biovilla apresenta-se então como um modelo de negócio inovador no uso dos recursos, agregando o património natural, cultural e humano para produzir produtos e serviços a preços justos que geram lucros para serem reinvestidos em projetos de sustentabilidade, e onde são criadas novas formas de relação entre os agentes sociais e de participação dos cidadãos e das comunidades, ou seja, os valores e ideais ambientais, sociais e económicos interligam-se de uma forma consistente, autosuficiente e eficiente.

5.4.2. Projeto MyFarm – A sua Horta, os Seus Produtos

Ter uma horta é a garantia de comer alimentos com qualidade, frescos e de higiene adequada, livre de produtos químicos, poder escolher os alimentos que mais lhe agradam e tornar isso um hobby. Para os mais pequenos o contacto com a agricultura permite aprender o respeito pela natureza, conhecer os ciclos das culturas e valorizar o saber de quem cuida da terra. Apesar das inúmeras vantagens, uma horta exige tempo, paciência, terrenos e algum conhecimento, pelo que se alguma destas variáveis falhar, o prazer de ter uma horta não passará de um sonho. No nosso país existe a necessidade, por um lado, por parte dos consumidores de zonas urbanas em acederem a produtos hortícolas de qualidade, conhecendo de preferência as suas origens, e se possível, ter produtos da sua própria horta. Por outro, existem pequenos produtores com terrenos, conhecimentos, e produtos de qualidade disponíveis, mas que, por diversos fatores, não conseguem chegar aos mercados que estão, muitas vezes, bastante próximos deles. Persiste também a vontade, por parte dos

consumidores de zonas urbanas, de usufruir dos espaços rurais e da ideia da calma e tranquilidade associada aos mesmos (MyFarm, 2015).

Neste contexto, nasceu o projeto MyFarm.com no Instituto Politécnico de Beja, através de uma iniciativa de empreendedorismo levada a cabo por um docente e cinco alunos, é uma empresa social que apresenta como objetivos oferecer a todas as famílias a possibilidade de possuírem uma pequena horta, estreitando a ligação entre o agricultor e os consumidores; e tornar competitiva, preservar e dinamizar a pequena agricultura portuguesa, apoiando a mesma em todas as suas vertentes, desenvolvendo novas estratégias de mercado e produção, mais adaptadas às diferentes realidades do nosso país.

A empresa presta serviços na área da agricultura e disponibiliza uma plataforma online de apoio à criação e manutenção de hortas pessoais e à encomenda de cabazes semanais. A grande vantagem e inovação da MyFarm é precisamente a disponibilização desta plataforma virtual aos consumidores, na qual estes podem gerir a sua horta, definir os produtos que querem e as respetivas quantidades e acompanhar todo o processo de produção dos seus hortícolas pela internet, nas reportagens fotográficas e vídeos. Para além do acompanhamento online da sua produção, os consumidores são incentivados a participar e/ou a visitar o terreno agrícola e a inteirarem-se do trabalho realizado pelo agricultor, usufruindo da ligação ao meio rural. Com uma experiência alargada em produções hortícolas (cerca de 70 culturas de primavera/verão e outono/inverno), a MyFarm disponibiliza diversas ferramentas de gestão ao pequeno agricultor, para além da plataforma, para auxiliá-lo no planeamento, implementação e acompanhamento das hortas dos seus consumidores (MyFarm, 2015).

Atualmente com uma lista de 1068 potenciais consumidores em espera para adotarem um agricultor prepara-se para chegar a todo o país, estando a contactar pequenos agricultores para lhes apresentar o modelo de negócio, assim como a missão e os valores da empresa (*Idem*).

5.4.3. Projeto Querença

O Projeto Querença é uma iniciativa ou missão de resgate territorial (*territorial rescue*), de territórios em estado crítico, gravemente atingidos por processos de desertificação e abandono dos seus capitais, natural, produtivo e social, e cada vez mais próximos de limiares perigosos de irreversibilidade de desenvolvimento. Encontra-se orientado para as áreas rurais de baixa densidade, aldeias, grupos de aldeias ou mesmo de municípios, de geometria variável e de acordo com uma análise de pertinência dos recursos existentes, potenciais e disponíveis. O seu propósito fundamental é o de alargar o campo de

possibilidades desses territórios em estado crítico e, ao mesmo tempo, promover o emprego de jovens licenciados em situação profissional precária, usando para o efeito, uma abordagem territorial inovadora (Projeto Querença, 2015).

O projeto foi delineado em finais de 2010 com o objetivo de dinamizar o interior da região algarvia, numa diferente abordagem de intervenção, e apoiar a empregabilidade de jovens licenciados, através da busca de soluções sustentáveis de dinamização dos recursos endógenos e a criação de oportunidades de emprego. Em 2011 deu-se início à sua implementação partindo da necessidade urgente de implementar novos focos de desenvolvimento que dessem ânimo a zonas do país particularmente afetadas pelo abandono das populações mais jovens e pelo marasmo económico e social.

A Equipa de Missão, formada por 9 jovens licenciados da Universidade do Algarve, na área das engenharias do ambiente, biológica e agrónómica, da biologia, da arquitetura paisagista, do design de comunicação, da gestão de empresas, do marketing e da agronomia, foi constituída em junho, e em setembro iniciaram a sua experiência de 9 meses na freguesia de Querença, aldeia para onde se mudaram e instalaram. A esta jovem equipa foi atribuído o desafio de conhecer os recursos locais (naturais, rurais, culturais, sociais), estudá-los, testá-los e trabalhá-los numa perspetiva de valorização e rentabilização sustentável. Agricultura biológica, ecoturismo, jardinagem sustentável, utilização de novas tecnologias, criatividade, são apenas algumas das metodologias e técnicas que usam para gerar ideias que, no final, possam derivar em projetos viáveis economicamente. Se assim acontecer, será consagrado o primeiro passo para uma possível recuperação deste território rural e para uma lenta reocupação humana do mesmo. São estes os motivos âncora desta iniciativa (*Idem*).

O lema geral do Projeto Querença é: da teoria à ação, aprender a empreender; trata-se de uma ação-piloto de *problem-solving*, investigação-ação e dinâmica de grupo. A ligação da atividade agrícola ao setor turístico e à área de eventos poderá também ser um fator determinante para a obtenção de competitividade nos mesmos.

A médio/longo prazo o projeto Querença pretende contribuir para a inversão do processo de abandono e desertificação das zonas rurais, nomeadamente da região algarvia de Querença e constituir-se como um veículo de incentivo à iniciativa e ao desenvolvimento regional, motor de sustentabilidade económica, ambiental e social, através da criação de novas empresas, novos postos de trabalho, da valorização e preservação dos recursos endógenos, de atividades ligadas à educação ambiental, ao ecoturismo e à agricultura biológica, da revitalização e dinamização da produção agrícola local, através da incorporação de estratégias

eficientes de escoamento de produtos, criando valor acrescentado aos mesmos (Projeto Querença, 2015).

A EcoVilla de Saurio nasce assim da conjugação de aspetos destes três projetos: da BioVilla retira a ideia do modelo de negócio inovador no uso dos recursos, que agrega o património natural, cultural e humano para produzir produtos e serviços a preços justos que geram lucros para serem reinvestidos em projetos de sustentabilidade. Do Projeto Querença nasce a inspiração a partir do seu propósito fundamental, que é o de alargar o campo de possibilidades dos territórios em estado crítico e, ao mesmo tempo, promover o emprego, usando para o efeito, uma abordagem territorial inovadora. Através de uma parceria com a MyFarm pretendemos disponibilizar um serviço de hortas virtuais em modo biológico que proporcione alimentos frescos e com qualidade às famílias e contribua para o contacto dos mais pequenos, principalmente, com a agricultura e o meio rural.

Apesar das semelhanças com os projetos anteriores, nomeadamente o desejo de poder contribuir para a sustentabilidade do território, a EcoVilla de Saurio pretende ir mais além, pretende promover a integração social ao envolver a comunidade local neste processo. Este envolvimento pode acontecer de várias formas:

- Através da criação de postos de trabalho onde as pessoas residentes no concelho, nomeadamente os jovens, terão prioridade de acesso, contrariamente ao projeto Querença em que os jovens envolvidos não pertencem à localidade.
- Através da participação das pessoas idosas, também do concelho, que o conhecem melhor que ninguém e possuem a experiência e o saber necessários ao desenvolvimento das atividades, permanecendo assim ativos.
- Através de parcerias com outros agricultores locais e grupos tradicionais que podem receber turistas para participar nas suas culturas, colheitas ou atividades culturais.
- Através da comunidade escolar, ao desenvolver programas educativos e formativos nas escolas do concelho.

Este projeto também se diferencia dos anteriores pela ligação que pretende estabelecer com os clientes, nomeadamente com a implementação de atividades como o portfólio alimentar e a vermicompostagem, não contempladas em nenhum dos outros. Ao usufruírem dos serviços da EcoVilla de Saurio, as pessoas estarão a adquirir conhecimentos bastante úteis e importantes para a adoção de um estilo de vida saudável e a contribuir para a

sustentabilidade das suas hortas, ao mesmo tempo que reduzem bastante os resíduos alimentares que provavelmente iriam para o lixo em suas casas.

Desta forma, ao promover a educação ambiental, a valorização e identidade do concelho e a preservação dos recursos naturais, estamos ainda a contribuir para a integração na sociedade de grupos potencialmente excluídos: desempregados e idosos.

CAPÍTULO 6. APRESENTAÇÃO DO PROJETO *ECOVILLA DE SAURIO*

6.1. Missão e objetivos

Partindo do diagnóstico realizado, verificamos que o desemprego é um dos principais problemas que afeta o concelho de Soure, atingindo aproximadamente 10% da população. Assim, conhecendo o impacto negativo que este provoca a todos os níveis na vida das pessoas, e sabendo que o trabalho é o principal fator de integração social, permitindo ao indivíduo afirmar a pertença a uma determinada comunidade, ao mesmo tempo que garante a sua subsistência e alojamento, consideramos que criar um projeto inovador que intervenha nesta problemática traria consequências muito positivas quer para as pessoas envolvidas quer para a comunidade em geral.

Porém, sendo o envelhecimento populacional uma das principais preocupações com que o concelho se depara “*Uma população com um índice de envelhecimento superior à média regional*” EC3, e a questão da sustentabilidade dos territórios imperativa nos dias de hoje, porque não tentar conciliá-los no mesmo projeto?

Propomo-nos então desenhar uma resposta inovadora que através de ações de Educação & Formação nas áreas da agricultura, do ambiente e do património contribua para a integração social da população desempregada e para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo o envelhecimento ativo e a valorização das tradições e do património local.

Apresentamos como Missão: contribuir para o desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho de Soure, através de formas inovadoras de utilização dos recursos e do património local existente.

E como Objetivo geral: promover a integração social de pessoas desempregadas e o desenvolvimento sustentável do concelho de Soure.

A intervenção decorrerá simultaneamente conjugando ações em três áreas: agricultura, ambiente e património, e apresenta como objetivos específicos:

- Desenvolver uma atividade educativa e formativa no âmbito da educação ambiental e cultural, da agricultura, alimentação saudável e do empreendedorismo;
- Desenvolver uma atividade agrícola em harmonia com a natureza, proporcionando alimentos frescos e de qualidade;
- Desenvolver atividades de turismo de modo a valorizar as tradições e o património local;
- Fomentar o envelhecimento ativo da população idosa.

6.2. População-alvo

Este projeto é destinado a pessoas em situação de desemprego, especialmente para aquelas que se encontrem na faixa etária dos 15 aos 24 anos ou que tenham 55 anos ou mais, uma vez que, segundo os dados estatísticos, são os grupos mais afetados por esta problemática. No caso dos jovens, na nossa opinião, devido à sua inexperiência no mercado de trabalho, daí a resistência por parte dos empregadores em contratá-los e no caso dos adultos com 55 anos ou mais, devido precisamente à questão da idade, sendo considerados demasiado “velhos” por grande parte dos empregadores. Facto que se verifica até em pessoas muito mais novas, como pudemos constatar nas entrevistas que realizámos aos indivíduos desempregados *“Primeiro a idade, porque embora tenha 32 anos já sou velha para determinada tipo de coisas (...)”* EC4.

O outro grupo de destinatários do projeto são as pessoas idosas, aposentadas, que queiram manter uma vida ativa ligada à agricultura, ao património e às tradições do concelho, uma vez que possuem a sabedoria e experiência de uma vida, certamente muito úteis ao desenvolvimento das atividades que pretendemos realizar. Através da sua participação no projeto poderíamos preservar a solidariedade intergeracional, combater a discriminação posicionada na idade e garantir a sua cidadania plena assegurando que não são socialmente excluídos, ou seja, alguns dos pressupostos políticos do “envelhecimento ativo”. Embora a participação em atividades sociais continue a ser importante, pela influência da qualidade dos contactos sociais na satisfação com a vida, à medida que se avança na idade há evidência de que ocorrem alterações ao nível da manutenção das redes sociais, é por isso importante intervir no sentido de contrariar o isolamento através de dispositivos formais (clubes, associações, centros de convívio) e das redes familiares informais (Bárrios & Fernandes, 2014).

A participação dos idosos será voluntária e com o intuito de auxiliar os colaboradores do projeto nas suas tarefas e atividades diárias, não tanto ao nível do trabalho físico, nomeadamente em atividades mais duras, mas em termos de “consultoria”, prestando auxílio sempre que surjam dúvidas e/ou que considerem oportuno fazê-lo, sobre questões relacionadas com culturas e métodos agrícolas antigos, assim como, o património do concelho: tradições, artesanato, monumentos, gastronomia, contos e mitos, (...), permitindo desta forma recuperar e valorizar as tradições e o património local.

6.3. Plano de ação

Tendo em consideração os objetivos definidos para o projeto, desenvolvemos um plano de ação que engloba as atividades, os resultados previstos, os recursos necessários, os indicadores de avaliação e os pressupostos externos que podem condicionar a execução do mesmo. Apresentamos de seguida as fases de implementação do projeto e as respetivas ações que pretendemos desenvolver, assim como os recursos que consideramos necessários.

Figura 11. Cronograma, ações e recursos

EcoVilla de Saurio – Centro de Educação & Formação		
Fases de Implementação	Ações	Recursos/Meios
<p>Fase de estruturação</p> <p>1º ano</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição do centro de Educação & Formação e de um espaço físico para trabalho; - Análise de mercado; - Aquisição e/ou arrendamento dos principais recursos necessários à implementação do projeto: computador, consumíveis, telemóvel, internet, terrenos, ferramentas agrícolas, etc; - Estabelecimento de parcerias: MyFarm, ADPCNS, ICNF, Município, agricultores locais, Cooperativa Agrícola de Soure, grupos tradicionais, escolas, etc; - Estruturação do portfólio alimentar e dos programas de educação ambiental e cultural e de educação para o empreendedorismo, ações de formação, workshops culturais e agrícolas, consultoria agrícola, panfleto de roteiros e atividades no concelho; - Submissão a projetos de financiamento; - Divulgação e marketing. 	<p>Equipa de voluntários para formar o centro e planificar as atividades;</p> <p>Gestor do centro;</p> <p>Investimento de capitais próprios;</p> <p>Uso de terrenos, ferramentas e edifícios próprios;</p>
<p>Fase de implementação</p> <p>2º, 3º e 4º anos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Início da atividade agrícola (Hortas Virtuais), serviço de entregas, vermicompostagem e portfólio alimentar; - Venda ao público de cabazes biológicos; - Implementação dos programas de educação ambiental e cultural e educação para o empreendedorismo; - Desenvolvimento de ações de formação, workshops, e prestação de consultoria agrícola; - Início do programa de aprendizagem e participação em atividades agrícolas tradicionais (vindima, escamisa do milho, olaria, folclore...); - Venda de pacotes turísticos com visitas guiadas; 	<p>Engenheiro agrónomo;</p> <p>Engenheiro do ambiente;</p> <p>Nutricionista;</p> <p>Técnico(s) agrícola(s);</p> <p>Formador(es);</p> <p>Consultor agrícola;</p> <p>Técnico de turismo;</p> <p>Administrativa(o)</p> <p>Técnico de Ciências da Educação;</p> <p>Idosos;</p> <p>Viatura para realizar as entregas;</p> <p>Material para montagem de centro de vermicompostagem;</p> <p>Cestos para entregas e cabazes;</p> <p>Consumíveis;</p> <p>Ferramentas agrícolas;</p> <p>Matéria-prima;</p>

Fase de consolidação A partir do 5º ano	<ul style="list-style-type: none"> - Início da recuperação/reabilitação de casas rurais; - Parceria com Turismo do Centro; - Continuação das atividades anteriores; - Projeção de novas atividades (produtos gastronómicos inovadores,...) 	Engenheiro civil e trabalhadores da construção civil; Materiais de construção civil;
--	--	---

A implementação da EcoVilla de Saurio será efetuada de forma faseada, estando previsto um ano para a estruturação do centro: planificação e organização de atividades, burocracias, parcerias, financiamentos e marketing. Tarefas que serão realizadas por um grupo de voluntários com especial interesse no projeto, até à obtenção de financiamento. Na fase de implementação propriamente dita, os três anos seguintes, será então dado início às atividades e contratação de colaboradores. Na última fase, de consolidação, a partir do 5º ano, prevemos obter as verbas necessárias para o início da recuperação de casas rurais, e projeção de novas atividades, nomeadamente na área da gastronomia.

Na tabela seguinte expomos uma breve descrição das principais atividades previstas para o desenvolvimento do projeto, assim como os indicadores de avaliação das mesmas.

Tabela 14. Descrição das atividades e indicadores de avaliação

Atividades	Descrição	Indicadores de Avaliação
Hortas Virtuais com serviço de entregas ao domicílio	Este serviço funcionará através da parceria com o projeto MyFarm, em que é disponibilizada uma plataforma online de apoio à criação e manutenção de hortas pessoais e à encomenda de cabazes semanais. Através desta plataforma virtual os consumidores podem gerir a sua horta, definir os produtos que querem e as respetivas quantidades e acompanhar todo o processo de produção dos seus hortícolas pela internet, nas reportagens fotográficas e vídeos. Para além deste acompanhamento são incentivados a participar e/ou a visitar o terreno agrícola e a inteirarem-se do trabalho realizado pelo agricultor, usufruindo da ligação ao meio rural. Este serviço é realizado mediante pagamento. Estas hortas funcionarão também para o desenvolvimento de atividades pedagógicas com crianças e/ou adultos.	Todas as atividades realizadas serão alvo de avaliação através de indicadores objetivamente verificáveis como: - Quantidade de produtos agrícolas produzidos sem recurso a pesticidas, herbicidas, ou outros produtos químicos; - Quantidade de material orgânico
Portfólio Alimentar	O portfólio alimentar será uma atividade disponível para clientes das hortas virtuais e dos cabazes biológicos. Pretende dar a conhecer melhor os produtos hortícolas produzidos (características, componentes, atuação ao nível da saúde, formas de confeção e de armazenamento,...). Todas as semanas, será disponibilizado gratuitamente um documento com alguma informação, ou com sugestões, ou atividades, ou jogos,... sobre um determinado alimento, e entregue junto com os cabazes semanais, permitindo assim aumentar o	

	conhecimento das famílias, nomeadamente das crianças, e estimular uma alimentação e estilo de vida saudáveis.	reutilizado; - Quantidade de produtos vendida; - Características do solo; - Grau de satisfação do cliente; - Número de ações desenvolvidas; - Número de participantes em cada ação; - Número de portfólios; - Quantidade produtos de artesanato confeccionados; - Quantidade de edifícios recuperados; - Número de estadias/dormidas;
Vermicompostagem²³	Com a realização da vermicompostagem pretendemos produzir fertilizante para as culturas agrícolas. Depois de consumirem os produtos produzidos através das hortas virtuais ou adquiridos nos cabazes biológicos, os clientes poderão guardar os restos desses produtos (cascas, restos de comida,...), e enviar-nos de volta na entrega seguinte. Serão introduzidos no processo de vermicompostagem e reutilizados mais tarde. Atividade sem custos para o cliente.	
Cabazes biológicos	Venda ao público, mediante encomenda, de cabazes com produtos biológicos. Todas as semanas sairá uma lista com os produtos disponíveis para encomenda. Podem ser entregues ao domicílio ou levantados no centro. Os cabazes terão um preço estipulado consoante a quantidade (kg) de produtos pretendida.	
Programas de educação ambiental, cultural e de empreendedorismo	Desenvolvimento de programas com atividades de conservação do meio ambiente e preservação dos recursos endógenos, de conhecimento e valorização do património (monumentos, artesanato, tradições,...), e de práticas empreendedoras, destinados às escolas e ao público em geral. Todas as atividades e programas terão um custo.	
Programa turístico de aprendizagem e participação em atividades agrícolas e culturais tradicionais	Cada vez mais se nota a ausência de mão de obra nas aldeias para a realização de atividades agrícolas pontuais como a vindima, a apanha da azeitona ou do milho. Assim, com este programa pretende-se criar parcerias com os agricultores locais e atrair os turistas para essas atividades, proporcionando momentos diferentes de distração e lazer e ao mesmo tempo de aprendizagem. Através de parcerias com grupos tradicionais, de folclore por exemplo, também poderão participar nestas atividades. As atividades serão realizadas mediante pagamento.	
Panfleto de roteiros e atividades no concelho	Elaboração de um panfleto com vários roteiros turísticos e atividades existentes no concelho. Será entregue gratuitamente a todos os clientes de todas as atividades/serviços.	
Pacotes turísticos com visitas guiadas	Disponibilização de um serviço que pretende conjugar workshops temáticos na área da agricultura, ambiente, artesanato e visitas ao património do concelho e/ou arredores. Esta atividade destina-se a grupos de pessoas (crianças, adultos ou idosos) e é efetuada mediante pagamento.	
Recuperação/reabilitação de casas rurais	Recuperação/reabilitação de casas antigas para turismo rural. Esta atividade requer um investimento muito avultado, por isso, será alvo de candidatura a projetos de financiamento.	
Os idosos formarão equipa com os colaboradores do projeto acompanhando e participando em todas as atividades possíveis.		

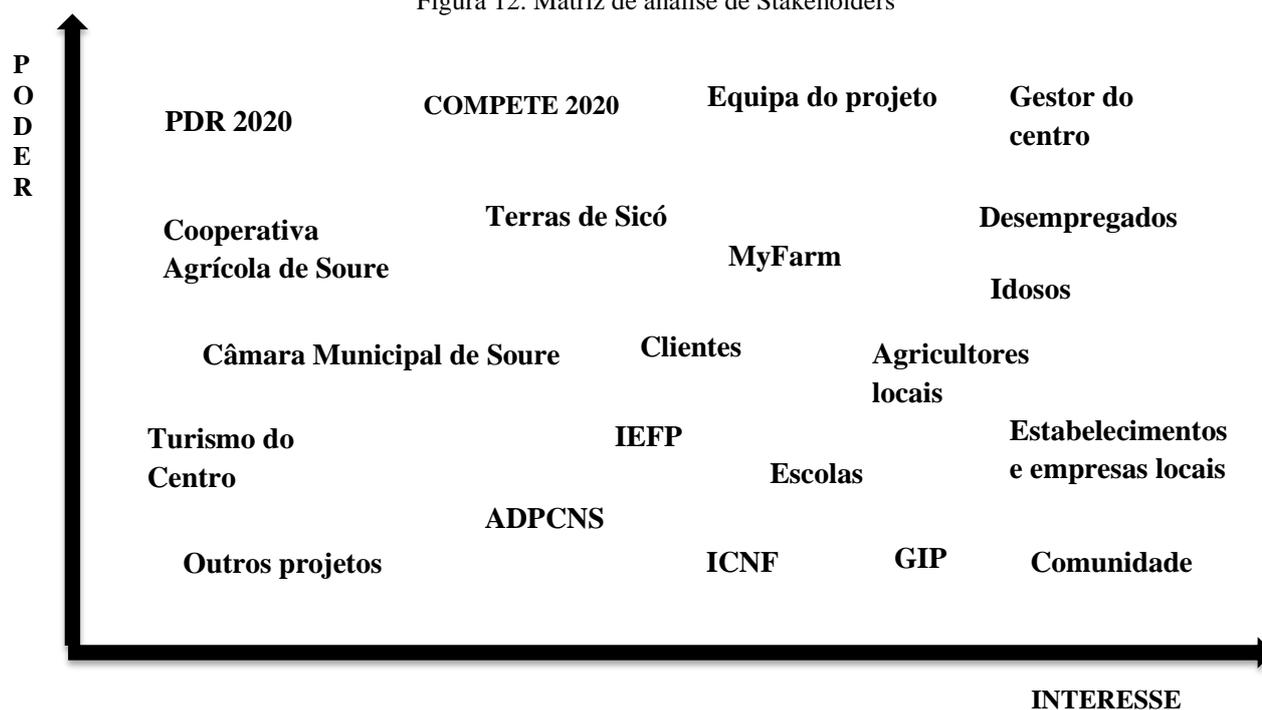
²³ Vermicompostagem é o processo de transformar desperdícios orgânicos em composto de alta qualidade em pouco tempo e sem grandes exigências de espaço, tempo ou equipamento, utilizando minhocas.

6.4. Análise de Stakeholders

Um *stakeholder* de um projeto é uma pessoa ou grupo que possui relações com o projeto, ou é de algum modo, afetado por ele – direta ou indiretamente, positiva ou negativamente. Todas estas pessoas ou grupos possuem interesses no projeto, na medida em que têm algo a ganhar ou a perder com as atividades, resultados e/ou impactes do mesmo (Schiefer *et al.* 2006).

Definimos como *stakeholders* primários, ou seja, atores-chave do projeto, o gestor e a equipa do centro e os destinatários do projeto, desempregados e idosos. O gestor da EcoVilla de Saurio e a equipa que irá implementar o projeto serão os principais pontos de referência, responsáveis por todas as diligências necessárias à sua concretização. Os destinatários, desempregados e idosos serão *stakeholders* decisivos através dos quais poderemos compreender a capacidade do centro como uma resposta empreendedora capaz de promover a (re)integração social.

Figura 12. Matriz de análise de Stakeholders



Como podemos constatar na matriz apresentada, as entidades financiadoras, as entidades parceiras e os clientes serão também *stakeholders* vitais, embora com menos interesse comparativamente aos *stakeholders* primários, uma vez que destes dependerá algum do financiamento para a implementação do projeto, a concretização das diversas atividades e as respetivas receitas, ou seja, a sua sustentabilidade. Desta forma, contamos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com o Gabinete de Inserção Profissional do Município

de Soure, para o apoio institucional à criação de emprego e contratação de pessoas desempregadas residentes no concelho. Com a Cooperativa Agrícola, o Turismo do Centro, a Câmara Municipal, a Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure e com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, para o apoio necessário à programação e desenvolvimento das atividades nos domínios da agricultura e do ambiente. A empresa Myfarm e os agricultores locais constituem-se como os parceiros primordiais da EcoVilla de Saurio na dinamização das atividades, a Associação Terras de Sicó pode ser um aliado bastante forte, no entanto com menos influência, no apoio ao desenvolvimento e divulgação da mesma.

Do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização e do Programa de Desenvolvimento Rural, ou outras linhas de investimento do setor privado, contamos com o apoio financeiro. A comunidade, os estabelecimentos e empresas locais beneficiarão dos resultados alcançados pelo projeto, podendo vir a ser criadas parcerias específicas no sentido de atrair consumidores, outros projetos semelhantes poderão replicar algumas das ideias e atividades em iniciativas futuras e em outras zonas rurais do país.

6.5. Sistema de Avaliação

A avaliação é um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das ações realizadas, como também, reconhecer os erros e os sucessos da nossa prática, a fim de corrigir aqueles no futuro. Para Espinoza (1986, citado por Serrano, 2008, pg. 83) “avaliar é comparar num determinado instante o que foi alcançado mediante uma ação e o que se deveria ter alcançado de acordo com uma prévia programação”. Medir o grau de pertinência, idoneidade, efetividade e eficácia de um projeto; facilitar o processo de tomada de decisões para melhorar e/ou modificar um programa ou projeto; estabelecer em que grau se produziram outras consequências imprevistas e fomentar uma análise prospetiva sobre quais e como devem ser as intervenções futuras são os objetivos da avaliação.

O processo de avaliação da EcoVilla de Saurio será da responsabilidade da equipa técnica, compreenderá todas as atividades da mesma e contempla a participação de todos os intervenientes (colaboradores, clientes e parceiros) e também da comunidade local. Consistirá num tipo de avaliação *on going*, ou seja, de acompanhamento, ao longo de todo o projeto, visando determinar de forma sistemática se o projeto está a ser executado conforme o previsto. Os critérios de avaliação tidos em consideração serão os seguintes: pertinência, eficácia, eficiência e impacte. Relativamente à pertinência da intervenção pretendemos verificar quais são as mais-valias do projeto para o público-alvo e para a comunidade local.

No que respeita à eficácia pretendemos estabelecer a relação entre objetivos previstos e objetivos alcançados. Quanto à eficiência, pretendemos apurar o investimento realizado e os resultados alcançados, nomeadamente, se os recursos humanos, físicos e financeiros, colocados à disposição para a concretização do projeto, foram os suficientes e os mais adequados.

Como podemos verificar na matriz de enquadramento lógico (ver anexo M) encontram-se definidos uma série de indicadores objetivamente verificáveis e as respetivas fontes de verificação, que permitirão realizar este processo de avaliação do projeto. Cada unidade de intervenção (educação & formação, agrícola e turística) terá os seus próprios indicadores de avaliação como: o número de ações desenvolvidas, número de participantes em cada ação, quantidade de produtos produzida, grau de satisfação do cliente, entre outros. Para recolher os dados relativos aos indicadores definidos, serão construídos materiais de registo de informação e de avaliação como: dossiers de acompanhamento de todas as ações, fichas de avaliação especificamente construídas para cada atividade, fichas de participação e colaboração, inquéritos de satisfação, listas de produção de produtos, orçamentos, faturas, relatórios anuais de atividades e relatórios financeiros.

Será ainda contemplada a observação participante nas atividades práticas educativas e formativas com recurso a grelhas de observação; a aplicação de um questionário de satisfação específico para os colaboradores do projeto (ex-desempregados e idosos) e de uma bateria de testes de avaliação psicológica que incida na dimensão do bem-estar associado ao emprego; a aplicação de um questionário de satisfação específico dirigido aos parceiros do projeto, nomeadamente, MyFarm e agricultores locais; e sistematização e discussão destas análises em reuniões de equipa e de parceiros.

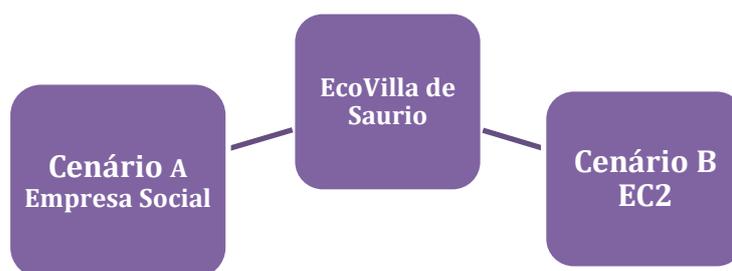
De três em três anos, haverá uma avaliação de impacto, no sentido de procurar determinar em que medida se obteve a melhoria da situação de desemprego e de desenvolvimento sustentável no concelho. Para tal são considerados indicadores de avaliação como: número de postos de trabalho criados; número de ações de educação e formação realizadas; número de idosos a colaborar no projeto; receitas, despesas e investimentos; número de pessoas que visitaram a região; efeitos/benefícios para a comunidade local. Além dos materiais de registo de informação e de avaliação mencionados anteriormente será aplicado um inquérito a várias entidades concelhias, empresas e estabelecimentos, e à população em geral, a fim de compreender quais são os efeitos/benefícios provenientes do projeto e de que forma estes influenciam ou contribuem para a dinâmica do concelho e da vida das pessoas.

6.6. *EcoVilla de Saurio – uma visão para o futuro*

É chegado agora o momento de olhar para o futuro da EcoVilla de Saurio através de uma perspetiva estratégica, ou seja, analisar alguns dos cenários possíveis com o propósito de tomar uma decisão lógica e prospetiva, no sentido de adotar as melhores estratégias para o futuro do projeto. Definidos como “o conjunto formado pela descrição, de forma coerente, de uma situação futura e do encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura” (Godet, 1997 citado por Brasiliano, 2007, pg.5), os cenários são assim usados como meio de definir a estratégia em relação a uma série de modelos futuros do mundo, plausíveis, mas estruturalmente muito diferentes.

Importa então analisar os diferentes enquadramentos legais e tipos de estrutura e gestão que o Centro de Educação & Formação – EcoVilla de Saurio poderá vir a assumir.

Figura 13. Cenários prospetivos da EcoVilla de Saurio



Tal como ilustra a figura um dos cenários possíveis para a EcoVilla de Saurio será a sua constituição jurídica como uma empresa social. As empresas sociais são uma das pedras angulares do modelo social europeu e contribuem para os objetivos da Estratégia UE 2020 na medida em que criam emprego, desenvolvem soluções inovadoras para responder às necessidades do público, geram coesão e inclusão social e fomentam uma cidadania ativa, além disso, são particularmente importantes para promover a participação das mulheres, dos idosos, dos jovens, das minorias e dos migrantes. Muitas empresas sociais são PME, frequentemente provenientes da economia social, e muitas desenvolvem atividade no domínio da integração no mercado de trabalho.

São vários os significados atribuídos às empresas sociais, no entanto, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) propõe uma descrição baseada em características comuns:

- ❖ Perseguir primeiramente objetivos sociais, por oposição a fins lucrativos, que beneficiem o público em geral ou os seus membros;

- ❖ Ter predominantemente atividade sem fins lucrativos, com lucros que serão principalmente reinvestidos e não distribuídos por acionistas ou proprietários privados;
- ❖ Ter uma variedade de formas ou modelos jurídicos (como por exemplo, cooperativas, mútuas, associações de voluntariado, fundações, empresas com ou sem fins lucrativos), muitas vezes combinando várias formas jurídicas e, por vezes, mudando em função das suas necessidades;
- ❖ Ser um agente económico que produz bens e serviços (frequentemente de interesse geral), amiúde com uma forte vertente de inovação social;
- ❖ Funcionar como entidade independente, com uma forte vertente de participação e codecisão (pessoal, utilizadores, membros) e de governação e democracia (representativa ou aberta);
- ❖ Ser, em muitos casos, oriunda de uma organização da sociedade civil ou a ela estar associada.

(CESE, 2012, p.3)

Estas empresas têm muitas vezes uma implantação local e a sua expansão nem sempre é um interesse manifesto ou uma prioridade óbvia, em vez de competirem ou expandirem o seu modelo, preferem outros tipos de crescimento. Apesar de todas as conclusões e recomendações aos Estados-Membros, em muitos países, como é o caso de Portugal, ainda não existe uma legislação específica para este tipo de empresas, por isso, o Comité Económico e Social Europeu defende que as empresas sociais devem ser mais visíveis e reconhecidas como um setor fulcral da sociedade (*Idem*).

Posto isto, consideramos que o futuro para este centro passará por se constituir como uma empresa social na forma jurídica de uma associação sem fins lucrativos para o desenvolvimento sustentável.

À semelhança do que se verifica em Inglaterra, o futuro dos projetos sociais na Europa passará pela criação de um número cada vez maior de Empresas Sociais, como reconhece Muhammad Yunus (2011) o desafio é inovar os modelos de negócios e aplicá-los para produzir os resultados sociais desejados com economia e eficiência (Gonçalves, 2013, pg.83).

Alguns dos constrangimentos associados a este modelo passam pela falta de um quadro regulamentar para as empresas sociais em Portugal, por dificuldades atuais no acesso a financiamento, por estereótipos relacionados com menor produtividade e falta de reconhecimento do trabalho realizado, comparativamente às outras empresas. Por outro lado, as empresas sociais são entidades independentes que proporcionam a participação e codecisão entre os seus membros, estão orientadas para objetivos sociais, com atividades sem fins lucrativos, permitindo o reinvestimento dos lucros obtidos, e possibilidade de beneficiar de apoios previstos no quadro da economia social, possibilitando assim maior duração e crescimento do projeto.

O outro cenário possível é a apresentação do projeto à entidade concelhia 2, fundada em 1987 e com o objetivo de

“preservação do património do concelho de Soure, património quer seja ele construído ou natural. Construído no caso do castelo, no caso de casas apalaçadas, solarengas; natural a própria paisagem do Sicó, da serra do Sicó que envolve uma parte da zona de Soure, mas que vai do Sicó quase até ao mar, também a zona da Vinha da Rainha, e de Alfarelos, e a paisagem ferroviária e tudo isso. De uma forma geral o objetivo é mesmo a preservação do património, quer seja ele ambiental ou cultural, construído e também não construído mas a questão das tradições e cultural” EC2,

propondo a sua implementação através desta, ou pelo menos de algumas das atividades previstas.

A entidade concelhia 2 é uma organização sem fins lucrativos, consolidada e com atuação em algumas das áreas de intervenção que definimos para o projeto – educação e formação, património e ambiente. Considerando as áreas da agricultura, educação ambiental e turismo rural viáveis para o desenvolvimento do concelho, *“Sim, cada vez mais o turismo ambiental está em força (...) quer o turismo ambiental quer o desenvolvimento rural quer a questão, neste caso, do património, nomeadamente a gastronomia, são mais-valias para o concelho”* EC2, estando disponível para a realização de parcerias

“eu acho que sim, a EC2 está aberta a isso sim, é uma questão de serem apresentados (...) e depois a EC2 terá de pensar e avaliar, mas à partida estará, sim, estará se achar que são conducentes, se a direção achar que vão ao encontro da missão e da visão da EC2 não haverá qualquer problema”

e tendo

“o conhecimento que a EC2 tem do próprio concelho, aí é bastante, a direção da EC2 são pessoas que não são nascidas e criadas no concelho mas que já vivem há muitos anos no concelho, primeira coisa, a própria direção e muitos dos sócios da EC2 têm elevados conhecimentos científicos sobre o concelho, por exemplo como eu falava há pouco, o tal geógrafo que terminou o doutoramento, ele é sócio da EC2 (...) tem um grande know-how, tem pessoas com muita qualificação no assunto, portanto acho que passa muito por aí, a experiência do conhecimento do concelho e depois o conhecimento científico sobre o mesmo (...) depois tem sócios que gostando do projeto também se envolvem” EC2,

julgamos ser também uma hipótese bastante credível.

Neste caso, o projeto teria de ser sujeito a aprovação pela direção da EC2 e a possíveis adaptações consideradas pertinentes pela mesma. Por outro lado, permitiria envolver muitos dos seus sócios nas atividades, promovendo um envelhecimento ativo, uma vez que *“a maior parte dos sócios da EC2 até agora, eram pessoas já com 50, 60, 70 anos”* EC2, alcançando desta forma um dos objetivos da EcoVilla de Saurio.

Na nossa opinião, a melhor estratégia para o futuro da EcoVilla de Saurio, seria num primeiro momento optar pelo cenário B, apresentar o projeto à entidade concelhia 2, conseguir um consenso com a direção e colocar algumas das atividades em prática. A grande vantagem deste cenário reside no facto de a EC2 ser uma instituição já consolidada, com conhecimentos e experiência que podem ser bastante úteis ao projeto e também haver abertura e interesse para concretizar novos projetos.

Posteriormente, partindo do princípio que o projeto terá o sucesso esperado, poderia adquirir independência e constituir-se como uma empresa social (cenário A) colocando em prática toda a orgânica definida e os objetivos traçados.

6.7. Sustentabilidade ambiental, social e económica

Através da concretização destas atividades tencionamos obter alguns resultados que vão de encontro ao alcance do objetivo geral que definimos: promover a integração social de pessoas desempregadas e o desenvolvimento sustentável do concelho de Soure. Neste sentido, com a reutilização de compostos orgânicos através da vermicompostagem, com a produção de hortícolas em modo biológico, com a utilização de materiais recicláveis, com o uso eficiente da água, estamos a contribuir para a proteção do solo e para a conservação da natureza e da biodiversidade, um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

Através dos diversos programas formativos que disponibilizamos estamos a colaborar para uma sociedade mais informada, empreendedora e detentora de conhecimento, nomeadamente dos mais novos; e também para a integração social, quer dos indivíduos desempregados, quer dos mais idosos, através da sua colaboração nas diversas atividades, promovendo assim um envelhecimento ativo e o combate à exclusão social.

Toda esta mecânica vai dinamizar o concelho, atraindo turistas, valorizando o património, gerando uma economia competitiva e criadora de oportunidades de emprego, permitindo assim a fixação da população.

No que diz respeito à sustentabilidade económica do projeto, prevê-se inicialmente um pequeno investimento de capitais próprios: numerário, terrenos e ferramentas agrícolas, assim como a candidatura a diversos programas de financiamento (e.g. PRODER, COMPETE 2020, e outros programas de financiamento do setor privado). Posteriormente, as diversas atividades desenvolvidas irão gerar as suas próprias receitas, permitindo assim, a manutenção e continuação do projeto.

6.8. Estratégias de Funcionamento e de Marketing

A EcoVilla de Saurio – Centro de Educação & Formação, funcionará todos os dias do ano num horário diurno, preferencialmente. Sob a orientação de um gestor do centro e de coordenadores para cada unidade de funcionamento, com uma equipa técnica, colaboradores e idosos. Uma das características diferenciadoras deste projeto é precisamente a aliança entre funcionários e idosos, através da realização de um contrato de compromisso em que ambas as partes se comprometem a formar uma “equipa” e a trabalhar juntos. As equipas podem ser constituídas por vários elementos, consoante a necessidade para a realização das atividades.

Para além destes contratos, com os funcionários será celebrado um contrato normal de trabalho, que define todas as normas, direitos e deveres de ambas as partes (horário de trabalho, folgas rotativas, vencimento, incentivos motivacionais, entre outros), apontados por muitos dos entrevistados como algumas das condições que consideram mais importantes num local de trabalho:

“Domingo livre, ou folgas rotativas ao fim de semana, pelo menos ter um domingo livre por mês. Horário diurno, sem sair muito tarde por causa do filho. Haver bom ambiente na empresa, horários que motivem as pessoas, incentivos para motivar as pessoas, recompensas, consideração pelos trabalhadores, existência de contratos” EC1

“Eu acho que um vínculo, um vínculo de trabalho é muito importante, porque nós hoje em dia, infelizmente não estamos seguros em lado nenhum, não podemos criar perspetivas de vida porque de repente a tua vida cai toda, e pronto” EC3; “O prazo certo, o dinheiro não precisa de ser muito mas o prazo certo de ele cair todo acho que é fundamental, porque nós gerimo-nos sobre uma coisa que tá certa” EM2; “O mais importante é agente ter um contrato e chegar ao fim do mês e ganhar o nosso ordenado, em termos de horários não tenho” EM4.

Com os idosos será também celebrado um contrato de voluntariado, definindo direitos e deveres de ambas as partes, podendo ser acordadas algumas regalias que estes poderão usufruir no centro, consoante a vontade de cada um e o consentimento do gestor e da restante equipa. Todos os colaboradores, funcionários e idosos, terão preferência concelhia, no ato da contratação, ou seja, será dada prioridade às pessoas que residam no concelho de Soure, uma vez que o centro pretende contribuir para a integração social de pessoas desempregadas e para o envelhecimento ativo da população, duas das principais preocupações existentes no concelho:

“A nível local eu acho que se as entidades empregassem, por exemplo, ou dessem preferência a pessoas da localidade, da freguesia, concelho e houvesse mais apoios a nível de construir novo tipo de

empresas, não sei seria mais benéfico, do que por exemplo eu sair daqui e ir trabalhar para o Algarve, tendo postos de trabalho iguais aqui, as residências deveriam ser abrangidas, até porque quem ganha o ordenado mínimo ir daqui para Coimbra, bem Coimbra não é o melhor exemplo, mas já faz diferença, e não pagar impostos também era importante” EF4.

A estratégia de marketing passará essencialmente pela apresentação e divulgação do centro através das redes sociais e de flyers, da prestação de um serviço de qualidade para que o cliente fique satisfeito e contribua com uma divulgação positiva do nosso trabalho, também de pacotes promocionais em diversas atividades (descontos para grupos, ofertas de atividades, oferta de um fim de semana rural após a compra de um determinado valor em produtos agrícolas, entre outras). No anexo N apresentamos um esquema simplificado da EcoVilla de Saurio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final deste trabalho onde nos debruçamos sobre as questões da integração social de pessoas desempregadas e do desenvolvimento rural sustentável, é o momento de refletir e tecer algumas considerações finais acerca da realidade atual e da intervenção que propomos, e ainda lançar algumas pistas para o futuro.

Num primeiro momento pudemos constatar os efeitos que a globalização e os avanços tecnológicos provocaram nas sociedades contemporâneas, principalmente através da deslocalização das grandes empresas para países de mão de obra barata e da introdução da tecnologia em substituição das pessoas, o que veio causar grandes transformações no mercado de trabalho – principalmente o desemprego de grande parte da população mundial.

Sendo o desemprego uma situação que altera os hábitos e o quotidiano dos indivíduos, como a ausência de poder económico, de rotinas diárias, e de participação social, conduz a impactos bastante negativos não só para quem o vivencia mas para toda a família: baixa-autoestima, dependência económica, baixa qualidade de vida, estagnação profissional e muitas vezes a exclusão social. Ou seja, o emprego é, na atualidade, o principal fator de realização pessoal e de integração social.

Posto isto, o paradigma do desenvolvimento advindo da globalização começa a ser colocado em causa, ao perceber-se que os problemas atuais também eram globais: progressos económicos e sociais notáveis associadas à globalização que foram conseguidos em partes do mundo coexistem com situações de pobreza e exclusão social, desemprego, ameaça de alterações climáticas, perda de biodiversidade generalizada, crescente poluição e degradação dos mares e oceanos, e a ausência de padrões de produção e consumo sustentáveis, surgindo um novo conceito de crescimento: inteligente, sustentável e inclusivo, mediante o investimento na educação, na investigação e na inovação, dando prioridade à transição para uma economia de baixo teor de carbono, e prestando especial atenção à criação de emprego e à redução da pobreza, conceptualizado em programas e estratégias políticas a implementar em todos os países da União Europeia.

Consequentemente, o mundo rural, envelhecido e desertificado, até então esquecido por muitos, começa a ser perspectivado de outra forma, encarado como um território renovado, com novas funcionalidades, novas redes de negócio e novas redes de serviços, que se podem traduzir em novas oportunidades. Surge a preocupação com a natureza, a preservação do meio ambiente e a valorização do património local, novas formas de agricultura sustentável e um turismo associado ao campo, às suas culturas e tradições.

Num segundo momento tivemos a oportunidade de compreender o real impacto que o desemprego causa na vida das pessoas, através do contacto pessoal que efetuámos com os entrevistados e comprovar a gravidade que a situação acarreta para si e para a sua família. Por outro lado, através das entrevistas que realizámos às entidades concelhias, comprovámos o potencial dos territórios rurais, as oportunidades que podem ser encontradas e os recursos existentes, principalmente no concelho de Soure.

Esta realidade levou-nos a idealizar uma resposta social que consideramos inovadora, uma vez que tenta intervir no contexto atual acima descrito, desemprego e desenvolvimento rural sustentável, através da disponibilização de novos serviços e de um modo de funcionamento diferente, ao agregar os mais idosos nas atividades desenvolvidas. Através da EcoVilla de Saurio julgamos poder vir a conseguir alguns resultados positivos como: consciencializar a população para a conservação do meio ambiente e preservação dos recursos endógenos, incentivar o conhecimento e interesse pelos alimentos e a adoção de uma alimentação e estilos de vida saudável, divulgação e valorização das tradições e do património do concelho, desenvolver uma atividade agrícola em harmonia com a natureza e práticas que promovam a sustentabilidade dos recursos, dinamização da economia local e, acima de tudo, contribuir para a integração social de pessoas desempregadas, ao criar novas oportunidades e postos de trabalho, atuando assim ao nível de algumas das causas do desemprego identificadas na árvore de problemas: desvalorização do mundo rural, perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas, setor agrícola pouco explorado e ausência de oferta de empregos.

Tentámos conceber o projeto de acordo com as ideias e perspetivas dos participantes no diagnóstico, atores fundamentais, envolver o maior número de *stakeholders* possível, e inspirar-nos em outros projetos já consolidados e com sucesso, de forma a garantir o êxito e a sustentabilidade do mesmo, almejando em última instância provocar mudança ou impacto positivo no concelho, contrariando as tendências atuais.

Consideramos que ambos os cenários definidos para o futuro podem ser hipóteses viáveis de colocar em prática a EcoVilla de Saurio, no entanto, talvez num primeiro momento aliar-se à EC2, seria uma boa oportunidade de implementar algumas atividades e dar início ao centro, aproveitando assim todas as mais-valias que esta organização poderá oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

agrobio (2011). O que é a Agricultura Biológica? Disponível em: <http://www.agrobio.pt/pt/o-que-e-a-agricultura-biologica.T136.php> [consultado em 3/06/15].

Agrupamento de Escolas Martinho Árias Soure (2015). Bem-Vindo(a). Disponível em: <http://www.escolasdesoure.pt/web/agrupamento/bem-vindoa/> [consultado em 10/05/15].

Aires, M. F. (2013). *Em defesa do património tradicional do concelho de Soure*. Dissertação de Mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico apresentada ao Departamento de Artes e Tecnologias. Coimbra: Escola Superior de Educação

Amaro, (s.d.). A EXCLUSÃO SOCIAL HOJE. *Cadernos do ISTA – Instituto S. Tomás de Aquino*, nº 9. Disponível em: http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html [consultado em 20/03/14].

Amaro, R. R. (2003). *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho/Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

André, I. & Abreu, A. (2006). Dimensões e Espaços da Inovação Social. *Finisterra*, XLI, 81, 121-141

Almeida, J. G. (2012). *Percursos alternativos: Transições empreendedoras*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentada à FPCE e à Faculdade de Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21328>

Associação Biodinâmica Portugal (2015). *A Associação Biodinâmica Portugal*. Disponível em: <http://www.biodinamicaportugal.com/> [consultado em 4/06/15].

Associação de Desenvolvimento de Soure (s.d.). *DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: DIAGNÓSTICO*.

Alvino-Borba, A. & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serv. Soc. Soc.*, 106, 219-240. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>

Baptista, F. O. (2003). Um rural em território. In J. Portela & J. Caldas (Orgs.), *PORTUGAL CHÃO*, pp.47-66. Lisboa: Celta Editora

Bárrios, M. & Fernandes, A. (2014). A promoção do envelhecimento ativo ao nível local: análise de programas de intervenção autárquica. *Revista Portuguesa de saúde pública*, 32 (2), 188-196. Disponível em: <http://www.elsevier.pt/pt/revistas/revista-portuguesa-saude-publica-323/artigo/a-promocao-do-envelhecimento-ativo-ao-nivel-local-90370888>

Bastos, J. (2009). *Concelho de Soure: Mapa das Freguesias*. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/9480263@N02/3743142357/>

Biovilla (2015). *Sobre a Biovilla*. Disponível em: <http://www.biovilla.org/biovilla/>
[consultado em 8/06/15]

Brasiliano, A. C. (2007). Visão de prevenção em riscos só entendendo as abordagens em prospetiva. *Revista Electônica Brasiliano & Associados*, nº 33, 5-12.

Caleiras, J., Pessoa, S. & Pacheco, V. (2007). É o (des)emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e na exclusão social do Distrito de Coimbra. P. Hespanha (coord.). Coimbra: Núcleo Distrital De Coimbra da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Caleiras, J. M. (2011). PARA ALÉM DOS NÚMEROS – AS CONSEQUÊNCIAS PESSOAIS DO DESEMPREGO. Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/16439>

Câmara Municipal de Soure (2006). *Carta Educativa do Concelho de Soure*. Disponível em: <http://www.cm-soure.pt/docs/cartaeducativa/CartaEducativadoConcelhodeSoure.pdf>

Câmara Municipal de Soure (2015). *Município de Soure*. Disponível em: <http://www.cm-soure.pt/index.php> [consultado a 5/05/15].

Carapinheiro, G. (2001). A Globalização e o Risco Social. In B. S. Santos (Org.) *Globalização. Fatalidade ou Utopi.*, pp.197-226. Porto: Ed. Afrontamento.

Cardoso, P. A. (2011). *Dinâmicas do Mundo Rural no Virar do Século – O Concelho do Sabugal*. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/19939>

Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão. Compreendê-la para dela sair*. Coleção Educação e Trabalho Social. Porto: Porto Editora.

Comissão Europeia (s.d.). *EMPREGO, ASSUNTOS SOCIAIS E INCLUSÃO*. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/social/home.jsp?langId=pt> [consultado em 5/5/14].

Comissão Europeia (2012). *Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um Programa da União Europeia para a Mudança e a Inovação Social*. Bruxelas. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2011/PT/1-2011-609-PT-F2-1.Pdf>

Comissão Europeia (2014a). *A estratégia Europa 2020 em poucas palavras*. Disponível em:

http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm [consultado a 5/05/2014].

Comissão Europeia (2014b). *Objetivos da Estratégia Europa 2020*. Disponível em:

http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/targets/index_pt.htm [consultado a 5/05/2014].

Comissão Europeia (2014c). *Europa 2020: iniciativas*. Disponível em

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=956> [consultado em 5/5/2014].

Comité Económico e Social Europeu (2012). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Iniciativa de Empreendedorismo Social — Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais»*. Bruxelas. Disponível em:

http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/2012_C_229_08.pdf

Comissão Nacional da Unesco (s.d.). *Educação para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/um-planeta-um-oceano/educacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel> [consultado em 07/07/15].

Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (s.d.). *Galeria de Fotos*. Disponível em: <http://www.baixomondego.pt/regioes/soure/galeria.php> [consultado em 31/08/15].

Conselho da Europa (2011). *Glossário do Desenvolvimento Territorial. Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT)*. Coleção Títulos Gerais. Lisboa: DGOTDU. Disponível em: file:///C:/Users/utilizador/Downloads/2011-9-29-19-25-59-875_VFF_FORMAT_Gloss%C3%A1rio_DGOTDU-CEMAT_protegido.pdf

Conselho da União Europeia (2007). Regulamento (CE) n.º 834 DO CONSELHO de 28 de junho de 2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) n.o 2092/91. Disponível em: <http://www.proder.pt/ResourcesUser/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Comunit%C3%A1ria/Regulamenton%C2%BA834-2007.pdf>

Costa, D. (2012). A Recolha de Dados: técnicas utilizadas. In H. C. Silvestre & J. F. Araújo (Coords.), *Metodologia para a Investigação Social*, (pp. 141-170). Lisboa: Escolar Editora.

Costa, L. (2012). Empreendedorismo Social, inovação, crescimento e emprego. In S. Félix; L. Alves & V. Sirghi (Coords.), *Manual de Empreendedorismo Social: uma abordagem sistémica*, pp. 9-11. Caldas da Rainha: Editora AIRO - Associação Industrial da Região Oeste e IPL – Instituto Politécnico de Leiria.

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Dees, J. G. (2001). O Significado do Empreendedorismo Social. Tradução de *The Meaning of "Social Entrepreneurship"*, Center for the Advancement of Social Entrepreneurship. The Fuqua School of Business, Duke University.

DGAI (2013). *Reorganização Administrativa do Território das Freguesias - (RATF)*. Disponível em:

http://www.portaldoeleitor.pt/Documents/RATF_2013/Coimbra_Equivalencias_Freguesias_RATF.pdf

Dicionário de Sociologia (2002). *Dicionários Temáticos*. R. Leandro (Org.). Porto: Editora.

Durão, A. F. (2010). *GESTOR DE BAIRRO. Contributo para a Sustentabilidade Local*.

Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia. Lisboa: Universidade Nova. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/5422>

EAPN (2014). *Indicadores sobre a pobreza. Dados europeus e nacionais*. Outubro.

Disponível em:

file:///C:/Users/utilizador/Downloads/Indicadores%20sobre%20a%20pobreza%20UE_PT_Outubro2014.pdf

Eurostat (2015a). *Unemployment statistics*. Disponível em:

http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Unemployment_statistics

[consultado a 15/07/15]

Eurostat (2015b). *Harmonised unemployment rate by sex*. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1> [consultado a 10/04/15].

Fernandes, A. R. (2013). *CENTRO DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIO: UMA RESPOSTA SOCIAL INOVADORA E PARTICIPATIVA*. Projeto de Intervenção Social do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentado à FPCE e à Faculdade de Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/25482>

Ferreira, J., Freitas, R., Costa, R. & Santos, E. (2010). Contributos para a compreensão da população desempregada: o papel dos padrões de crenças motivacionais. *PSYCHOLOGICA*, 52 – Vol. II, 643-672.

Ferreira, T. (2014). *IES: Uma Escola de Empreendedores Sociais*. Instituto do Empreendedorismo Social. Disponível em:

http://apreender.fundacaoep.pt/Recursos/1_promover/1.4_empreendedorismosocial/1.4.2_26_Set/doc/IES%20-%20Uma%20Escola%20de%20Empreendedores%20Sociais.pdf

Figueiredo, E. (1999). AMBIENTE RURAL – A UTOPIA DOS URBANOS? In C. Cavaco (Coord.), *DESENVOLVIMENTO RURAL: Desafio e Utopia. Estudos para o planeamento regional e urbano* (pp. 263-277). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Florido, F. (2010). *Permacultura, uma definição*. Disponível em: <http://terrasolta.org/2010/07/permacultura> [consultado em 4/06/15].

Francisco, M. E. (2004). *O significado psicológico do desemprego*. Dissertação da Tese de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento Vocacional apresentada à FPCE. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Gennari, A. & Albuquerque, C. (2011). Globalização, desemprego e (nova) pobreza: Estudo sobre impactes nas sociedades portuguesa e brasileira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92, 51-73. Disponível em: <http://rccs.revues.org/3970>

GEOCACHING (2015). *Paul da Madriz – Bosque dos Fetos*. Disponível em: http://www.geocaching.com/geocache/GC2VD3B_paul-da-madriz-bosque-dos-fetos [consultado em 20/07/15].

Gomes, M. (s.d.). EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DAS TEORIAS ÀS PRÁTICAS. *Dossier Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, 30-33. Disponível em: <file:///C:/Users/utilizador/Downloads/noterreno80.pdf>

Gonçalves, C. & Coimbra, J. (2007). Significados e centralidade do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas: Uma abordagem psicológica e histórico-social. *PSYCHOLOGICA*, 44, 401-426.

Gonçalves, C. J. (2013). *“IncubARTE”*. *Unidade de Capacitação para a Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência Visual*. Relatório de Projeto de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentado à FPCE e à Faculdade de Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/25513>

Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e Processos para uma Sociologia de Ação: O planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: Principia.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Principia.

Grupo de Pauliteiros de Vila Nova de Anços (2009). *Album de fotos Neuville de Poitou*. Disponível em: <http://grupodepauliteiros.no.sapo.pt/> [consultado em 10/08/15].

Hespanha, P. (2002). Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 21-31.

IEFP, I.P. (s.d.). *Apoios*. Disponível em: <https://www.iefp.pt/apoios> [consultado em 6/05/14]

IEFP, I.P. (2015). *CONCELHOS – Estatísticas Mensais*. Maio. Disponível em: <https://www.iefp.pt/documents/10181/3950794/SIE+-+Desemprego+registado+por+concelhos+maio+2015.pdf/81ae0904-af51-4c84-a56b-1b7156a10e2e>

IES (2014). *Roadmap para o Empreendedorismo Social no Minho-Lima: Relatório Final*. I. Carvalho & J. Salvado (Coords.). Disponível em: http://www.jcanao.pt/showroom/redessociais/images/pdf/Estudo_de_RoadMap_para_o_Empreendedorismo_Social_Minho-Lima.pdf

INE, I.P. (2015a). *Estatísticas do emprego – 1º trimestre de 2015*. Disponível em <file:///C:/Users/utilizador/Downloads/06EstEmp1t2015.pdf>

INE, I. P. (2015b). *Estatísticas Territoriais*. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3 [consultado a 22/04/15].

INFAP (s.d.). *O que é o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://www.infap.org.br/page1.php> [consultado em 7/5/14].

Instituto Pedro Hispano (2015). *BI*. Disponível em: <http://www.iphispano.pt/index.html> [consultado em 10/05/15].

Jesus, L., Kastenholz, E. & Figueiredo, E. (2010). “Estratégias do TER”, percepções e atitudes da população: desenhando um modelo de análise. In E. Figueiredo; E. Kastenholz; M. C. Eusébio; M. C. Gomes; M. J. Carneiro; P. Batista & S. Valente (Eds.), *Livro de Atas Mundos*

Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros. IV Congresso de Estudos Rurais (pp.406-419). Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em:

http://sper.pt/oldsite/4cer/LivroActasFinal_corrigido.pdf

Kastenholz, E. (2010). Experiência Global em Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais . In E. Figueiredo; E. Kastenholz; M. C. Eusébio; M. C. Gomes; M. J. Carneiro; P. Batista & S. Valente (Eds.), *Livro de Atas Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros. IV Congresso de Estudos Rurais* (pp.420-435). Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em:

http://sper.pt/oldsite/4cer/LivroActasFinal_corrigido.pdf

Lima, A. V. (2008). Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspetivas para o Desenvolvimento Rural? *Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em:

http://sper.pt/oldsite/IIICER/Comunicacoes/AidaVLima_com.pdf

Licínia (2014). *A queijaria da Licínia distinguida como o 1º prémio*. Disponível em:

<http://queijarialicinia.com/noticias?t=2> [consultado em 5/6/2015].

Loureiro, R. G. (2005). *ENFRENTAR O DESEMPREGO: Um estudo empírico e estratégias de aconselhamento*. Série ESTUDOS; 36. Lisboa: IEFP

MADRP (2005). *Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural. Grupo de Reflexão Estratégica*. Disponível em:

<file:///C:/Users/utilizador/Downloads/Orienta%C3%A7%C3%B5es.pdf>

Madureira, L., Gamito, T., Ferreira, D. & Portela, J. (2013). *INOVAÇÃO EM PORTUGAL RURAL – DETETAR, MEDIR E VALORIZAR*. Lisboa: Principia.

Martinho, A., Azevedo, C., Quintão, C., Bastos, J., Gabriel, M., Victor, N. & Araújo, T. (2008). *RDISS – Referencial para o Desenvolvimento de Iniciativas Socialmente Sustentáveis: Manual e Estudos de Caso*. Projeto COMPASSO (Coord.). Disponível em:

<http://www.udipss-porto.org/entreopassadoeofuturo/download/rdiss.pdf>

Miranda, F., Miranda, J. & Ravaglia, R. (2010). Abordagem Interdisciplinar em Educação Ambiental. *Revista Práxis*, Ano II, nº 4, 11-16. Disponível em:

<http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/04/11.pdf>

Monterg construções (s.d.). *Portfólio*. Disponível em:

<http://www.monterg.pt/obra/30/piscinas-municipais-soure> [consultado em 31/08/15].

Mota, I., Pinto, M., Vasconcellos e Sá, J., Marques, V. & Ribeiro, J. (2005). *ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ENDS 2005-2015*.

Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000015001-000020000/000019537.pdf>

Mulgan, G. (2010). Inovação Social. In C. Azevedo, R. C. Franco & J. W. Meneses (Eds.), *Gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos*. Lisboa. Vida Económica (pp. 51-104).

MyFarm (2015). O que é a MyFarm? Disponível em:

<http://myfarm.com.pt/index.php/pt/horta-na-net/quando-posso-ter-a-minha-horta> [consultado em 8/06/15].

Natário, M. M.; Braga, A.; Rei, C. (2010). A Produção Biológica e Desenvolvimento da Regiões. In E. Figueiredo; E. Kastenholtz; M. C. Eusébio; M. C. Gomes; M. J. Carneiro; P. Batista & S. Valente (Eds.), *Livro de Atas Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros. IV Congresso de Estudos Rurais* (pp.112-127). Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em: http://sper.pt/oldsite/4cer/LivroActasFinal_corrigido.pdf

Neves, A., Magalhães, A. & Relvas, S. (2003). A competitividade das áreas rurais: um modelo de intervenção na ótica das estratégias de marketing. In J. Portela & J. Caldas (Orgs.), *PORTUGAL CHÃO*, pp. 501-514. Lisboa: Celta Editora.

Oliveira, L. (2008). Para uma definição de inovação: a trajetória de um conceito. In *Sociologia da Inovação: construção social das técnicas e dos mercados*. Celta: Lisboa. pp.3-34.

Parada, F. & Coimbra, J. (1999/2000). Sentidos e Significados do Trabalho no Contexto de uma Realidade em Transformação: O Desemprego e as Dificuldades de Integração Profissional dos Jovens. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 15/16, 47-57.

Pato, M. L. (2012). *Dinâmicas do Turismo Rural – impactos em termos de Desenvolvimento Rural*. Tese de Doutoramento em Turismo apresentada ao Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em:

<http://ria.ua.pt/handle/10773/9201>

pela natureza (2015). *Tipos de agricultura sustentável*. Disponível

em:<http://pelanatureza.pt/agricultura/ecoinfo/vantagens-do-consumo-de-produtos-provenientes-de-agricultura-biologica> [consultado em 3/06/15].

Pimenta, F. T. (2011). *Soure das origens Pré-Romanas ao Foral de 1111*. Coimbra: Minerva.

Pordata (2015). *Municípios*. Disponível em:

<http://www.pordata.pt/Municipios/Pesquisa/5/480> [consultado em 19/04/15].

Pinheiro, A. G. (1990). Alfarelos a Vila e a Freguesia. Esboço histórico. Panorâmica contemporânea. Recolha etnográfica. *Cadernos Monográficos - 2*. Liga dos Amigos dos Campos do Mondego. Carapinheira. Seção de offset da Comissão de Coordenação da Região Centro.

PORTUGAL 2020 – ACORDO DE PARCERIA 2014-2020. Julho de 2014. Disponível em:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf

Projeto Querença (2015). O que é o Projeto Querença? Disponível em:

<http://www.projectoquerenca.com/pt/projecto.html> [consultado em 8/06/15].

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: TRAJETOS*. Lisboa: Gradiva.

Rajado, P. J. (2012). *O desemprego em Portugal. Uma análise ao nível dos concelhos entre 2001/2009*. Dissertação de Mestrado em Economia Local apresentada à Faculdade de Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/20103>

Ramos, M. C. (2007). Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 41-3, 299-333.

Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. & Januário, S. (1999). *A pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>

Santos, E., Ferreira, J., Albuquerque, C., Almeida, H., Mendonça, M., Silva, C. & Almeida, J. (2010). Desemprego: experiências de transição. *PSYCHOLOGICA*, 52 – Vol. II, 35-44.

Santos, M. O. (2012). *TEXTO DE APOIO SOBRE O DIAGNÓSTICO EM PROCESSOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL*. Évora: Universidade de Évora.

Disponível em: http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Diagnostico_10Ag12.pdf

Santos, B. S. (2001, Jan. 11). A Ciência e o Risco Social. *Visão*. Ces

Schiefer, U., Bal-Dobel, L., Batista, A., Dobel, R., Nogueira, J. & Teixeira, P. (2006). *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos*. Lisboa: Principia.

Serra, I. D. (2013). *Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspetiva Participada*.

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais apresentada à Escola de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Instituto Universitário.

Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7010>

Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: Casos práticos*. Coleção Educação e Trabalho Social. Porto: Porto Editora.

Silva, C. (2011). *SICÓ A DIMENSÃO CULTURAL DAS PAISAGENS – Um estudo de Turismo nas vertentes Cultural e Natureza*. Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura apresentada à Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Simões, M., Augusto, A., Cruz, D., Oliveira, M. & Wolf, J. (2008). Desafios para os diagnósticos sociais: aprofundamento e reconfiguração. *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: Universidade Nova.

Singer, P. (1999). *GLOBALIZAÇÃO E DESEMPREGO: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS*. São Paulo: Editora Contexto.

Teixeira, A. I. (2009). *Quando Desemprego de Escreve no Feminino: Estudo de Caso em Vila Nova de Gaia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia.

Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/12270>

ANEXOS

ANEXO A - Prioridades de intervenção definidas no programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020)

Prioridade 1	Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais; Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação; Incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal
Prioridade 2	Melhorar o desempenho económico e facilitar a reestruturação e modernização de todas as explorações agrícolas; Facilitação da entrada de agricultores adequadamente qualificados no setor agrícola, e em especial da renovação geracional neste setor
Prioridade 3	Melhoria da competitividade dos produtores primários mediante uma melhor integração na cadeia alimentar através de sistemas de qualidade, acrescentando valor aos produtos agrícolas e promovendo mercados locais; Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas
Prioridade 4	Restauração, preservação e incremento da biodiversidade, incluindo nas zonas natura 2000, zonas que enfrentam restrições naturais ou outras específicas, e zonas agrícolas de elevado valor natural, e das paisagens europeias; Melhoria da gestão da água, incluindo gestão dos fertilizantes e pesticidas; Prevenir a erosão do solo e melhorar a sua gestão
Prioridade 5	Melhoria da eficiência na utilização da água e da energia pela agricultura e na indústria alimentar; Facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos, desperdícios e outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia; Redução das emissões de gases com efeito de estufa e amónia provenientes da agricultura; Promoção da conservação e sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura
Prioridade 6	Facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento de pequenas empresas e da criação de empregos; Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais

ANEXO B - Guiões de Entrevista

Guião de Entrevista – Entidade Concelhia 1

I.	1. Nome da Entidade
Dados de Caracterização	2. Data de constituição
	3. Objetivos e principais respostas formativas
	4. População-Alvo
	5.
Dados de caracterização do entrevistado	5.1. Formação académica
	5.2. Função ocupada/desde quando?
	5.3. Funções anteriores e tempo de permanência na instituição
	1. Qual é a ligação da EC1 ao concelho de Soure? Como se estabelece?
	2. Qual a oferta formativa que promovem atualmente no concelho?
	3. Quais as formações mais procuradas pelos formandos no concelho de Soure?
	4. Quais as principais características dos formandos?
	5. Qual o número médio de formandos que frequenta as formações e que perfil possuem?
	6. Quais as principais razões pelas quais os formandos procuram a formação?
	7. Quais as principais expectativas dos formandos?
II.	8. Quais os níveis de empregabilidade depois de terminar os cursos?
Dimensão formativa da Instituição	9. Na oferta educativa, existem cursos na área da agricultura, nomeadamente biológica e na área do turismo rural?
	10. No contexto atual, considera importante a existência de projetos na área da Agricultura, Ambiente e Turismo & Cultura para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Soure?
	11. Estariam interessados em algum tipo de parceria com estes projetos, nomeadamente em disponibilizar cursos nessas áreas no concelho de Soure?
	12. Quais as condições que podem oferecer aos formandos?
	13. A EC1 pode ser considerada como um fator de desenvolvimento local, nomeadamente no concelho de Soure? Se sim, de que forma?
	14. Lacunas e potencialidades existentes no concelho em termos de respostas para integração de públicos vulneráveis.

Guião de Entrevista – Entidade Concelhia 2

I. Dados de Caracterização	<ol style="list-style-type: none">1. Nome da Entidade2. Data de constituição3. Objetivos e principais atividades4. Património compreendido5. População-Alvo
6. Dados de caracterização do entrevistado	<ol style="list-style-type: none">6.1. Formação académica6.2. Função ocupada/desde quando?6.3. Funções anteriores e tempo de permanência na instituição:
II. Dimensão da Intervenção da Instituição:	<ol style="list-style-type: none">1. Quais as principais características do património cultural e natural existente no concelho de Soure?2. Quais as potencialidades/vantagens que esse património pode trazer para o concelho?3. Algumas limitações/desvantagens?4. De que forma a EC2 contribui para a promoção e conservação do património do concelho?5. Que atividades a EC2 desenvolve atualmente no concelho?6. Em que sentido o património natural e cultural pode contribuir para o desenvolvimento económico e social do concelho?7. Em que medida a EC2 contribui para o desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho?8. Quais as principais dificuldades que sentem?9. No contexto atual, considera importante a existência de projetos na área da Agricultura, Ambiente e Turismo & Cultura para o desenvolvimento sustentável do concelho de Soure?10. Estariam interessados em algum tipo de parceria com estes projetos?11. O que poderiam oferecer?12. O turismo e a educação ambiental seriam apostas viáveis a considerar?13. Lacunas e potencialidades existentes no concelho em termos de respostas para a integração de públicos vulneráveis.14. Atividades ligadas à cultura e ao património podem constituir-se como um fator de integração social?15. De que forma?

Guião de Entrevista – Entidade Concelhia 3

I.

Dados de

Caracterização

1. Nome da Entidade

1. Como caracteriza o concelho relativamente ao desenvolvimento económico e social?
2. Quais são as principais preocupações ou prioridades de intervenção da EC3 nesse âmbito?
3. Relativamente ao desemprego, em que situação se encontra atualmente o concelho?
4. Quais são as principais políticas/medidas que a EC3 tem desenvolvido e pretende desenvolver no futuro para colmatar a problemática do desemprego?
5. No âmbito da Estratégia Europa 2020 que visa um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que orientações a EC3 pretende seguir e implementar?
6. Considera a Inovação e o Empreendedorismo fatores importantes para o desenvolvimento económico e social da região? De que forma?
7. A EC3 tem previsto algum tipo de apoio para projetos nestas áreas?
8. Tendo em conta as características do concelho relativamente aos recursos naturais e ao património cultural existente, e o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável que estabelece precisamente orientações para a implementação de uma política de conservação da natureza e de valorização do potencial endógeno dos territórios como fator de desenvolvimento sustentável, que medidas a EC3 prevê implementar neste âmbito?
9. A agricultura biológica e o turismo rural são apostas viáveis a considerar?
10. No contexto atual, considera importante a existência de projetos nestas áreas da Agricultura, Educação Ambiental e Turismo & Cultura para o desenvolvimento sustentável do concelho de Soure?
11. Já existe algum tipo de projeto implementado ou a ser desenvolvido nestas áreas?
12. Que vantagens e/ou mais-valias a região oferece para o desenvolvimento deste tipo de projetos?
13. Desvantagens ou dificuldades?
14. Atividades ligadas a estas áreas podem constituir-se como um fator de integração social?
15. Lacunas e potencialidades existentes no concelho em termos de respostas para a integração de públicos vulneráveis.
16. Quais as perspetivas/expetativas a médio e longo prazo para o concelho de Soure?

II.

Dimensão da

Intervenção da

Instituição

Guião de Entrevista – Entidade Concelhia 4

I.	1. Nome da Entidade
Dados de	2. Data de constituição
Caracterização	3. Objetivos e principais atividades
	4. População-Alvo

5.	5.1. Formação académica
Dados de	5.2. Função ocupada/desde quando?
caracterização	5.3. Funções anteriores e tempo de permanência na instituição
do entrevistado	

	1. Quais são as principais atividades económicas no concelho de Soure?
	2. Que tipo de serviços e/ou apoios a EC4 pode oferecer aos seus associados e ao público em geral?
	3. Quais são as principais preocupações, no âmbito económico e social, no concelho?
	4. Quais as principais dificuldades que as empresas do concelho enfrentam?
	5. Que tipo de atividades ou medidas a EC4 desenvolve para colmatar a situação?
	6. Em que medida a EC4 contribui ou pode contribuir para o desenvolvimento económico e social do concelho?
	7. Considera que o empreendedorismo e a inovação são fatores importantes para o desenvolvimento da região? De que forma?
II.	8. Quais os setores que poderiam beneficiar de projetos empreendedores e inovadores?
Dimensão da	9. A agricultura e o turismo rural seriam apostas viáveis a considerar?
Intervenção da	10. Que vantagens e/ou mais-valias a região oferece para o desenvolvimento deste tipo de projetos?
Instituição	11. Desvantagens?
	12. A EC4 disponibiliza algum tipo de apoio a projetos nestas áreas? Qual/quais?
	13. No contexto atual, considera importante a existência de projetos na área da Agricultura, Ambiente e Turismo & Cultura para o desenvolvimento sustentável do concelho de Soure?
	14. Atividades ligadas a estas áreas podem constituir-se como um fator de integração social? De que forma?
	15. Lacunas e potencialidades existentes no concelho em termos de respostas para a integração de públicos vulneráveis.
	16. Que perspectivas ou expetativas a médio e longo prazo existem para o concelho?

Guião de Entrevista – Entidade Concelhia 5

I.
Dados de
Caracterização

1. **Nome da Entidade**
2. **Data de constituição**
3. **Objetivos e principais atividades**
4. **População-Alvo**

5.
Dados de
caracterização do
entrevistado

- 5.1. Formação académica
- 5.2. Função ocupada/desde quando?
- 5.3. Funções anteriores e tempo de permanência na instituição

II.
Dimensão da
Intervenção da
Instituição

1. Quais são as principais características da região de Sicó?
 2. Quais são as grandes vantagens/potencialidades da região?
 3. Em que medida essas potencialidades podem contribuir para o desenvolvimento económico e social da região?
 4. Quais são as principais desvantagens/limitações da região?
 5. Que tipo de atividades/projetos são desenvolvidos no âmbito do desenvolvimento económico e social da região?
 6. Que atividades/produtos/projetos inovadores poderiam ser desenvolvidos?
 7. Considera a agricultura e o turismo rural como potenciais setores de desenvolvimento para a região?
 8. Qual o perfil do turista que procura/visita a região?
 9. Que contributo o concelho de Soure pode oferecer para o desenvolvimento sustentável da região de Sicó?
-

Guião de Entrevista – Desempregados

I. Dados de Caracterização do entrevistado

1. Pessoais

- 1.1. Género
- 1.2. Idade
- 1.3. Estado civil
- 1.4. Número de filhos/idades

2. Profissionais

- 2.1. Habilitações literárias
- 2.2. Experiência profissional
 - 2.2.1. Setor de atividade onde se enquadrava profissionalmente
 - 2.2.2. Situação laboral no último emprego (tipo de vínculo laboral; trabalho a tempo inteiro ou tempo parcial)
- 2.3. Duração da situação de desemprego
- 2.4. Motivo da situação de desemprego

II. Situação de desemprego

1. Qual o impacto que o desemprego causou/causa na sua vida (pessoal, social e profissional)?
2. Quais as principais dificuldades de (re)integração no mercado de trabalho que tem sentido?
3. Como define o seu empenho/estratégia na procura ativa de emprego?
4. Quais são os seus interesses, motivações a nível profissional?
5. Quais são as suas expetativas/perspetivas para o futuro?
6. De que forma um emprego poderia mudar a sua vida?
7. Na sua opinião, quais seriam as soluções para minimizar o problema do desemprego?
8. Encara o meio rural, nomeadamente o setor agrícola, no contexto atual como uma oportunidade de emprego?
9. Tem interesse por esta área?
10. Se sim, o que gostaria de fazer?
11. Qual o seu interesse/disponibilidade para ter formação na área?
12. Quais as condições de trabalho que considera mais importantes?
13. De que forma o meio rural pode contribuir para o desenvolvimento económico e social, sobretudo para a criação de postos de trabalho?
14. Relativamente ao concelho de Soure, na sua opinião, que oportunidades a região pode oferecer aos seus habitantes?

ANEXO C - Dados de caracterização das entidades concelhias e dos entrevistados

Código	Dados de Caracterização das Entidades Concelhias
	Data de constituição
EC1	“A EC1 foi criada em 1991 e a Instituição A, que é a entidade proprietária da EC1, surgiu em 1999, dando cumprimento a uma formalidade jurídica obrigatória.”
EC2	“A EC2 foi constituída em 1987.”
EC3	Entidade governamental – órgão executivo do município
EC4	“A data de constituição da EC4 é 18 de outubro de 2000.”
EC5	“Sabes que a EC5 vem na sequência de uma associação já existente, isso é importante referires por causa até desse teu questionário, nós começámos com uma Associação de Municípios em 1988, que eram os municípios de Alvariázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure, portanto em 1988, depois de 88 para cá nós fizemos um primeiro plano de desenvolvimento integrado para o território, que depois coincide um bocado com a adesão de Portugal, na altura, à CEE e tivemos acesso a um financiamento que ainda hoje existe, ainda hoje o trabalhamos que é o programa LEADER, esse programa LEADER teve várias fases, teve LEADER 1, LEADER 2, LEADER +, depois tivemos o PRODER, que no fundo agora é o nosso novo programa, programa de desenvolvimento rural, que o eixo 3 era dedicado à chamada abordagem LEADER, e portanto continuamos a fazer esse trabalho só que em 95 alargamos para mais associados, não só os municípios, porque não fazia sentido serem só os municípios e alargamos a base institucional e os associados e criámos a EC5, que tem 12 associados diretos e depois tem outros, tem neste momento uma parceria mais alargada, até agora para o novo quadro comunitário, recentemente assinamos um acordo de parceria com cerca de 120 entidades aproximadamente, portanto estás a ver que há medida que vamos fazendo trabalho também vamos alargando e assumindo compromissos com outras entidades. Portanto isto para fazer esse enquadramento, por isso é que esta EC5 nasceu em 1995 mas herdou trabalho anterior desde 1988.”
	Objetivos
EC1	“Qualificar os recursos humanos da região, através de ofertas formativas que respondam às necessidades do tecido sócio-económico”

EC2	<p>“A EC2 tem como objetivo a preservação do património do concelho de Soure, património quer seja ele construído ou natural. Construído no caso do castelo, no caso de casas apalaçadas, solarengas; natural a própria paisagem do Sicó, da serra do Sicó que envolve uma parte da zona de Soure, mas que vai do Sicó quase até ao mar, também a zona da Vinha da Rainha, e de Alfarelos, e a paisagem ferroviária e tudo isso. De uma forma geral o objetivo é mesmo a preservação do património, quer seja ele ambiental ou cultural, construído e também não construído mas a questão das tradições e cultural.”</p>
EC4	<p>“Promover o desenvolvimento económico e social do concelho de Soure, representar as atividades económicas do concelho, colaborar com os associados na promoção e divulgação dos seus produtos e/ou serviços, promover estruturas de apoio ao emprego e de qualificação profissional, dirigidas não só aos associados, mas também a toda a comunidade concelhia”</p>
EC5	<p>“A EC5 foi criada naquilo que é o enquadramento do desenvolvimento do espaço rural, nas áreas rurais, porque a própria iniciativa comunitária LEADER era orientada para isso, portanto a nossa intenção, primeiro a nível intermunicipal era trabalhar a uma escala superior àquilo que os municípios podiam fazer sozinhos, estamos a falar de 1988, portanto foi entendido que uma escala mais alargada podia trazer melhores propostas e melhores programas de desenvolvimento rural para o território, e neste caso entenda-se o maciço da Serra de Sicó, que são os 6 municípios, e o objetivo de facto era naquilo que é as variantes sócio-económicas e culturais, trabalhar esse potencial para desenvolver económica e socialmente o território todo, portanto esse é o nosso objetivo central.”</p>
<p>Principais atividades</p>	
EC1	<p>“Até 2006 a atividade desta EC1 centrou-se predominantemente nos cursos profissionais de nível secundário. A partir daquele ano, graças à acreditação enquanto entidade formadora passou a intervir no mercado da formação profissional, indo além dos cursos com certificação escolar. Ainda em 2006 foi também criado o Centro Novas Oportunidades da EC1. Assim, num vasto conjunto de respostas formativas, surgem, além dos cursos profissionais de nível secundário, os Cursos de Educação e Formação de Jovens, os Cursos de Especialização Tecnológica, desenvolvidos em parceria com instituições de Ensino Superior, os Cursos de Educação e Formação de Adultos, os processos de RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, e um leque diversificado de ações de formação adaptadas ao contexto das empresas e de outras organizações.”</p>
EC2	<p>“Em termos de atividades a EC2 tem desenvolvido atividades para os sócios nomeadamente visitas de conhecimento de outros locais, dentro do concelho mas também fora do concelho. Já elaborou há uns anos percursos pedestres no concelho, em que houve na altura inclusivamente marcações no território desses percursos pedestres, entretanto já foi há alguns anos as marcações perderam-se, isso perdeu-se. Recentemente, desde o ano passado, tem feito algumas candidaturas, que não têm vindo aprovadas umas, outras têm. As que têm sido aprovadas tem sido na área da juventude, ou pela Juventude em Ação e agora o programa Erasmus+, que são atividades de dinamização e de aprendizagem não-formal com os jovens. Fez este ano, 2014, dois intercâmbios juvenis com jovens de Soure e jovens do estrangeiro, um em abril nas férias da Páscoa e outro no final das férias de verão, portanto primeira semana de setembro que envolveram no primeiro foram 20 jovens ao todo, 7 de Soure e os restantes estrangeiros, e o segundo 28, 7 de Soure e os restantes estrangeiros. E para o ano já tem também aprovado mais um intercâmbio, os que foram desenvolvidos em 2014 foi sobre as questões das atividades ao ar livre e estilos de vida saudável, os dois, o de setembro mais direcionado para as atividades ao ar livre e o de abril mais estilos de vida saudável, embora tivesse uma grande componente de atividades ao ar livre, porque foi no período das férias em abril em que tivemos uns aí 25 graus e tudo funcionou na rua. Para o próximo ano será também desenvolvido em setembro um</p>

	<p>intercâmbio juvenil mas neste momento a temática é diferente, é sobre a questão da identidade, a identidade nacional, a identidade europeia, em que o objetivo é que cada participante compreenda melhor o que é que são as questões relativas à identidade, à sua identidade, identidade local, identidade nacional, mas também as questões de identidade dos outros países, o que é que é a identidade europeia. E para abril está previsto um curso de formação para trabalhadores juvenis, voluntários ou não, na área da igualdade de género. Para além disso a EC2 tem mantido diversas parcerias com o Agrupamento de Escolas de Soure, no sentido de dinamizar a questão da aprendizagem das ciências de uma forma não-formal, através de métodos não-formais, e também tem colaborado com o agrupamento de escolas no âmbito da dinamização da Universidade Sénior, sendo os módulos sobre património, lecionados, digamos assim, dinamizados pela EC2. Portanto são estas as atividades que tem tido mais recentemente.”</p>
EC4	<p>“A EC4 é uma entidade de apoio ao empresário e aos comércios, quer à parte da indústria quer à parte comercial. Também desenvolvemos atividades no âmbito da formação profissional, para as empresas e para os desempregados, para o público em geral, para a reintegração nas empresas, prestamos serviços às empresas, normalmente de consultoria, temos um projeto agora com publicidades de forma a nos tornarmos também autosustentáveis. Realizamos alguns eventos no concelho, tipo São Mateus, Gastronomia. O objetivo da EC4 ao organizar esses eventos é na perspectiva de ajudar os comércios nele existente, porque não é a nossa área a realização desses eventos, mas realizamos sobre o pretexto e o apoio aos comércios que existem no centro urbano. Neste momento estamos a dar também apoio às empresas, com os fundos comunitários, será por aí a nossa intervenção.”</p>
EC5	<p>“No seu Plano de Atividades Plurianual, a EC5 tem orientado a sua estratégia nos seguintes eixos de intervenção: eixo valorização dos produtos endógenos, eixo território enquanto destino turístico, eixo requalificação dos recursos humanos e inovação, eixo cooperação territorial e transnacional. Parceria com o Museu Monográfico de Conímbriga, guias de visita portáteis, Grande Rota 26 (GR 26).”</p>
	<p>Áreas de formação</p>
EC1	<p>“Na formação inicial de jovens, os cursos profissionais oferecidos variam ao longo dos anos e incidem, na sede da EC1 em Avelar, na área da informática, eletrónica, mecatrónica, turismo e gestão. No polo de Alvaiázere, depois de muitos anos na área da construção civil, foi recentemente feita uma aposta na área da restauração e em Penela encontram-se em funcionamento o curso de análises laboratoriais e o curso de energias renováveis. Em termos de ofertas para adultos não há limite, oferecemos todas as áreas. A EC1 é uma entidade formadora acreditada e está acreditada para dar a formação em todas as áreas de formação do catálogo nacional de qualificações.”</p>
	<p>População-alvo</p>
EC1	<p>“Jovens em formação inicial de dupla certificação, portanto certificação escolar e certificação profissional, em especial de nível secundário, mas também jovens em formação de dupla certificação, escolar e profissional, de nível básico, ou seja, confere o 9ºano. Adultos ativos ou desempregados, também na vertente de dupla certificação e na vertente de requalificação profissional. A população-alvo é essencialmente constituída por jovens e adultos. Para além disso temos também a formação de ativos em contexto de trabalho, ou seja, consultoria formativa em empresas, em posto de trabalho, em IPSS, em entidades de economia social, em autarquias e outras entidades.”</p>

EC2	“Desde há um ano, mais ou menos, temos tentado englobar jovens, porquê, porque a maior parte dos sócios da EC2 até agora, eram pessoas já com 50, 60, 70 anos. E há a necessidade, para a EC2 não se perder, digamos assim, de começar a chamar mais gente jovem. Então a questão dos intercâmbios foi uma forma disso mesmo, porque um dos requisitos é que sejam sócios da EC2 e então neste momento temos um número de sócios mais novos, a partir dos 15, 16 anos. Mas essencialmente sócios mais velhos e adultos digamos assim, trabalhadores e muitos deles também já reformados.”
EC4	“Por um lado são as empresas e por outro o público em geral, também trabalhamos muito com o público em geral porque nós, por exemplo, também fazemos parte do agrupamento de escolas, no concelho geral, fazemos parte do CLAS, do NLI, do núcleo de intervenção de Soure, também fazemos parte de todas essas entidades. Temos associados, por exemplo as juntas de freguesia e as IPSS são nossas associadas, ora essas entidades enquanto também trabalham na área social, sendo nossas associadas também trabalhamos com a área social, ao fim e ao cabo, a apoiar os nossos associados. Na parte do público em geral, as nossas formações estão abertas ao público em geral, quer nesta parte por exemplo agora da agricultura, quer nas formações financiadas que estivemos a dar, para nós a questão dos desempregados é uma questão importante por causa da integração no mercado de trabalho e nas empresas. Nós temos o conhecimento das empresas, tendo o conhecimento também das pessoas que andam à procura de emprego, mais fácil.”
EC5	“É aberto a todos os setores e a todo o tipo de intervenção, aliás nós neste último quadro comunitário tínhamos desde apoios para as ruo-empresas naquilo que é a área mais da economia local, tínhamos também uma componente forte para o turismo no espaço rural, que no fundo é colocar o território num outro patamar de competitividade em termos de alojamento, e tínhamos também para a área social, trabalhamos com as IPSS praticamente, dos seis municípios, praticamente todas dando apoio financeiro obviamente quer na componente de melhoria das condições, dos edifícios, etc, quer na componente da valência de apoio domiciliário, portanto tínhamos estas duas vertentes e financiámo-las através do tal PRODER.”
Património compreendido	
EC2	“Natural, construído, o artístico, engloba tudo.”
Dados de Caracterização do Entrevistado	
Formação académica	
EC1	“Licenciatura”
EC2	“Licenciada em Sociologia e mestrado em políticas locais e descentralização.”
EC4	“Licenciatura em gestão”

EC5	“Eu sou um agente de desenvolvimento que é o quê, é uma formação que foi feita em 1987 pelo plano das nações unidas para o desenvolvimento, o PNUD, cá em Portugal pelo IEFPP, fizemos um conjunto que havia de cursos nesta área de trabalho de agentes de desenvolvimento, quer no Algarve, quer no Centro quer no Norte, ligados às comissões de formação regionais, e foi essa a formação, eu vinha do CEFA da área da administração pública, depois transitei para essa nova abordagem de trabalho e cá estou eu desde 89”
Função ocupada/desde quando	
EC1	“Diretor administrativo e financeiro desde 1999”
EC2	“Na EC2 não sou técnica, sou voluntária, quando há estes projetos sou eu que os dinamizo, mas fora isso também vou colaborando, vou desenvolvendo a página do facebook e colocando umas coisas que me pedem, ajudando...”
EC3	Presidente desde 2013
EC4	“Ocupo uma função de executivo, ao fim e ao cabo, secretário-geral, digamos assim nas associações sem fins lucrativos, o nome também poderá ser esse. Das reuniões que saem da direção, a direção é composta por empresários, que têm de dirigir as suas empresas, não têm de estar a perder tempo com a EC4, e eu é que meto em prática o que sai da direção, basicamente é isso. Desde há 3 anos, basicamente, apesar de estar aqui há 4 ou 5. Eu comecei logo a desempenhar essas funções porque também era diretor na altura quando comecei...”
EC5	“Neste momento sou diretor executivo da EC5 e sou do ponto de vista do programa PRODER sou o coordenador do Gal, o que é que é o Gal, o Gal é o grupo de ação local, portanto é o tal grupo alargado que tem uma parceria e que tem uma equipa técnica que faz a gestão disso, há 47 no continente, somos 53 ao todo no país, candidatámo-nos agora à nova gestão que é o chamado DLBC, desenvolvimento local de base comunitária, que é a nova abordagem LEADER, se lhe quisermos chamar assim, até 2020, e portanto também exerço essas funções, enquanto coordenador deste grupo de ação local.”
Funções anteriores e tempo de permanência na instituição	
EC1	“Na entidade estou há 22 anos, portanto já exerci as funções de professor, coordenador e agora diretor financeiro”
EC2	“Eu sou voluntária na EC2, quando há estes projetos eu ajudo a desenvolvê-los, de qualquer forma eu sou formadora, essencialmente de adultos, vou dando formação quando aparece. Anteriormente tinha sido profissional de reconhecimento de competências no centro de novas oportunidades no agrupamento de escolas de Soure, durante sete anos, de 2007 até 2013. E já dei aulas na Escola Superior de Educação em Coimbra e em Leiria, e também tive na Associação de Desenvolvimento de Soure, que agora já não existe, e aí fui mediadora de cursos de formação e educação de adultos. Na EC2 sempre fui voluntária, mais ou menos desde há dois anos.”

EC4	“Quando vim para aqui, basicamente foi há 5 anos, e exerci sempre esta função.”
EC5	“Vim para a tal Associação de Municípios na altura, e vim logo integrar a equipa técnica do LEADER 1, do programa comunitário, como técnico de desenvolvimento nessa altura.”

ANEXO D - Dados de caracterização dos entrevistados desempregados

Respostas		Dados de Caracterização – Desempregados		
Código	Género	Idade	Estado civil	Número de filhos e idades
EF1	Feminino	29	Casada	1 filho com dois anos
EF2	Feminino	34	Casada	2 filhos, um com oito anos e outro com dois anos
EF3	Feminino	38	Casada	1 filho com 16 anos
EF4	Feminino	32	Solteira	1 filho com 6 meses
EF5	Feminino	49	Casada	1 filho com 24 anos
EF6	Feminino	40	Casada	1 filho com 3 anos
EM1	Masculino	29	Solteiro	Não tem
EM2	Masculino	25	Solteiro	Não tem
EM3	Masculino	27	Casado	1 filho com 22 meses
EM4	Masculino	42	Processo de divórcio	2 filhos, um com 15 anos e outro com 5 anos
EM5	Masculino	22	Solteiro	Não tem
EM6	Masculino	43	Solteiro	Não tem
	Habilitações literárias		Experiência profissional	
EF1	12º ano – área de administração		“Durante um ano trabalhei numa padaria nas tarefas de venda ao público e fabrico de pão. Mais tarde fui vendedora no Lidl durante um ano e meio, com contratos de 6 meses a tempo parcial.”	
EF2	12º ano - Curso de Formação de Fiscal Municipal do CEFA		“Fui fiscal municipal na Câmara de Vila Franca de Xira até dezembro de 2010, depois pedi uma licença sem vencimento e tive num café por conta própria até agosto de 2012.”	
EF3	12º ano		“Mais recente foi como promotora, serviço de comercial numa empresa de eletrodomésticos durante 5 anos. Tinha um vínculo definitivo, estava no quadro da casa, ou seja, efetiva.”	

EF4	Licenciatura – professora de 1º ciclo e artes manuais	“Dei aulas e trabalhei num café durante um ano, tinha um contrato a termo incerto a tempo inteiro.”
EF5	9º ano	“ Já trabalhei nas malhas, nas limpezas, ultimamente no apoio à 3ª idade em lares de idosos, com contrato a tempo inteiro.”
EF6	Licenciatura em Matemática	“Durante 15 anos dei aulas nas escolas e explicações em centros e em casa. Tive contratos ao longo de todos os anos.”
EM1	Licenciatura em Cinema	“Área das artes – audiovisual (2008-2013). Em 2012 emigrei para Barcelona onde trabalhei como gestor de conteúdos durante mais de um ano. Trabalho a tempo inteiro, contrato de 6 meses, mais 6 meses, mais 1 ano.”
EM2	12º ano – Técnico de Contabilidade	“Já trabalhei nos pedreiros, na pintura, na madeira, na junta de freguesia, nos programas do IPJ, e mais recentemente num escritório de contabilidade. A tempo inteiro, era um estágio profissional.”
EM3	9º ano	“Eletricidade Industrial, trabalho a tempo inteiro, contrato a termo incerto.”
EM4	7º ano	“Trabalhei como segurança e como mecânico industrial, com contratos a tempo inteiro.”
EM5	12º ano – área de desporto	“ Numa empresa de quadros elétricos, na empresa Saurium Florestal e mais recentemente como nadador salvador na Câmara Municipal de Soure, com um contrato de 6 meses.”
EM6	9º ano e um curso profissional de 10º ano de metalomecânica que não cheguei a concluir porque na altura comecei a trabalhar e não concluí o estágio	“Trabalhava numa empresa de alumínio na parte da logística. Tinha tarefas de expedição, conferir e aprovisionamento de material. Contrato a tempo inteiro.”
	Duração do desemprego	Motivo de desemprego
EF1	2 anos	“Rescisão de contrato, porque fiquei grávida.”
EF2	2 anos e meio	“Despedi-me pela família, para poder estar mais tempo com o marido e com os filhos e pelo facto de o ordenado não compensar a distância.”
EF3	Desde agosto – 7 meses	“Reestruturação da empresa.”
EF4	Quase há um ano – faz um ano em maio	“Porque o café fechou.”
EF5	2 anos e meio	“Cessação de contrato porque havia pouco trabalho no lar naquela altura.”

EF6	3 anos	“Foi uma opção desde que a minha filha nasceu, optei por ficar em casa e tomar conta dela.”
EM1	Cerca de 1 ano e meio (de outubro de 2013 até à atualidade).	“Despedi-me por motivos de incompatibilidade do conteúdo do trabalho com os seus valores morais.”
EM2	2 anos	“Porque o estágio acabou.”
EM3	5 meses	“Cessaçã do contrato de trabalho.”
EM4	Desde dia 9 de janeiro de 2015 – 4 meses	“Porque a empresa já não tinha obra para ter pessoal contratado, havia pouco trabalho.”
EM5	Cerca de 6 meses	“O contrato acabou e não renovaram.”
EM6	Há mais de 2 anos	“A empresa centralizou tudo em Espanha, foi um despedimento coletivo.”

ANEXO E - Modelos de Declaração de Consentimento Informado para entidades concelhias e desempregados

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Ana Luísa Mendes, aluna do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, ministrado pela Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra estou a desenvolver, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Albuquerque, um Relatório de Projeto com o objetivo de delinear uma *Empresa Social*. Com este relatório pretende-se explorar questões relacionadas com o desenvolvimento económico, social e ambiental do Concelho de Soure. Os dados a recolher serão utilizados apenas no âmbito da presente pesquisa, sob garantia de anonimato e de fidedignidade às informações prestadas.

A sua participação é voluntária e poderá retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no Relatório de Projeto de uma *Empresa Social* elaborado pela aluna Ana Luísa Mendes, no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo e aceito responder a uma entrevista que explora questões relacionadas com _____

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Autorizo/Não Autorizo (riscar o que não interessa) que a entrevista será gravada em áudio e estou informado/a que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial, sendo garantido o anonimato em qualquer relatório ou publicação, ou junto de qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo.

A Responsável pelo estudo:

Ana Luísa Mendes| e-mail: ana.mendes47@gmail.com| tel.: 913801393

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / ____

O/A Participante:

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / ____

Contacto telefónico ou outro (facultativo): _____

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Ana Luísa Mendes, aluna do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, ministrado pela Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra estou a desenvolver, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Albuquerque, um Relatório de Projeto com o objetivo de delinear uma *Empresa Social*. Com este relatório pretende-se explorar questões relacionadas com o desenvolvimento económico, social e ambiental do Concelho de Soure. Os dados a recolher serão utilizados apenas no âmbito da presente pesquisa, sob garantia de anonimato e de fidedignidade às informações prestadas. A sua participação é voluntária e poderá retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no Relatório de Projeto de uma *Empresa Social* elaborado pela aluna Ana Luísa Mendes, no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo e aceito responder a uma entrevista que explora questões relacionadas com a situação de desemprego.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Autorizo/Não Autorizo (riscar o que não interessa) que a entrevista será gravada em áudio e estou informado/a que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial, sendo garantido o anonimato em qualquer relatório ou publicação, ou junto de qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo.

A Responsável pelo estudo:

Ana Luísa Mendes | e-mail: ana.mendes47@gmail.com | tel.: 913801393

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / _____

O/A Participante:

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / _____

Contacto telefónico ou outro (facultativo): _____

ANEXO F – Características do Território de Soure

Em termos geológicos, o concelho de Soure faz parte da Orla Meso-Cenozóica Ocidental Portuguesa²⁴ e a estrutura desta área caracteriza-se pelo contacto entre as rochas calcárias do Jurássico e os materiais gresosos do Cretácio e do Cenozóico²⁵. O relevo, embora seja de baixa altitude, apresenta uma certa diversidade: zonas calcárias, colinas gresosas e os vales dos rios que atravessam o concelho (Pimenta, 2011).

A pós-glaciação Wurmiana²⁶ terá provocado a transformação do vale do rio Arunca e de toda a zona do Baixo Mondego em “ria”, consequência da subida do nível das águas do mar em cerca de 100 metros. Mais tarde, especialmente a partir dos séculos XII-XIII deu-se um rápido processo de assoreamento do estuário do Mondego, que provocou o desaparecimento da extensa “ria” e atraiu o homem na Pré-História. Em sua substituição surgiu a típica dualidade da paisagem do Baixo Mondego: o *campo* – a área assoreada constituída pelas férteis terras de aluvião; e o *monte* – as colinas onde a terra é fácil de trabalhar, mas, pela natureza da rocha subjacente (calcária), não retém água.

Existem provas irrefutáveis²⁷ da ocupação do território sourense pelo homem durante o Neolítico, processo que aconteceu de forma marcante no então estuário do Mondego que oferecia vastos recursos alimentares – moluscos, atraía a fauna e fertilizava as terras, pelo que constituiu desde cedo um pólo de atração humana. Foram também localizados vestígios que comprovam a ocupação deste território no período das Idades do Bronze e do Ferro.

²⁴ Em Portugal Continental é possível distinguir três grandes unidades geológicas: o Maciço Antigo, as Orlas Meso-Cenozóicas e as Bacias do Tejo e do Sado. O Maciço Antigo é a unidade geológica mais antiga e aquela que ocupa mais área do território português. É constituído por rochas de maior dureza como os xistos, os mármore e, de forma predominante, os granitos. As Orlas Meso-Cenozóicas são compostas pela Orla Meso-Cenozóica Ocidental, que se estende ao longo de uma faixa litoral que vai de Espinho à Serra da Arrábida, e pela Orla Meso-Cenozóica Meridional, que ocupa o litoral algarvio. A sua formação está relacionada com fenómenos tectónicos. Aqui formaram-se espessas séries de calcários, assim como rochas arenosas e argilosas.

²⁵ Desde a origem da terra, idade estimada em cerca de 4,6 bilhões de anos, passaram-se quatro Eras: Pré-cambriana, Paleozóica, Mesozóica e Cenozóica. As Eras, por sua vez, podem ser subdivididas em etapas menores denominadas períodos, o Jurássico e o Cretácio são períodos da era Mesozóica.

²⁶ Última glaciação Quaternária que teve o seu pico na Serra da Estrela há cerca de 20 mil anos e a única que atingiu o nosso país, se houve outras, as suas marcas foram apagadas por esta última.

²⁷ Na freguesia da Vinha da Rainha existiu uma das mais importantes estações arqueológicas do Neolítico Antigo em Portugal, a estação do Forno da Cal.

ANEXO G – O Castelo e a Ordem do Templo

Depois desta incursão o território de Soure ficou desabitado durante cerca de sete anos, não tendo sido fácil a restauração da vila e do castelo, sendo doado, anos mais tarde à Ordem do Templo. Soure foi então a primeira sede da Ordem do Templo em Portugal e também um dos primeiros castelos possuídos pelos Templários em toda a Europa, facto que concede ao castelo de Soure uma importância histórica que ultrapassa largamente as fronteiras portuguesas. Perdido o seu carácter militar, a Comenda de Soure transformou-se num importante senhorio de base agrícola e ganadeira, tendo no castelo a sua cabeça. Para melhor explorar os seus recursos fundiários, os Templários entregaram terras em regime de arrendamento aos lavradores, que em troca pagavam aos freires-cavaleiros uma quota da produção agrícola, para além de outros impostos e de obrigações. Tratavam-se sobretudo de terras produtoras de cereais (trigo e cevada), mas também de vinhas, hortas, granjas e prados, para além de baldios e de montes onde se recolhia a lenha, o mel e a cera e se buscava as forragens para os animais. No seu conjunto era uma economia agrícola rica e que alimentava os cofres dos Templários.

ANEXO H – Património Cultural e Natural de Soure



Localizada em Alfarelos, a arriba fósil constituída pelos calcários apinhoados da Costa d'Arnes estende-se, com uma orientação N-S, por uma extensão de 2 Km. A maior parte dos níveis componentes da unidade são extremamente ricos em macrofósseis de invertebrados, neste sentido, a sua riqueza fossilífera faz desta zona um local de estudo para quem quiser conhecer melhor a geocronologia. Do alto do monte tem-se uma vista esplendorosa de grande parte do vale do Arunca, rico em campos de arroz e, quando virados a norte, de uma parte importante do vale do Mondego e da vila de Montemor-o-Velho (Câmara Municipal de Soure, 2015).



Uma das mais conhecidas, em virtude da grande devoção popular das gentes da vila e da região circunstante por esse santo, a Capela de São Mateus foi construída em finais do séc. XII. A devoção popular ao santo apóstolo exprime-se ainda hoje pela realização de uma romaria até à capela por ocasião da festa de São Mateus, que se celebra no dia 21 de Setembro (Pimenta, 2011).

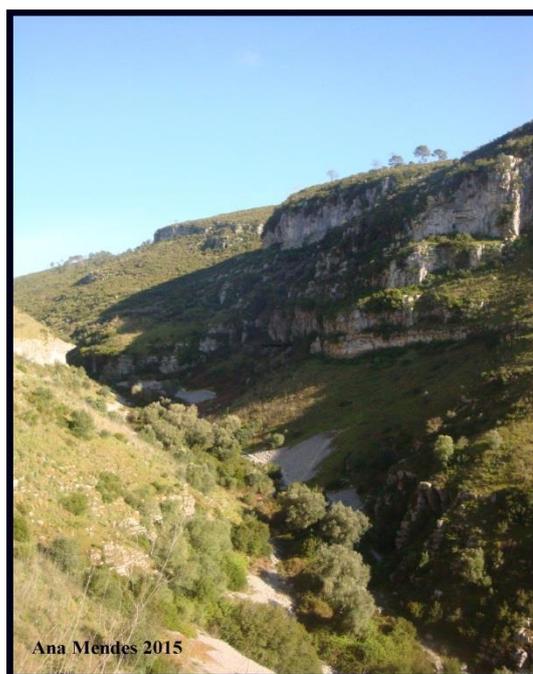


O início da construção do edifício dos Paços do Concelho data de 1902 e teve como grande impulsionador o Conselheiro Mattoso, sendo a obra concluída em 1906. Projetado pelo arquiteto Augusto de Carvalho da Silva Pinto, em estilo Neomanuelino onde predominam os cordeamentos e os motivos em pedra calcária, que remetem para a época áurea dos Descobrimentos Portugueses. A fachada apresenta três corpos, sendo que o central se desenvolve em dois pisos; a zona nobre deste surge destacada do restante, quer em profundidade quer em vigor decorativo. A porta principal, dupla, surge envolta num arco e por cima do encontro das duas portas, uma esfera armilar. No piso superior, sobre a porta principal, uma janela dupla, com varandim rendilhado, é encimada por um conjunto de símbolos - o brasão da Vila de Soure, ladeado pela Cruz de Cristo e a esfera armilar (nítida referência ao facto de a Vila ter pertencido à Ordem dos Templários); a Coroa Real remata o conjunto (Câmara Municipal de Soure, 2015).



Espaços que no primeiro quartel do século XX fervilhavam de vida, eram conhecidas por possuírem poderes curativos contra o reumatismo, problemas intestinais, dermatoses e outros, permanecendo a temperatura, componentes e minerais da água inalterados até aos dias de hoje. As águas da Amieira foram as primeiras no nosso país classificadas como cloretadas, sendo as mais frequentadas, com uma média de 1200 a 1300 aquisições por ano. A crescente influência das praias, como espaços de lazer e descompressão, foi tirando importância a estas termas, acabando todas por fechar. Atualmente a capela, o hotel e o parque das antigas termas da Amieira formam um romântico conjunto de ruínas que pertence à Câmara Municipal de Soure, encontrando-se em elaboração um projeto de recuperação do espaço para fins termais e de lazer. As termas da Azenha são propriedade da empresa Meio Gordo Atividades Turísticas Lda, que decidiu comprar o complexo, ocupando desde Setembro de 2000 o espaço, sendo responsável pela construção, exploração e controlo do mesmo. A proximidade da costa Atlântica e da cidade balnear da Figueira da Foz e das praias de Lavos e da Leirosa, fazem do sítio um atrativo local para pessoas que gostam de sol e praia. A água curativa do complexo é uma atração extra, mesmo fora de função durante quase dez anos, o balneário ainda é visitado por pessoas de toda a zona que querem tomar banho ou levar a água. Nas antigas termas do Bicanho estão agora em curso obras de investimento privado para a construção do Grande Hotel & SPA e Balneário Termal (Câmara Municipal de Soure, 2015).

O Canhão Cárstico do Vale do Poio possui uma dimensão de aproximadamente 3 km no sentido Este-Oeste, extensão que tem início no concelho de Soure e termina no concelho de Pombal. Nos tempos correntes é visitado por um número elevado de pessoas em percursos da natureza, por geoturistas e sobretudo por jovens praticantes de desportos radicais. A dimensão cénica/estética do canhão é um dos elementos mais relevantes na perspetiva geoturística e é aquela que, a par com os desportos radicais, mais visitantes leva ao geossítio. Apresenta um valor didático e científico considerável, na medida em que permite ilustrar fenómenos geomorfológicos, paleoclimáticos, hidrológicos, arqueológicos e também de conservação e respeito pelo património natural biótico e abiótico, para públicos mais jovens e para a sensibilização de turistas e excursionistas, não só para as novas formas emergentes de turismo de natureza, mas também para a paisagem e como ela é o repositório do Património Natural e da Herança Cultural da Humanidade (Silva, 2011).



Os grupos etnográficos e de folclore constituem-se como uma forma valiosa de preservação das tradições, usos e costumes do passado, o concelho de Soure é, particularmente, rico neste domínio. Ao todo são 16 os grupos de folclore existentes, seis dos quais federados, sendo o mais antigo na sua data de fundação, e com alguma raridade no país, o Grupo de Pauliteiros de Vila Nova de Anços, ativo desde 1935. Todos os anos, durante os meses de verão realizam-se cerca de 16 Festivais de Folclore no concelho. Na área da música são de destacar as cinco bandas filarmónicas existentes: Banda de Soure, Banda Filarmónica 15 de Agosto Alfarelense, Banda Filarmónica do Cercal, Grupo Musical Gesteirense, e Sociedade Filarmónica Recreativa Benevolente Vilanovense. Funcionam ainda escolas de música, grupos corais, gaiteiros, bandas de pop-rock, grupos de fado, entre outros, cujo trabalho não se confina apenas à população do concelho. Nas últimas décadas, grande parte dos grupos folclóricos e bandas têm feito representações por todo o país e também no estrangeiro (Aires, 2013).



Fonte: Pauliteiros de Vila Nova de Anços, 2009



Durante muitos anos os barros do Casal do Redinho, que ocuparam sucessivas gerações, talvez três séculos, abundaram no mercado, essencialmente da Figueira da Foz, e tinham fama pela sua perfeição, qualidade e duração. Barro vidrado, decoração de palmitos amarelos e, entre eles, grupos ternários de círculos e pontos, triangulados, da mesma cor. Referido por alguns autores como o importante centro oleiro que foi durante anos, hoje em dia o fabrico de louça no Casal do Redinho está completamente extinto.

Outra das tradições artesanais com certa difusão pelas feiras próximas era o fabrico de esteiras usando o bunho do Paúl da Madriz. As esteiras de bunho tinham diversa aplicação, servindo de leito aos mais pobres dos pobres, para cobrir cereais nas eiras, para sobre elas deixar nos sobrados os frutos que se pretendiam guardar para mais tarde, entre outras.

Também os trabalhos de renda e bordados eram característicos desta região, bordavam-se panos para a mesa, entremeios para lençóis, peitinhos ou golas para blusas; assim como a cestaria, a latoaria, o trabalho com madeira e as redes de pesca, (Pinheiro, 1990).

ANEXO I - Gastronomia Tradicional do Concelho de Soure

Gastronomia Tradicional do Concelho de Soure	
Alfarelos	Sopa de feijão com arroz / Arroz de pato à moda de Alfarelos / Carneiro guisado com batata cozida / Arroz doce
Brunhós	Canja à Brunhós / Bacalhau frito com arroz de feijão / Chanfana à Brunhós / Frebras da Matança / Ossos cozidos / Leite-creme à Brunhós
Degracias	Sopa serrana / Pataniscas de bacalhau / Cabrito assado / Entrecosto no tacho com migas de chicharro / Queijo do Rabaçal / Chouriço / Água ardente de medronho / Requeijão com mel
Figueiró do Campo	Sopa à lavrador / Bacalhau assado / Chanfana à moda de Figueiró / Carne à Portuguesa / Entrecosto avinhado / Chanfana de galo à moda de Figueiró
Gesteira	Sopa d'aldeia / Coelho à Gesteira / Frebras à Gesteira / Arroz doce
Granja do Ulmeiro	Sopa à ferroviário / Lombo assado na panela com arroz de feijão / Bacalhau assado com batata a murro
Pombalinho	Sopa serrana / Entrecosto em vinho de alhos com migas / Chicharos à lavrador / Queijo do Rabaçal / Presunto e Chouriço / Pão de milho / Aguardente de medronho requeijão com mel
Samuel	Sopa de feijão / Torresmos / Sarrabulho
Soure	Sopa de hortaliça / Bacalhau assado com migas / Chanfana com batata cozida / Rojões / Chouriço assado e Morcela assada
Tapéus	Sopa à lavrador / Papas laberças / Javali à serrano
Vila Nova de Anços	Sopa à Lavrador / Enguias fritas / Ensopado de enguias / Ossos / Arroz doce
Vinha da Rainha	Leitão à Vinha da Rainha / Arroz de cabidela / Ensopado de borrego / Lombo na manteiga
Doçaria regional	Biscoitos de Azeite / Pão de Ló / Suspiros

Fonte: Câmara Municipal de Soure, 2015

ANEXO J - Análise SWOT do concelho de Soure

Aspetos positivos		Aspetos negativos	
S – Pontos fortes ou forças		W – Pontos fracos ou fraquezas	
Interno	<p>S.1. 4 6 8 10 20 Localização geográfica privilegiada: centro do país “Entendo que tem uma localização estratégica naquilo que é o enquadramento nacional, estamos a uma hora e meia de Lisboa, a uma hora do Porto, estamos próximos da fronteira com Espanha, sendo uma área rural tem uma localização fantástica” EC5 “Em primeiro temos a centralidade do próprio concelho, está aqui no meio destes três pólos urbanos de Pombal/Leiria, Figueira e Coimbra” EC3 “Estamos numa região no centro do país, relativamente aqui perto do triângulo de várias cidades, Coimbra, perto da Figueira que tem um porto mar, perto de Leiria/Pombal. Eu acho que estamos bem localizados” EC4</p> <p>S.2. 5 7 8 10 18 Proximidade de pólos com ofertas de emprego “E as pessoas que estão ativas também têm nestes pólos que nos rodeiam um grau de atratividade para o emprego” EC3 “O desemprego (...) é dos mais baixos da região, por força não de postos de trabalho criados em Soure mas por força da atratividade que os concelhos vizinhos exercem sobre Soure, que fica no meio” EC3</p> <p>S.3. 3 4 5 6 8 10 Boa rede de acessibilidades rodoviária e ferroviária “Porque tem autoestradas, está bem servida atualmente” EC5 “Sim, nós neste momento já temos ali a saída para a autoestrada, somos atravessados pelas autoestradas, (...) e perto da autoestrada que dá acesso a Lisboa e Porto.” EC4 É significativamente servido pela Rede Ferroviária Nacional, sendo atravessado pela Linha do Norte e pela Linha do Oeste, na interseção de ambas forma um núcleo estratégico – Estação de Alfarelos.</p> <p>S.4. 1 10 Sossego e qualidade de vida “Alguma qualidade de vida que as pessoas idosas têm aqui” EC3 “Faz com que as pessoas tenham aqui uma capacidade de residência e de resiliência também” EC3</p> <p>S.5. 1 10 18 Funcionamento excepcional ao nível da rede social</p>		<p>W.1 População envelhecida “Uma população com um índice de envelhecimento superior à média regional” EC3 Apresenta um índice de envelhecimento de 246,5 e onde a maioria da população possui mais de 45 anos de idade</p> <p>W.2 Áreas naturais abandonadas “Agora o problema do Paúl da Madriz é que é muito difícil conseguir entrar, ou só se consegue entrar até determinado ponto ali até uma zona de uma eira, a partir daí está ao abandono” EC2</p> <p>W.3 Reduzida dimensão das empresas Soure regista um total de 1400 empresas que dão trabalho a 2839 pessoas, sendo que destas empresas 1082 são em nome individual e 1367 empregam menos de 10 pessoas “E uma grande parte empresários em nome individual, muitos, se formos ver a maior parte dos comércios que encontramos aqui, a maior parte são empresários em nome individual” EC4</p> <p>W.4 Ausência de iniciativas comerciais inovadoras e atrativas “Temos um comércio muito tradicional que precisa de ser muito despertado porque tem uns vícios ainda muito antigos, muito enraizados e não são fáceis de mudar esses vícios e então os hábitos dos consumidores mudam e por vezes os hábitos dos nossos, do nosso comércio tradicional não muda, e às vezes, depois queixam-se” EC4</p> <p>W.5 Tendência para o aumento do desemprego de longa duração ligado a indivíduos com idade avançada “Por outro lado a população adulta que está neste momento a frequentar este tipo de formação, alguma já tem uma idade relativamente avançada, portanto também já não há uma predisposição muito grande para ingresso no mercado de trabalho, às vezes, de adultos que nunca estiveram no mercado de trabalho e que agora estão</p>

“Existe uma grande cobertura de rede social, com uma IPSS pelo menos em cada freguesia, com um conjunto de valências e uma rede social a funcionar extraordinariamente bem” EC3

Todas as freguesias têm sediadas Instituições Particulares de Solidariedade Social que prestam serviços em diversas valências, nomeadamente: creche, jardim de infância, ATL, centro de dia, centro de noite, centro de convívio, serviço de apoio domiciliário, lar de idosos, acolhimento familiar, formação, centro de atividades ocupacionais.

S.6. 10 Existência de múltiplos equipamentos e atividades desportivas

Polidesportivos ao ar livre, pista de motocross, moto club, campo de tiro aos pratos, campos de futebol, grupo desportivo Sourense, clube Tração Total Aventuras, clubes de pesca desportiva, grupo cicloturismo, pavilhões desportivos, piscinas municipais ao ar livre e piscinas municipais cobertas, associação regional de caça e pesca, pista de kartcross, grupo Motard.

S.7. 6 7 10 16 18 19 Boa oferta educativa e formativa que abrange todos os níveis de ensino incluindo o ensino profissional

Agrupamento de escolas Martinho Árias de Soure, Instituto Pedro Hispano – Instituição Particular de Carácter Pedagógico Integrada no Sistema Nacional de Ensino, Biblioteca Municipal.

“A EC1 é a entidade formadora assegurando a formação, essencialmente a adultos, alguns membros ou trabalhadores das empresas associadas à associação empresarial e também a outros formandos desempregados. Nesta data a EC1 tem também um projeto na câmara de Soure, no âmbito da formação-ação dos trabalhadores das autarquias locais” EC1

S.8. 1 10 Proximidade a importantes serviços de saúde a nível nacional

“O facto de nós estarmos perto de três pólos urbanos atrativos, como seja Coimbra, Figueira e Pombal, também com, em qualquer destes três sítios, uma oferta muito diversificada e completa de serviços de saúde quer do sistema nacional de saúde, público portanto, quer do sistema privado” EC3

“Perto de hospitais centrais e do conceito de excelência naquilo que é os serviços de saúde, que são os hospitais e a própria Universidade de Coimbra” EC3

S.9. 4 10 Proximidade do mar e de centros turísticos urbanos

“Próximo do mar (...) com turismo religioso, com Fátima aqui muito perto, Coimbra Património da Humanidade, Conímbriga, pronto estamos perto de

a tentar, com 40 ou 50 anos, ou até alguns com 60. Não é de facto fácil esse ingresso, ou um reingresso no mercado de trabalho depois de um desemprego de longa duração” EC1

W.6 Baixa escolaridade da população

“E infelizmente o que não faltam são pessoas desempregadas e com baixa escolaridade no concelho” EC2

Nos censos de 2011 a taxa de analfabetismo situava-se nos 18,9%

W.7 Falta de motivação para trabalhar

“Muitas dessas pessoas, não sei até que ponto é que estão predispostas a trabalhar, no sentido que já vivem há tantos anos em sistemas de dependência que era necessário previamente um processo de capacitação de empoderamento para que elas voltassem a ter vontade, e de mostrar que isto de estar a viver de um subsídio não é vida. Nós temos, infelizmente, mas não é só em Soure é em todo o lado, temos um conjunto de pessoas que já não lhes apetece muito trabalhar simplesmente porque se calhar têm esse direito a não querer trabalhar” EC2

“Estou convencido que muitos não queriam não é, mas isso já era problema de cada um” EC4

“Há de ver que depois as pessoas que estão desempregadas e que recorrem ao instituto do emprego e à segurança social a pedirem emprego não querem o emprego, trabalho nem pensar, mas emprego também não, porque depois emprego é chato, têm que cumprir horários, tem que haver pontualidade, presença, etc, querem formas de sustentação do seu modo de vida, que adquiriram, bem ou mal, parecem-nos a nós mal, mas adquiriram um determinado tipo de modo de vida e querem que ele continue a ser sustentável que não é o nosso sustentável, é o deles, e isso vai chegar a essa conclusão quase de certeza, nós sabemos o quanto é difícil” EC3

W.8 Desemprego

“Uma das preocupações a nível económico e social, uma das principais preocupações é mesmo a questão do desemprego” EC4

W.9 Falta de parque industrial/empresarial/infraestruturas com disponibilidade imediata para receber empresas

“A principal desvantagem que nós temos se calhar parte mesmo por

tudo” EC3

“Já há localidades nos arredores, a questão de Coimbra, a questão da Figueira, que já tem algum potencial turístico e valorização do património, digamos, já têm cartas dadas e provas feitas” EC2

S.10. 4 11 Existência de fluxos turísticos, nomeadamente religiosos

“Nós temos aqui fluxos turísticos de várias ordens, Fátima, Santiago de Compostela que são completamente diferentes, o romeiro de Santiago de Compostela não tem nada a ver com o de Fátima” EC5

S.11. 2 7 8 10 14 20 Solos com aptidão agrícola e potencialidades para criar empresas

“Com um desenvolvimento agrícola equilibrado no campo das hortícolas” EC3

“Soure tem todas as potencialidades, tem todas as capacidades, tem área agrícola” EC2

“Soure como eu disse há bocadinho tem uma componente já interessante de Baixo Mondego” EC5

“Ligado à agricultura o concelho continua a ter outras potencialidades, nós acabamos por ter um setor, e é um setor que na sua terra também existe, porque está ali o campo logo ao lado, hoje em dia, grande parte do arroz carolino do país produz-se no concelho de Soure, quer nos vales do Arunca, que passa lá ao pé de si, quer no vale do pranto que está aqui do outro lado, a maior parte do arroz carolino, e do melhor carolino passa por aqui, claro que depois é embalado com diversas marcas dos industriais que estão situados em Oliveira de Azeméis ou naquela zona, mas a matéria-prima vai daqui e alguns em produção integrada” EC3

“Na agricultura também existem algumas empresas agrícolas no concelho, apesar da dimensão que nós temos podíamos ter muito mais” EC4

S.12 2 Existência de recursos hídricos na região

As restantes freguesias localizam-se na zona plana, dominada pelas bacias de aluvião dos rios Anços, Arunca e Pranto.

S.13. 4 Vasto património e diversificado

“O concelho tem uma grande diversidade, podemos dividi-lo em termos de património natural/ambiental, podemos se calhar dividi-lo em duas partes, por um lado a questão da serra do Sicó, com a Senhora da Estrela, a parte do Vale dos Poios e a paisagem cársica e a questão das lagoas e das dolinas tudo associado à paisagem calcária da serra do Sicó, e por outro lado temos a

não termos um parque industrial e com disponibilidade para receber empresas no imediato” EC4

“Era munir o concelho de infraestruturas que permitisse o crescimento e o aumento das empresas, a facilidade em se instalar cá” EC4

“É claro que não é a mesma coisa que estar lá uma zona já preparada para aquilo e ter já as infraestruturas” EC4

W.10 Dificuldade em fixar a população, principalmente jovem

“Preocupa-me mais a fuga desses jovens, com formação superior, e que fogem, não digo para fora de Soure mas para fora da região, e também preocupa não haver capacidade de empreendedorismo e de criação e de inovação para se instalarem no concelho de Soure, porque seriam cérebros, seriam massa crítica que iria cimentar-se para um futuro que temos de preparar” EC3

“Aqui há sempre o velho problema que é a fixação da população, por mais que nós queiramos e investimos nós continuamos a perder população, infelizmente, portanto o último censo continua a apontar para isso, e isso é uma dificuldade” EC5

A diminuição da população neste concelho tem sido uma constante nos últimos anos, tendo perdido mais de 3000 habitantes desde 1991

W.11 Ausência de alojamento economicamente acessível

“Soure, tirando a Villa Pedra que é um local, um alojamento turístico para as bolsas comuns caro, Soure não tem um sítio onde as pessoas possam ficar” EC2

W.12 Ausência de incentivos/apoio à criação de projetos

“Não temos montado nenhum sistema de incentivos, em termos locais, em termos concelhios, de captação desse tipo de investimento, temos o apoio ao enquadramento, quer em termos de desenvolvimento urbanístico desses projetos que venham a aparecer, quer na promoção dos mesmos depende depois do portefólio de cada um” EC3

“Não, não temos previsto apoio financeiro, não quer dizer que estejamos a excluir essa hipótese, não a excluímos e podemos convenciona-la, para já o apoio seria na construção de uma estrutura e material que pudesse dar apoio inicial a projetos de desenvolvimento e inovação social e não só, também económico” EC3

W.13 Estagnação económica e dificuldades fiscais

paisagem do arroz (...) E aí é essencialmente património construído, temos desde a sua fundação em 1111, depois as questões da igreja de Finisterra que há de ter estado ali na zona do castelo, da Igreja Matriz com as peças de João de Ruão e tudo isso, e depois o património arquitetónico, numa visita pela vila desde o castelo até à câmara conseguimos ver vários séculos de arquitetura distintos e diferentes” EC2

S.14. 2 Riqueza ao nível dos recursos naturais

“Mas desde a questão do Paúl da Madriz onde é possível e onde o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, faz lá atividades, a pedido, de anilhamento de aves e explica toda a envolvente, até à serra temos zonas naturais riquíssimas” EC2

“Com produtos de natureza de qualidade” EC3

Termalismo

S.15. 2 4 7 8 10 11 20 Potencialidades na área do turismo de património, natureza e aventura

“Tem área turística, tem património, pode-se desenvolver” EC2

“Sim, cada vez mais o turismo ambiental está em força” EC2

“Sim, até porque o nosso concelho em termos de tamanho é muito grande, é muito extenso, desde a serra até ao campo temos zona serrana, temos zona de campo, temos muito espaço para a agricultura e no âmbito do turismo também temos espaço” EC4

“Temos também uma componente muito boa ligada àquilo que é a escalada, a serra de Sicó, ao turismo de aventura” EC5

“A questão do património natural está cada vez mais a ser explorada e ainda bem” EC2

“Nós temos na região do Sicó um dos melhores sítios para fazer escalada do país, quer as buracas do Casmilo que ficam na zona de Condeixa mas também Vale dos Poios, que fica ali na fronteira entre Soure e Pombal, e a Senhora da Estrela. E são zonas que não se conhecem, ali é essencialmente desporto aventura e desporto mais radical se assim o podermos dizer” EC2

“Mas desde a questão do Paúl da Madriz onde é possível e onde o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas faz lá atividades, a pedido, de anilhamento de aves e explica toda a envolvente, até à serra temos zonas naturais riquíssimas. A zona do Paúl da Madriz, depois associando ao do Taipal em Montemor e até ao de Arzila leva fotografos da natureza a ficarem

“Mas temos a economia parada, não se faz empresas novas” EC4

“Neste momento será as dificuldades da economia e fiscal, é as dificuldades fiscais” EC4

W.14 Economia sustentada por pequenos comércio

“É que o concelho é mais de 80% quase 90% é pequenos comércio” EC4

W.15 Indústria pouco significativa

“Indústria não temos muito” EC4

“Temos alguma indústria extrativa e algumas empresas industriais mas não é muito significativo” EC4

O número de empresas e estabelecimentos no concelho de Soure tem vindo a diminuir ao longo dos anos

W.16 Ausência de iniciativa de empreendedorismo e de inovação da população local

“Também preocupa não haver capacidade de empreendedorismo e de criação e de inovação para se instalarem no concelho de Soure, porque seriam cérebros, seriam massa crítica que iria cimentar-se para um futuro que temos de preparar” EC3

W.17 Falta de verbas para concretizar projetos e atividades

“As limitações são as limitações que nós estamos a atravessar ultimamente, não há dinheiro para mandar cantar um cego, quer dizer não há dinheiro para nada e depois tem de se tentar fazer uma canoa sem paus ou uma omelete sem ovos e então essas são as principais dificuldades que se estão a verificar” EC2

“A EC2 não tem fundos para estar a pagar a ninguém neste momento” EC2

W.18 Dificuldades de (re)integração de públicos vulneráveis

“E de facto há algumas vulnerabilidades nomeadamente ao nível da inserção profissional destes públicos, porque há um esforço muito grande de tentativa de reconversão por um lado, mas por outro lado não é fácil conseguir emprego para todos, até porque o emprego neste momento é coisa que não abunda” EC1

W.19 Política do assistencialismo

“Em Portugal existe muito mais o conceito do assistencialismo” EC3

W.20 Classificação de território envelhecido e desertificado

lá” EC2

“Quer o turismo ambiental quer o desenvolvimento rural, quer a questão, neste caso, do património, nomeadamente a gastronomia, são mais-valias para o concelho. Porque se formos a ver o concelho tem todos os anos a mostra gastronómica em que vai desde as sopas dos ferroviários, lá está, e faz parte da identidade, até ao queijo da serra do Sicó.” EC2

“Se pensarmos que a nível do turismo começam a surgir projetos interessantes, aproveitando os recursos de natureza, quer na zona de Sicó, quer na zona termal, acho que há um caminho final, pode ser pouco conhecido” EC3

S.16. 3 4 7 8 10 14 20 Características diferenciadoras que podem trazer competitividade à região

“Tem uma marca diferenciadora que é aquilo que nós chamamos a diferença para a competitividade dos territórios (...) em que nós fizemos a diferenciação positiva pelo eixo da romanização, portanto que é um dado único que nós temos, Conímbriga, Alcabideque, Rabaçal, Santiago da Guarda, estende-se até Tomar” EC5

“E tem o termalismo que é uma oferta, que também é diferenciador” EC5

“São os castelos e diversificações do mondego, onde Soure também entra num outro projeto com o castelo e com os templários que é um produto que nós agora vamos querer desenvolver, numa cooperação interdistrital sobre a temática dos templários onde Soure é o nosso ex-libris com o castelo” EC5

S.17. 4 8 15 Existência de produtos endógenos com a marca Sicó no mercado

“Fizemos um trabalho importante naquilo que é a valorização dos produtos locais, sobretudo da fileira agro, e quando falamos da fileira agro nós conseguimos neste momento ter já os vinhos Terras de Sicó com uma nomeação, o mel, os frutos secos e claro o queijo Rabaçal” EC5

“Nós temos também na serra do Sicó o queijo das Cotas e de Pombalinho que este ano voltou a receber prémios, já tinha recebido no ano passado, voltou a receber prémios, temos o azeite, e temos os produtos endógenos que acabam por ser um potencial de divulgação do concelho e de afirmação do concelho” EC2

“Dois anos consecutivos melhor queijo fresco de mistura do país, por uma entidade independente que é a ANIL - Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios atribuiu a duas queijarias do concelho de Soure, em 2013 foi a

No estudo Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental (2005) do Instituto da Segurança Social, I.P., o concelho de Soure situa-se no grupo dos territórios envelhecidos e desertificados

Licínia, em 2014 a Flor da Serra, sendo que ainda assim a Licínia que ganhou em 2013, em 2014 leva menção honrosa e ainda vai buscar o primeiro prémio no melhor requeijão, portanto como vê aqui está ligado aos produtos endógenos um produto que acrescenta valor à região, que tem emprego porque no conjunto das duas queijarias trabalham algumas 100 pessoas e alguns são técnicos qualificados que dão o nome, que levam o nome do concelho, das freguesias do concelho no rótulo, para todo o país” EC3

“Depois Soure tem a componente de serra que quase ninguém se lembra onde tem uma das queijarias de eleição” EC5

S.18. 11 Alojamento

“O alojamento hoje é uma realidade, portanto aquilo que não havia no território hoje pode-se ficar porque há oferta de alojamento, não havia há 10, 15 anos, o que há hoje, e de qualidade” EC5

“Onde tem um alojamento, o *Villa Pedra*, um investimento turístico de eleição” EC5

S.19. 4 Riqueza história e património cultural

Gastronomia tradicional, os grupos etnográficos e de folclore constituem-se como uma forma valiosa de preservação das tradições, usos e costumes do passado, o Concelho de Soure é, particularmente, rico neste domínio. Bandas filarmónicas, festas e romarias, artesanato.

S.20. 5 8 10 15 Presença de alguma indústria

“Se calhar pensa logo na Lusiaves não é, também tem aqui uma forte presença no concelho, que emprega quase 200 pessoas, com uma componente técnica bastante importantíssima e com alta tecnologia e que esperemos que continue sustentável e que não crie nenhum problema ambiental” EC3

Além destas empresas, outras unidades industriais, de pequena e média dimensão, dos mais diversos ramos – mármore, mobiliário, têxteis, torrefação/frutos secos, encontram-se sediadas em várias freguesias do concelho

S.21. 3 4 16 18 Existência de Associação Empresarial

“Temos o nosso gabinete de apoio ao empresário, desde esclarecimento jurídico sobre legislação laboral ou outras, temos o apoio no âmbito agora dos fundos comunitários, formação, por exemplo no design, empresas que querem fazer um logotipo podem recorrer à associação empresarial, este ano em princípio irá sair também mais um serviço que nós vamos fazer que é o

desenvolvimento de páginas de internet, pequenas páginas institucionais só para aquelas empresas que não têm” EC4

S.22. 4 20 Integração em redes e associações que potenciam o desenvolvimento

“Soure faz parte da rede de castelos do Baixo Mondego, faz parte da associação das Terras de Sicó” EC2

“Agora a nossa intervenção local, e por isso é que é a base local e nós associamo-la a desenvolvimento local de base comunitária é o investimento que se quer curto, rápido e eficiente, porquê, porque não é preciso grandes montantes às vezes para fazer grandes coisas” EC5

S.23. 4 11 Existência de uma aplicação e um site na internet que facilita a visita à região

“Depois está preparado ou temos já preparado alguns produtos de visitação, nós por exemplo hoje temos uma aplicação do *Villa Sicó*, tem lá a oferta toda de como poder visitar o território todo sem precisar de guias, portanto é quase uma independência para a hora que quiser quando quiser, pode voltar e podem visitar, onde tem também informação sobre a restauração, onde se pode comer, o que ver e onde dormir” EC5

“Também permite com o Google fazer o percurso todo, dizer-lhe onde é que está e como é que lá chega, que tempo é que demora” EC5

S.24. 9 14 15 Existência de parques industriais

Existe um Pólo de Atividade Económica com uma dimensão considerável, usualmente denominado por Zona Industrial de Soure, integrando um total de 50 lotes com algumas empresas das mais variadas atividades industriais

S.25. 3 9 14 15 Facilidade em instalação de empresas

“Mas há abertura do município sempre que alguma empresa nos solicita para se instalar, o município tem, apesar de não termos o espaço já delineado, tem abertura para facilmente licenciar, agarrar num terreno e prepará-lo para o efeito

S.26. 4 8 10 11 Existência de investimentos públicos e privados na área do turismo

“E também tivemos um conjunto de privados que fizeram investimento, dou um exemplo, o hotel Duecítanea em Penela que até está tematizado no romano e o investimento agora em Soure que está a ser feito nas termas, são alguns projetos âncora que nos vão servir para fixar as pessoas, ou os turistas, os

movimentos turísticos mais que um dia” EC5

“Temos também uma componente muito boa ligada áquilo que é a escalada, à serra de Sicó, ao turismo de aventura, ainda este fim de semana onde decorreu o Trail de Conímbriga Terras de Sicó, mais de 3000 pessoas, portanto não é por acaso, nós estamos a colocar também, a acabar de sinalizar a GR26, que é uma grande rota que vai ter 9 itinerários nos seis municípios, portanto é uma outra oferta que nós estamos a colocar, para aquilo que é atividade turística” EC5

S.27. 2 8 Preocupações no âmbito do desenvolvimento sustentável

“Preocupa-me mais a questão da sustentabilidade” EC3

“As medidas são da preservação, em concreto da preservação do ambiente, do meio ambiente, e portanto da sustentabilidade desse ambiente. Mas por outro lado também aproveitar os nossos recursos, não para uma exploração dos mesmos enquanto recursos esgotáveis, mas aproveitar nomeadamente o turismo de natureza, o turismo de património ligado ao turismo religioso, e o turismo dos recursos naturais, nomeadamente a área do termalismo para projeto turístico” EC3

“O que é que se pretende para um concelho com as potencialidades como Soure, seja um concelho sustentável, assente nessa diversidade da economia social, nos serviços e de um melhor aproveitamento agrícola em termos económicos e dos recursos endógenos que temos, quer sejam recursos naturais, quer sejam recursos culturais ou turísticos”

“Preocupação da sustentabilidade dos recursos, da criação de empresas que sejam sustentáveis, portanto e para isso sejam empreendedoras, têm de vir com outros conceitos, não os conceitos tradicionais da exploração da mão de obra barata ou da exploração dos recursos naturais existentes mas que são esgotáveis a curto prazo” EC3

S.28. 4 5 7 8 10 11 16 Existência de medidas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo

“As nossas medidas para colmatar o desemprego é apoiar as empresas para que elas continuem abertas, pelo menos as que existem não fecharem e incentivar à criação de novas empresas, ou outras que vindo de fora, já era emprego. Ou então na parte do empreendedorismo, no apoio à criação do próprio emprego” EC4

“A transferência de know-how e conhecimento através da formação, através da

criação de mecanismos de facilitação aos empreendedores, de maior facilitação de acesso à informação, e o apoio a ultrapassar constrangimentos e barreiras que esses empreendedores venham a encontrar, visando os programas disponíveis quer no POPH para o centro quer no POCH, penso que é assim que se vai chamar, Programa Operacional da Competitividade Humana, quer através do programa de inovação social” EC3

“A questão do empreendedorismo é outra coisa que nós andamos também a lutar, que é a criação aqui de um ninho de empresas, onde potencie a instalação das empresas enquanto estão em crescimento, enquanto estão a formar-se, uma incubadora, algo do género, um espaço de coworking, qualquer coisa, estamos a lutar para que isso aconteça, ainda não desistimos” – EC4

S.29. 10 11 Existência de entidades que potenciam o desenvolvimento da região

“A EC1 neste momento é uma entidade geradora de emprego (...) toda esta atividade acaba por dinamizar as economias locais, (...) portanto quer pela via do emprego, quer pela via da formação, quer pela via da qualificação e da certificação, acreditamos que a EC1 é de facto uma entidade que muito contribui em termos regionais para o desenvolvimento local e económico da região”EC1

“Vai tendo algumas iniciativas pontuais, intercâmbios e outras atividades que vai fazendo, mas a questão do desenvolvimento ambiental fá-lo de certeza com a colaboração que tem com o agrupamento, quer pela universidade sénior, quer pelos projetos que tem da Gulbenkian do ensino das ciências e de outras atividades que vai estabelecendo, inclusivamente com o grupo de ciências do próprio agrupamento, de mostrar a paisagem e de ações de educação ambiental à comunidade escolar” EC2

“Permite o desenvolvimento dos jovens, permite a internacionalização digamos assim, ou permite que Soure seja conhecido lá fora, e junto da comunidade juvenil, porque é essencialmente disso que se trata, e permite que as pessoas de Soure comecem a olhar com outros modos para as pessoas que vêm de fora” EC2

S.30. 2 7 8 10 17 Entidades disponíveis para realizar parcerias com projetos de desenvolvimento local

“Sim, a EC1 está sempre aberta a todas as parcerias que vão ao encontro da sua missão. E a grande missão da EC1 de uma forma muito resumida, é qualificar

	e valorizar os recursos humanos da região envolvente, portanto todas as propostas de parceria que vão ao encontro dessa missão são bem-vindas, para estabelecer parcerias com quem quer que seja” EC1 “Eu acho que sim, a EC2 está aberta a isso sim, é uma questão de serem apresentados” EC2	
	O – Oportunidades	T – Ameaças
Externo	<p>O.1. 1 2 8 10 13 16 19 Aposta em produtos diferenciados e inovadores na economia social A inovação social e o empreendedorismo social surgem como o grande tema das agendas políticas para encontrar novas soluções ou reinventar as atuais, para a resolução dos problemas e necessidades sociais e económicos que atualmente afetam o planeta</p> <p>O.2. 3 4 6 8 13 Utilização das novas tecnologias de informação</p> <p>O.3. 1 11 Envelhecimento da população e intensificação da procura de tratamentos de saúde na área do termalismo</p> <p>O.4. 3 4 5 7 8 10 14 15 Existência de políticas de incentivo ao crescimento e à criação de emprego Europa 2020 é a estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego Portugal 2020 adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal.</p> <p>O.5. 5 8 12 13 14 15 17 Programas da UE de incentivos financeiros para a criação de emprego O Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social que consiste num instrumento de financiamento a nível da UE para promover um elevado nível de qualidade e emprego sustentável</p> <p>O.6. 4 5 7 8 10 Medidas nacionais de apoio ao emprego O IEFP promove e executa um conjunto de programas e medidas de emprego destinados a melhorar o perfil de empregabilidade e a apoiar a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, em vários domínios.</p> <p>O.7. 3 4 5 7 8 10 11 16 17 Medidas de apoio ao empreendedorismo e inovação social Programa da União Europeia para a Mudança e a Inovação Social que visa</p>	<p>T.1. 3 4 8 9 14 15 Existência de uma forte concorrência de produtos estrangeiros face aos produtos nacionais</p> <p>T.2. 2 4 10 11 20 Desvalorização do mundo rural, perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas As últimas décadas caracterizam-se pela passagem de uma sociedade baseada na agricultura, para uma sociedade de indústria e de serviços, pelo fenómeno da urbanização e da desertificação das zonas rurais</p> <p>T.3. 3 4 5 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 Crise económica e perda do poder de compra A partir de 2001 a economia portuguesa deixou de convergir com a do conjunto da União Europeia</p> <p>T.4. 3 5 7 8 9 14 15 Deslocalização de empresas com peso na estrutura económica para países de mão de obra barata É habitual que as cadeias globais estejam fortemente fragmentadas, passando a ser constituídas por segmentos dotados de grande flexibilidade e informalidade no emprego localizados em países ou regiões onde o trabalho é abundante e barato. Assim, “a estratégia de redução dos custos usa a fragmentação para deslocar os segmentos mais intensivos em trabalho e de menor qualificação profissional para localizações mais favoráveis”.</p> <p>A economia portuguesa, caracterizada por ser fortemente aberta ao exterior, exposta e vulnerável à concorrência internacional, perante um mercado global cada vez mais competitivo, ficou condicionada pelo aparecimento de mão de obra concorrente a mais baixo custo, situação que teve graves implicações, muitas empresas de indústria multinacional terminaram um ciclo de laboração em Portugal, que culminou com a deslocalização das suas fábricas para mercados mais atrativos, com perspectivas de maior produção aliada a menores custos.</p>

contribuir para a concretização da estratégia Europa 2020, Programa de Ação “Empreendedorismo 2020”

O.8. 15 18 Importância crescente das empresas sociais

Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais, a empresa social tem vindo a assumir nos últimos anos uma importância crescente no âmbito das políticas económicas e das políticas para a coesão

O.9. 2 Políticas de promoção de um desenvolvimento sustentável

ENDS é o de Fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social

O.10. 2 8 10 11 20 Mudança da conceção do paradigma rural

O território rural surge assim como uma estratégia mais ativa e interativa, como agente de desenvolvimento integrado que valoriza os recursos locais e engloba os aspetos sociais, culturais, técnicos e económicos, bem como a participação ativa de toda a população. Com efeito, o espaço rural tem vindo a sofrer alterações visíveis com a passagem do século.

O.11. 2 8 10 Importância crescente de formas de agricultura sustentável

A agricultura deve caminhar no sentido da sua transição para uma agricultura sustentável e, a partir da integração das suas múltiplas funções económicas, sociais e ambientais, vir a constituir uma importante contribuição para o desenvolvimento rural sustentável: agricultura biológica, biodinâmica e permacultura

O.12. 8 11 Importância crescente do turismo rural

O turismo exprime uma nova relação com o tempo, o espaço e os lugares, possibilitando novas oportunidades de desenvolvimento regional e local, o turismo poderá contribuir para o desenvolvimento das áreas rurais, sobretudo pelo papel que pode assumir na preservação do potencial cultural e ambiental, bem como na promoção do desenvolvimento sócio-económico das regiões.

O.13. 2 8 11 20 Programa nacional de desenvolvimento rural

Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020) apresenta as três principais grandes áreas de necessidades alvo de intervenção: aumento sustentável da capacidade de gerar valor acrescentado do setor agroflorestal, e em particular do primário, em volume e em valor; promoção de uma gestão eficiente dos fatores e proteção dos recursos naturais: solo, água, ar e biodiversidade;

T.5. 3 5 7 8 10 14 15 18 20 Desemprego

“O desemprego é um flagelo do mundo de hoje, não é só de Portugal, não é só da Europa”EC3

Consequentemente, o século XX, o do trabalho, termina com uma profunda crise de trabalho

O desemprego constitui-se assim como um dos principais constrangimentos da sociedade atual, sendo Portugal um dos países europeus mais afetados.

T.6 3 5 8 14 18 20 Efeitos do desenvolvimento tecnológico

Os avanços tecnológicos, aliados à globalização da maioria das economias e mercados industriais, originaram alterações profundas nas formas de produção e, consequentemente, no mercado de trabalho. O desenvolvimento tecnológico permitiu uma enorme subida na produtividade, implicando quer um aumento no nível de vida dos indivíduos, nos seus rendimentos e nos seus consumos, quer uma diminuição no tempo médio de trabalho necessário à sua realização.

T.7. 5 7 8 10 18 Mudança da conceção de emprego

Desta forma, também a geografia dos empregos e o perfil do trabalhador sofreram rápidas alterações: algumas profissões tornaram-se obsoletas, implicando a reconversão das mesmas pela formação, a qual passou a ser um requisito ao longo da vida, e emergiram novas profissões relacionadas com as novas exigências do mercado de trabalho (e.g. design, marketing, relações internacionais, a segurança, os tempos livres, a cultura, o apoio social). Surgiram profissões mais inovadoras no domínio da informática, das telecomunicações, da robótica, dos serviços financeiros. O novo trabalhador pretendido pelas empresas deve ser polivalente e autónomo, ter capacidade de trabalhar em equipa e de aceitar novos riscos.

T.8. 1 7 18 Aumento das situações de pobreza e de exclusão social

O sistema de emprego instituído através deste novo modelo global de produção representa um agravamento do risco social e da exclusão para um crescente número de trabalhadores espalhados por todo o mundo, resultando no que se denomina desemprego tecnológico ou estrutura I (Singer, 1999).

Em 2012, 24.8% da população da União Europeia vivia em agregados

criação de condições para a manutenção de um espaço rural económico e socialmente viável.

O.14 10 17 18 Desenvolvimento da economia solidária

A economia solidária tem vindo a desenvolver-se muito à escala mundial e a característica mais marcante é a pluralidade e novidade de formas

em situação de pobreza e exclusão social, o que corresponde a 124.5 milhões de pessoas. O valor registado para Portugal era de 25.3%.

T.9. 1 20 Baixa taxa de natalidade

Pelo declínio da taxa de natalidade

ANEXO K - Análise de Conteúdo

Eixo de Análise	Dimensão	Categoria	Unidade de Contexto	Frequência
Impactos da situação de desemprego	Pessoal	Estruturação do tempo	<p>“O trabalho permitia ter uma rotina, sair de casa.”</p> <p>“Para quem está habituada a sair todos os dias e ir para a rua, há pessoas que não faz diferença mas a mim faz, o ter de ficar em casa, o perceber que realmente não tenho nada para fazer lá fora, aquela minha rotina diária que acabou. Porque eu sempre fui, e sou, uma pessoa muito ativa, que gostava muito de sair, ter a minha rotina diária, saber que ia fazer alguma coisa, o ir de manhã e vir à noite para mim é muito importante.”</p> <p>“Basta agente estar habituadas a trabalhar e ficar em casa a rotina já é muito diferente, sempre fui habituada a trabalhar, é muito complicado ver-me em casa o dia todo, todos os dias.”</p> <p>“Porque é diferente uma pessoa sai de casa, sabe que vai para aquele sítio, temos uma rotina que eu gostava.”</p>	EF1, EF3, EF5, EF6
		Avanço da idade	<p>“A idade vai passando, cada vez mais querem empregar pessoas jovens, (...) torna-se mais difícil encontrar trabalho e começar tudo de novo”.</p> <p>“Uma vez que já tenho 34 anos, e não estou a caminhar para nova, depois para encontrar trabalho com esta idade torna-se mais difícil.”</p> <p>“A partir dos 40 as portas fecham-se praticamente, é um entrave muito grande passar dos 40, mesmo para empregos ditos precários.”</p>	EF1, EF2, EM6
		Baixa autoestima	<p>“E de repente deparar-me que não tenho nada para onde ir, e cheguei a usar um termo, achava que não era útil, deixei de me sentir útil, é horrível.”</p> <p>“Parece que não temos utilidade para nada.”</p> <p>“Uma pessoa em casa fica um bocado burra.”</p>	EF3, EF5, EF4
		Mudança de hábitos	<p>“Em primeiro afastou-me de um mundo degradante.”</p> <p>“Afastei-me de uma cidade que nunca dorme e onde as drogas são comuns em todos os meios, permitindo-me libertar de alguns vícios, sobretudo erva e álcool.”</p> <p>“Permitiu-me ter tempo livre para ler a bíblia (nunca o tinha feito até aos 27 anos de idade, e no entanto tinha uma opinião formada sobre ela,</p>	EM1

			nomeadamente, que o mais provável é que fosse uma mentira inventada por homens).”	
		Estagnação pessoal	“Não evolui nada, onde estava parei, não há mais nada, tirei a carta e pouco mais.”	EM2
		Diminuição da qualidade de vida	“Baixa qualidade de vida para mim.” “Talvez não me dê tanta qualidade de vida”	EM3, EM5
	Social	Isolamento social	“O trabalho permitia (...) comunicar, ver pessoas.” “Não convivemos tanto, ou seja, a parte social quase que não existe”.	EF1, EF4
		Maior participação	“Tenho mais tempo para o social, acho que o impacto é positivo.”	EF2
	Profissional	Direitos sociais	“Tempo parado, não se desconta.”	EF1
		Estagnação profissional	“A nível profissional se calhar corta-me um bocado as pernas, o facto de não estar a exercer alguma função.” “Profissional estamos paradas, ou seja, não avançamos.” “Profissional é uma pessoa não evoluir, pronto não passas da experiência que tens.”	EF2, EF4, EM2
		Expetativas futuras	“Depois não há expetativa de trabalho, de emprego que ainda é o pior.” “Alguns objetivos e projetos que tinha em mente tive que adiar um bocado e deixar para trás, até arranjar emprego e até começar a construir a minha vida.”	EF5, EM5
	Económica	Diminuição da autonomia económica	“E depois nós estamos habituados a ter dois ordenados em casa e de repente há um corte brutal, tivemos de fazer muitas adaptações, pronto nós gostávamos de levar outra vida, passear, jantar fora, neste momento estou a pagar um carro que a empresa exigiu, e de repente deparo-me com um automóvel para pagar e com o desemprego.” “Monetário então não se fala.” “É assim monetário, monetariamente acho que é um dos fatores mais importantes.” “O facto de perto dos 30 anos de idade ainda viver em casa dos meus pais e estar dependente de uma mesada, o que acaba por vezes me fazer sentir um pouco mal, pois gostaria de ser independente.” “Pronto ao nível económico tem causado um bocado.”	EF3, EF5, EF6, EM1, EM4

		Ausência de rendimentos de subsistência	<p>“Em termos económicos, neste momento estou com o subsídio de desemprego, o que me preocupa é quando terminar. (...) Preocupante é quando o subsídio terminar, aí é que sim, estou ainda mais preocupada.”</p> <p>“E quando acabar o desemprego estou desgraçada”</p> <p>“Termina o desemprego e não temos direito a nada, e depois vai-se comer o quê.”</p>	EF3, EF4, EF5
	Familiares	Tempo livre	<p>“Não causa grande transtorno porque estou em casa a tomar conta do meu filho.”</p> <p>“Eu acho que melhorou, posso dar muito mais atenção aos garotos e é diferente.”</p> <p>“Optei pela minha filha.”</p> <p>“Permitiu-me também passar mais tempo com a minha família e ajudá-la.”</p>	EF1, EF2, EF6, EM1
		Diminuição do Bem-estar dos filhos	<p>“E depois é ter um filhote com 16 anos que neste momento não entende que não podemos dar, e quer isto e aquilo, e é necessário fazer cortes.”</p> <p>“Baixa qualidade de vida para (...) o futuro do meu filho”</p>	EF3, EM3
Dificuldades de (Re)Integração no Mercado de Trabalho	Pessoal	Idade	<p>“Idade avançada”</p> <p>“Talvez mais a questão da idade”</p> <p>“Só que depois também começo a olhar e começo a pensar estou a entrar numa determinada idade, porque a idade também é um fator onde tu és muito velha para trabalhar em determinados empregos inclusive os empregadores dão-se ao luxo de colocar já limites de idade, o que eu acho que é dar cabo daquelas pessoas que estão à procura de trabalho (...) e estou me a ver entra em determinada idade, estou quase a entrar nos 40, e agente pensa esta idade já é uma idade que começa a ser complicada para arranjar trabalho”</p> <p>“Primeiro a idade, porque embora tenha 32 anos já sou velha para determinado tipo de coisas”</p> <p>“Dada a idade, a partir dos 35 já se é muito velha”</p> <p>“Depois a idade também”</p> <p>“A idade é uma delas”</p>	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EM4, EM6
		Problemas de saúde	<p>“O que se conseguia arranjar é a nível da terceira idade, é onde se consegue qualquer coisa mas pouco e é um achado, neste momento é uma área que eu se calhar até conseguia arranjar, mas não consigo devido a problemas de saúde que me impedem de fazer esforço para lidar com os idosos”</p>	EF5
		Idioma	<p>“Tenho procurado sobretudo emprego no estrangeiro, sobretudo Espanha, e a</p>	EM1

		maior dificuldade é a língua, pois o tempo que trabalhei lá falava sobretudo em inglês, que era a língua oficial da empresa”	
	Ausência de experiência	“Falta de experiência” “Principalmente a falta de experiência em trabalhar”	EF1, EM2
	Habilitações literárias	“Outra coisa é o facto de ter licenciatura, porque a maior parte dos empregos que se veem em fábricas e todos os sítios que sejam a ganhar o ordenado mínimo não aceitam licenciados, e a licenciatura muitas vezes me dificultou o acesso a esse tipo de trabalhos” “Eu acho que devia ter tirado uma área mais específica, eu tirei o 12º em desporto e agora sempre que procuro emprego vejo muitas áreas profissionais como mecânica, pintura, acho que para isso ainda há muita oferta, agora na minha área” “Se calhar falta de uma formação específica, porque hoje em dia as empresas já pensam nos profissionais, já colocam na escola determinados cursos onde podem ir recrutar os profissionais”	EF4, EM5, EM6
Estrutural	Reduzida oferta de empregos	“Há uma procura muito grande e uma oferta muito muito mínima (...) neste momento há uma saturação tão grande a nível de mercado, com uma oferta muito pequenina e uma procura enorme, eu costumo dizer há uma oferta para 100” “Depois também haver poucos empregos” “Escassez de trabalho e fracos ordenados” “Acho que para isso ainda há muita oferta, agora na minha área... falta de oferta”	EF3, EF5, EM3, EM5
	Conhecimentos/Influências	“Cunhas” “Continua a parecer-me ainda mais, cada vez mais que é tudo muito por cunhas, tudo muito por influências”	EF1, EF3
	Desconfiança das empresas	“Muita gente quando vai às entrevistas diz que é mecânico e depois não é, por isso as empresas já estão um bocado escaldadas, o desespero leva as pessoas a dizerem que sabem fazer as coisas e depois não sabem”	EM4
Contextual	Ausência de procura	“Não tenho procurado muito derivado ao facto da idade do meu filho mais novo, tenho entregue alguns currículos sim mas não tenho tido respostas porque também não estou inscrita no centro de emprego” “Não tenho procurado porque eu não me estou a ver a fazer mais nada a não ser na parte do ensino”	EF2, EF6

Estratégia na procura de emprego	Empenho	Forte	<p>“É assim eu procuro bastante”</p> <p>“Procuro todos os dias”</p> <p>“Sim eu procuro”</p> <p>“Mas acima de tudo continuo a enviar currículos desde Portugal”</p> <p>“O meu empenho é total, é procurar em tudo o que é ofertas de emprego”</p> <p>“Atualizo-me diariamente”</p> <p>“Tenho, graças a deus tenho, fui a 8 entrevistas”</p>	EF3, EF4, EF5, EM1, EM2, EM3, EM4
		Moderado	<p>“Moderada”</p> <p>“Tenho procurado sim, mas agora ultimamente por problemas de saúde nem tenho procurado tanto”</p>	EM5, EM6
		Fraco	<p>“Até agora não me dediquei muito por causa do meu filho”</p> <p>“Neste momento não estou muito ativa, tenho mandado alguns currículos mas não muitos”</p> <p>“Não tenho procurado”</p>	EF1, EF2, EF6
	Modo	Institucional	<p>“Estava inscrita no centro de emprego”</p> <p>“Desde o centro de emprego”</p> <p>“Vou procurando através do centro de emprego”</p>	EF1, EM2, EM5
		Mass media / Internet	<p>“Mas antes era pela internet”</p> <p>“Na internet”</p> <p>“Eu utilizo muito em termos de net, estou inscrita em muitos sites, inclusive o do net-empregos, e eles todos os dias me enviam diversos sites e eu vou ver”</p> <p>“Inscrevo-me em agências de recursos humanos que buscam trabalhadores e que colocam ofertas de emprego online e as que vejo e me interessam envio o meu currículo”</p> <p>“Aos outros sites todos que existem”</p> <p>“Com novas ofertas de trabalho que surjam na internet, jornais”</p> <p>“Do net-empregos”</p>	EF1, EF4, EF3, EM1, EM2, EM3, EM5
		Presencial	<p>“Entregava currículos espontâneos”</p> <p>“Também entrego em lojas, e em todo o lado e mais algum”</p> <p>“Voltei 3 meses a Barcelona à procura de trabalho tendo algumas entrevistas”</p> <p>“É ir daqui acolá e entregar o currículo”</p> <p>“E também às vezes a falar com pessoas que conheço”</p>	EF1, EF3, EM1, EM2, EM5
Interesses e motivações ao	Setor de atividade	Área de formação	<p>“Gostava da área de secretariado, trabalhar com papéis, porque o meu 12º ano foi na área de administração”</p>	EF1, EF2, EF3, EF4,

nível profissional		acadêmica / experiência profissional	<p>“Gostava de ingressar na área do meu curso, na minha formação”</p> <p>“Eu queria continuar na área de vendas, que é aquilo que eu gosto de fazer, parte de comercial, contacto com o público, é a área que mais me apaixona e é aquilo que eu queria fazer futuramente”</p> <p>“Os meus interesses é tudo o que tenha a ver com artes”</p> <p>“Ensino, secretariado ou administração”</p> <p>“Eu gostava de fazer contabilidade”</p> <p>“Mecânica Industrial”</p> <p>“O meu interesse é sempre mais pela área do desporto que é a área que eu gosto”</p> <p>“Armazém, foi sempre onde eu trabalhei porque acho que é mais ou menos a área que eu conheço e a experiência de vida sempre foi mais ou menos nessa área, dentro da logística”</p>	EF6, EM2, EM4, EM5, EM6
		Capacidade de realização	“Limpezas e ajudante de cozinha porque são as áreas que eu vejo que talvez consiga fazer mais facilmente devido aos meus problemas de saúde, porque tudo o que requeira muito esforço fisicamente de braços é muito complicado”	EF5
		Disponibilidade para outras áreas	<p>“No entanto como os artistas morrem de fome qualquer trabalho que me dê dinheiro ao final do mês é ótimo”</p> <p>“Mas procuro em todas as áreas”</p> <p>“Neste momento, a verdade é que não sei bem (...) procuro, verdadeiramente, novos caminhos”</p> <p>“Também tenho os meus terrenos de agricultura”</p>	EF4, EM1, EM2, EM4
	Razão	Subsistência	<p>“Os motivos são básicos, é que uma pessoa para viver e para criar alguma coisa, ele tem de vir de algum lado”</p> <p>“Uma pessoa tem de se desenrascar, tem de comer”</p>	EM2, EM4
		Segurança	“Ter um trabalho a tempo inteiro com um contrato que me permita integrar os quadros da empresa”	EM3
		Aumento da qualidade de vida	“A motivação é para ter alguma qualidade de vida, para poder fazer o que eu quero, se tivesse mais disponibilidade financeira era mais fácil”	EM5
	Expetativas e perspetivas para o futuro	Otimista	Encontrar emprego rapidamente	<p>“Gostava de encontrar trabalho ainda este ano”</p> <p>“Tenho expetativa de ainda este ano entrar no mercado de trabalho”</p> <p>“Sim acho que para o futuro tenho mais perspetivas do que há seis meses atrás”</p>

	Pessimista	Alguma esperança	<p>“Também não sei, mas confio em Deus”</p> <p>“Espero que sejam melhores mas não estou a ver a coisa fácil, não sei”</p> <p>“Neste momento não sei (...) estou à espera de saber alguma resposta”</p> <p>“Ter mais oportunidades a nível de trabalho”</p>	EM1, EM2, EM4, EM3
		Ausência de expetativas	<p>“Muito negras acho eu”</p> <p>“Cada vez piores, pelo menos é isso que eu acho, não encontro expetativas em lado nenhum, perspetivas cada vez está pior”</p> <p>“Poucas, nenhuma, sei lá, cada vez vejo isto a piorar, não vejo nenhuma expectativa, pelo menos para a minha parte não”</p> <p>“É assim isto está muito mau, na minha área está muito mau (...) isto vai ser muito complicado, nem sei, para os privados também está mau”</p> <p>“Tento ser otimista mas a gente vê que nestes anos mais próximos não vai ser fácil, estou a falar no geral, porque depois para mim quanto mais complicado relativamente à idade pior”</p>	EF3, EF4, EF5, EF6, EM6
Benefícios do emprego	Pessoal	Estruturação do tempo/ ocupação	<p>“Porque eu pensar que tenho um trabalho que saio de casa, que tenho os meus horários, a minha rotina, para mim é muito importante”</p> <p>“Mudava porque uma pessoa é mais ativa (...) porque quando estamos muito tempo em casa não temos rotinas, não temos horários (...) o estarmos ocupadas”</p> <p>“Muda sempre não é, primeiro o simples facto de um gajo ter alguma coisa para fazer, quebrar a rotina de não ter nada para fazer, estar sempre quieto, não pensar nas dificuldades não pensar nisso tudo”</p> <p>“Estar ocupado, é totalmente diferente, ter horários a cumprir, aquela coisa do stress de levantar cedo, a rotina”</p>	EF3, EF4, EM2, EM6
		Aumento do Bem-estar psicológico	<p>“Porque quando estamos muito tempo em casa acabamos por ficar depressivas (...) não temos motivação”</p> <p>“E em casa uma pessoa fica completamente... agora andei uns dias fora de casa e sinto-me completamente diferente, apesar de ficar mais cansada, é outra coisa”</p>	EF4, EF5
		Alteração do local de residência	<p>“Quanto muito, mudava-me a morada!”</p> <p>“Podia mudar também se eu entrasse para uma dessas coisas, da guarda prisional ou da força aérea, podia ter de me deslocar de sítio e deixar de morar em Soure”</p>	EM1, EM5
	Profissional	Direitos sociais	“Tempo para a reforma”	EF1

		Aquisição de experiência	“Ganhava experiência”	EF1
	Social	Maior participação	“Tem a parte social que é extremamente importante” “Muda tudo um emprego porque só o facto de conhecer gente”	EF4, EM6
	Económica	Maior autonomia financeira (Pessoal e Familiar)	“Ganhava mais dinheiro” “A nível económico mudaria com certeza” “E depois a parte económica também é essencial” “Para além do dinheiro” “Mudava muito, se eu conseguisse arranjar um emprego e conseguisse trabalhar todos os dias mudava muito, tenho o marido a trabalhar sem receber e eu desempregada não tá fácil, e então olha mudava muita coisa, que eu tenho de dar muitas voltas à cabeça para conseguir andar com a cara levantada (...) mudava principalmente a nível monetário” “Agora monetariamente isso ajuda muito, porque é complicado só o marido a trabalhar” “E depois a autonomia principalmente, falta um bocado a autonomia às pessoas quando não têm o seu ganha-pão” “Mudaria a nível económico, a nível familiar, dando melhoria ao nível da família economicamente” “Ia mudar, porque é assim, todo o ser humano precisa de um emprego, estável, donde que agente recebe, para poder ganhar o nosso dia a dia para sustentar a família e para as nossas coisas pessoais. Principalmente a nível económico” “Podia mudar de muita maneira, lá está, dando mais qualidade, dando mais conforto, não andar sempre à rasca como se costuma dizer”	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EF6, EM2, EM3, EM4, EM5
Soluções para minimizar o problema do desemprego	Internacional	Mercados	“Mas isto também passa não só pelo nosso mercado, porque isto é uma crise que está a nível internacional e tudo afeta, também não está fácil lá fora, isto tem de mudar não só cá mas lá fora também porque nós dependemos todos uns dos outros”	EF3
	Nacional	Governo	“Eu acho que isto passa tudo por melhorar a nossa economia, e quem tem essa responsabilidade é claro que é o estado” “Poderia começar por leis novas onde a entidade patronal não fosse os reis e o trabalhador fosse ralé, que é mesmo assim, portanto eu começaria por mudar tudo o que fosse estado, acho que é o que está a incapacitar mais a nível de trabalho é as leis que eles colocaram e acho que foi a partir daí que isto	EF3, EF4, EF5, EF6, EM1

		<p>começou a vir tudo cá para baixo”</p> <p>“E com os governos que lá estão acho que também não conseguem fazer nada, os que tiveram fizeram pouco e estes cada vez fazem menos e os que virão não sei”</p> <p>“Não sei o nosso governo é que devia, porque são coisas que agente não consegue”</p> <p>“Vontade política, principalmente”</p>	
	Apoio financeiro	<p>“Quem tivesse ideias de negócio tivesse mais ajudas, quem tem ideias precisa de capital, mais ajudas para montar empresas”</p> <p>“Um maior apoio às empresas, porque eles dizem que dão apoio mas não se vê nada, só se vê as empresas a cair, apoio às empresas”</p> <p>“E houvesse mais apoios a nível de construírem novo tipo de empresas”</p> <p>“Eles para começar têm de pensar em subsidiar bem as coisas, não é a questão que o centro de emprego tem, por exemplo, aquilo não é uma solução, porque obriga a haver, imagina 3 ou 4 anos de ligação com o centro de emprego e se aquilo não tiver a correr bem alguém vai ter ali uma responsabilidade, e se aquilo não corre bem tu é que estás sempre a perder”</p> <p>“Mais incentivos para as empresas colocarem pessoal”</p>	EF1, EF3, EF4, EM2, EM6
	Medidas	<p>“A nível nacional se calhar há muita gente que está no desemprego a receber subsídio que poderia ter uma atividade nas câmaras ou juntas de freguesia em part-time a nível da manutenção dos espaços exteriores por exemplo, e exercer alguma atividade e poderem estar ativas”</p> <p>“Criação de postos de trabalho, novas empresas”</p> <p>“Não pagar impostos também era importante”</p> <p>“Por exemplo na via do ensino fechar os cursos, se não têm sítio para os colocar para quê estar a formar as pessoas, fechar alguns cursos durante uns anos”</p> <p>“Criando emprego”</p> <p>“Principalmente a nível de corretismo, ou seja, mandar as pessoas certas, por exemplo se pedem cozinheiros não vão mandar para lá carpinteiros ou alfaiates, terem mais o cuidado de mandar as pessoas corretas para as áreas que as empresas pedem, não mandarem as pessoas para áreas que elas não sabem, é por isso que as empresas depois não confiam nas pessoas”</p> <p>“Criar mais emprego, se calhar também apostar mais na área da agricultura, eu</p>	EF2, EF3, EF4, EF6, EM3, EM4, EM5, EM6

			<p>concordo, eu gosto até de agricultura e tento fazer coisas lá em casa, nós temos um país com tanto para explorar e às vezes é uma coisa que não investimos muito nisso, ou investimos pouco (...) em vez de exportarmos ou importarmos, produzirmos nós para ser mais autosustentáveis”</p> <p>“Valorizar a experiência das pessoas que é coisa que hoje em dia não fazem a partir de uma certa idade”</p>	
	Local	Preferência residencial	<p>“A nível local eu acho que se as entidades empregassem, por exemplo, ou dessem preferência a pessoas da localidade, da freguesia, concelho (...) não sei seria mais benéfico, do que por exemplo eu sair daqui e ir trabalhar para o Algarve, tendo postos de trabalho iguais aqui, as residências deveriam ser abrangidas, até porque quem ganha o ordenado mínimo ir daqui para Coimbra”</p>	EF4
O Meio Rural (setor agrícola)	Oportunidade	Criação de emprego/ sustentabilidade	<p>“Sim, porque há muito terreno”</p> <p>“Está muito <i>in</i>, digamos assim, o meio rural e a agricultura neste momento, atualmente há muitos investimentos de pessoas jovens, jovens engenheiros que têm formação na área da agricultura, o que vai criar postos de trabalho e vai desenvolver o local, a zona onde está inserido. Acho que são vantagens muito grandes”</p> <p>“Sem dúvida, acho que nós temos no nosso país coisas muito boas (...) acho que no meio rural nós podemos aproveitar, e realmente tirar bom proveito”</p> <p>“Eu encaro, até porque é uma coisa que eu gosto, e é uma coisa que nós estamos habituadas (...), agora eu acho que sim, o setor agrícola acho que em questão de dar acesso a emprego para as pessoas para acho que é bom”</p> <p>“Encaro, cada vez vejo mais isso, as pessoas que não cavavam já vejo muita gente que já começou a cavar, isso encaro”</p> <p>“Opa é assim, era bom entendes, e se calhar a malta, ou seja, os jovens se calhar era uma boa oportunidade (...) pode não ser a única solução mas é uma das soluções”</p> <p>“Sim”</p> <p>“Sem dúvida, para já, então no nosso meio é só campo”</p> <p>“Pode ser a salvação de muitos desempregados devido à escassez de oportunidades de emprego”</p> <p>“Encaro”</p> <p>“Sim (...) mas como uma oportunidade de tentar ser sustentável, de não ter tantos gastos, de desenvolvimento sim, isso sim”</p>	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EF6, EM1, EM2, EM3, EM4, EM5, EM6

			“Sim, porque não. Estão a surgir muitas coisas no meio agrícola que se calhar até são sustentáveis para o futuro”	
		Setores de desenvolvimento	“Até os animais, a agricultura biológica” “Fazer turismo rural, chamar os estrangeiros que não têm aquilo que nós aqui podemos lhe oferecer, e realmente vivemos num meio circundante em que podemos ter boas condições para o desenvolvimento do turismo rural. Na parte agrícola sim porque temos terrenos, temos água, temos tudo aquilo o que realmente necessitamos para ter um bom desenvolvimento e apostar no meio agrícola, porque o setor agrícola e o turismo para mim são o futuro deste país, eu acho, mas essa é a minha opinião”	EF1, EF3
		Condições associadas	“Mas é preciso ajudas, é um trabalho mais sujo, tratar dos animais, é um trabalho que é preciso ter gosto, acaba por ser uma prisão, trabalha-se aos domingos” “É um bocado complicado é a nível das condições de trabalho, as condições não são tão boas como trabalhar num escritório, o trabalho ao ar livre é mais complicado” “Mas também têm que gostar (...) mas isso têm que ser os jovens e também o governo dar perspetivas para eles irem para a parte rural e trabalhar” “Mas lá está, os subsídios não são bem distribuídos, só há olhos para os grandes, os pequenos não têm o apoio certo, depende um bocado do estado para agente ver o meio rural como uma solução” “Porque lá está é uma área dura”	EF1, EF2 EF6, EM2, EM5
		Benefícios para a saúde	“Aliás acho que é uma bela terapia” “E até é ao livre, e uma pessoa quando está stressada e vai para o quintal passa o stress”	EF4, EF5
Realidade pessoal	Algum interesse	“Mais interesse por animais, é uma coisa que até gosto, de porte pequeno, também gosto de plantas. Eu não estou habituada a essas coisas das terras, não percebo nada, gostava de escamisar, na altura do milho” “Não desgosto da agricultura, gostava era de ter dinheiro para investir. Há várias coisas que me interessam, por exemplo a nível dos vegetais, hortícolas, nós temos aqui os campos do mondego onde há muito cultivo disso, ou até mesmo nas árvores de fruto, está muito na moda os frutos vermelhos como o mirtilo” “Sem dúvida, eu acho que tudo à volta me apaixona, porque também tem um	EF1, EF2, EF3, EF4, EF5, EM1, EM2, EM3, EM4, EM6	

		<p>bocadinho aí a ver com a minha parte de contacto com o público, que eu adoro, para além da minha veia comercial, eu acho que o contacto principalmente também com os turistas com as pessoas acho que para mim ia ser super interessante ”</p> <p>“Tenho interesse, especialmente gosto de trabalhar com tipo jardins, tipo aqueles jardins hortícolas, não tanto virado para horta mas mais virado para paisagem, embora a horta também gosto”</p> <p>“Sim tenho interesse na área, cavar é que me custa, mas o resto faço tudo. Em geral gosto de fazer tudo”</p> <p>“Sim. Como cresci num meio rural, estou de certa forma habituado a trabalhos agrícolas e tenho alguma experiência. As atividades que gosto mais são as vindimas e a apanha da azeitona”</p> <p>“Sim, tenho. Gosto principalmente das uvas, isso não há hipótese, gosto do trabalho que envolve a vinicultura, mas... gosto do arroz que é a nossa zona, gosto do milho... para além de saber tudo o que envolve o direito ligado ao negócio, em todas as áreas”</p> <p>“Sim, criando, plantando, legumes, árvores de fruto”</p> <p>“Sim tenho, porque simplesmente se não for isso de onde é que agente vai buscar para sustentar a maior parte das casas, aqui nos meios rurais, não digo todas as pessoas, mas muita gente tem um bocado de terreno para cultivar (...) aí isso aí não tenho problemas nenhuns nessa área, gosto de tudo, sabe que fui criado no meio agrícola, gosto de ter as minhas coisas”</p> <p>“Eu sempre trabalhei na terra, só que são parcelas pequeninas e sempre tive interesse e faço as minhas coisas, mas é tudo em poucas quantidades... é só mesmo para consumo”</p>		
		<p>Ausência de interesse</p>	<p>“É assim eu não fui habituada nessa área, não fui habituada a isso. Acho que já é uma coisa que já nasce com a pessoa, eu não sinto interesse pela agricultura. Mas lá está, podia ir para a administração, na terra não, agora com turismo, educação, agora na terra”</p> <p>“Agora como emprego nunca me vi assim a trabalhar numa área dessas. Tenho interesse pela área mas não para trabalhar”</p>	<p>EF6, EM5</p>

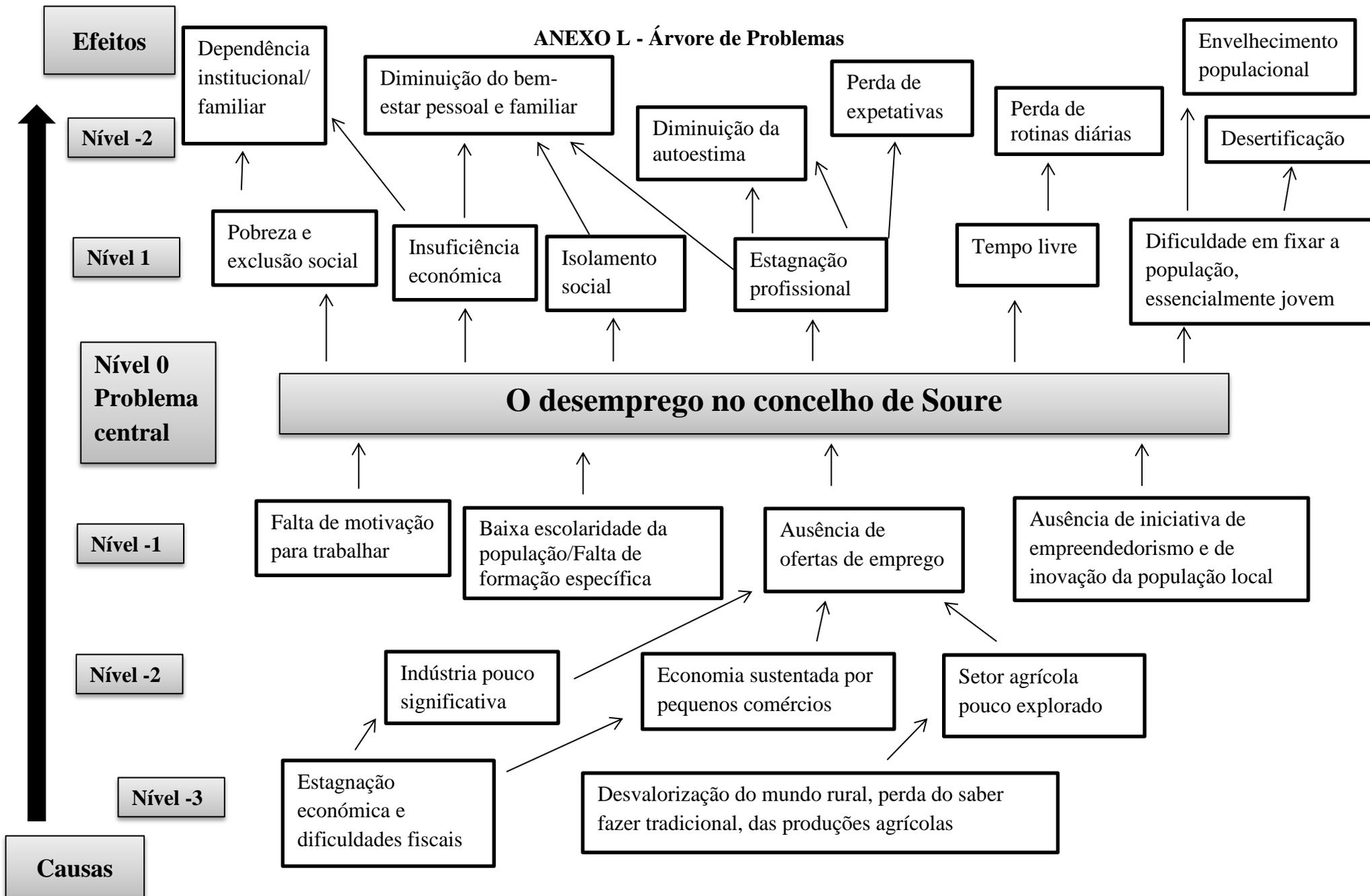
Formação	Interesse	Demonstra interesse	<p>“Sim”</p> <p>“Tenho sempre interesse em ter formação seja qual for a área e é sempre bom agente ser um bocadinho mais cultas e aprender sempre mais”</p> <p>“Sim”</p> <p>“Mas tenho interesse”</p> <p>“É uma opção que nunca pensei até aqui, mas que agora até me agrada”</p> <p>“O interesse é sempre todo, eu sempre gostei de aprender fosse de que área fosse”</p> <p>“Interesso-me porque já tive alguma formação na área da agricultura”</p> <p>“Sim, isso era interessante, tanto a área da agricultura como do turismo rural”</p> <p>“Sim, desde o momento em que não seja... temos de ir para longe”</p>	EF1, EF2, EF5, EF6, EM1, EM2, EM3, EM5, EM6
	Disponibilidade	Possui disponibilidade	<p>“Disponibilidade total”</p> <p>“Total, completamente”</p> <p>“Toda”</p> <p>“Neste momento estou desempregada, tenho tempo suficiente para tudo”</p> <p>“À partida, a disponibilidade é total”</p> <p>“E a disponibilidade até era imediata, sem problema nenhum”</p> <p>“Digo-lhe uma coisa, disponibilidade uma pessoa sempre arranja”</p>	EF2, EF3, EF4, EF5, EM1, EM2, EM4
		Ausência de disponibilidade	<p>“Muita disponibilidade não tenho”</p>	EF6
Condições de trabalho mais importantes	Organizacionais	Duração e organização do tempo de trabalho	<p>“Domingo livre, ou folgas rotativas ao fim de semana, pelo menos ter um domingo livre por mês. Horário diurno, sem sair muito tarde por causa do filho”</p> <p>“Horários que dessem para conciliar com a família, principalmente com os meus filhos”</p> <p>“E as folgas a que temos direito”</p> <p>“Prefiro ter os fins de semana livres”</p> <p>“Em termos de horário prefiro algo que comece logo pela manhã. Horários noturnos apenas por um período da minha vida, nada a longo prazo”</p> <p>“40 horas semanais e descanso sábado e domingo”</p> <p>“Sempre gostei de trabalhar por turnos (...) mas sempre gostei de trabalhar à noite, por turnos”</p>	EF1, EF2, EF5, EF6, EM1, EM3, EM6
		Retribuição	<p>“Não ser-mos explorados”</p> <p>“É importante que a pessoa não se sinta explorada mas que recebe sim aquilo</p>	EF3, EM1, EM2, EM4

		<p>que é justo”</p> <p>“O prazo certo, o dinheiro não precisa de ser muito mas o prazo certo de ele cair todo acho que é fundamental, porque nós gerimo-nos sobre uma coisa que tá certa”</p> <p>“E chegar ao fim do mês e ganhar o nosso ordenado”</p>	
	Segurança	<p>“Existência de contratos”</p> <p>“Eu acho que um vínculo, um vínculo de trabalho é muito importante, porque nós hoje em dia, infelizmente não estamos seguros em lado nenhum (...) eu acho que um vínculo principalmente nos primeiros tempos em que estás numa empresa, obviamente tens aquela parte experimental, mas o poder dar-te uma garantia de que seja para ficar, um vínculo à empresa é muito importante”</p> <p>“O mais importante é agente ter um contrato”</p> <p>“Os contratos, hoje em dia só fazem contratos e são muito curtos, talvez se fossem mais longos, mais duradouros a pessoa ambientava-se no trabalho que estava a fazer em vez de estarem sempre a trocar”</p> <p>“Com um vínculo e com uma empresa que fosse credível”</p>	EF1, EF3, EM4, EM5, EM6
Emocionais	Bem-estar psicológico	<p>“Haver bom ambiente na empresa, consideração pelos trabalhadores”</p> <p>“Sentirmo-nos bem no nosso local de trabalho”</p> <p>“Trabalhar com pessoas com que nos sintamos bem. Não digo que temos que ser todos amigos, porque há diferenças naturais entre pessoas, mas pelo menos respeito e tolerância pela diferença é essencial”</p>	EF1, EF3, EM1
	Vocação pessoal	<p>“Gostarmos daquilo que fazemos, também é importante”</p> <p>“Também é importante que o trabalho em si tenha a ver com a vocação da pessoa”</p>	EF3, EM1
	Incentivos motivacionais	<p>“Horários que motivem as pessoas, incentivos para motivar as pessoas, recompensas”</p> <p>“Era uma empresa que nos dava todas as garantias, tínhamos um bom seguro de saúde, tínhamos todas as regalias”</p>	EF1, EM6
Contributo do meio rural para o desenvolvimento económico e social (criação de	Recursos	<p>“Temos todas as condições, temos tudo (...) temos paisagens lindíssimas (...) com a paisagem que temos com todas as condições”</p> <p>“Um que me passou agora assim pela cabeça foi o Paúl da Madriz, é uma zona verde e acho que é considerado património, e aquilo está ao abandono”</p>	EF3, EF4
	Condições existentes	<p>“Temos um clima maravilhoso (...) temos um povo fantástico, afável, super divertido, amigo que gosta de ajudar que é muito divertido e que gosta de</p>	EF3

postos de trabalho)			acolher”	
	Oportunidades	Setores de atividade	<p>“Na área da agricultura”</p> <p>“Talvez a área do turismo rural, da agricultura”</p> <p>“O turismo é o futuro, quer a nível rural quer não, o turismo e a parte agrícola para mim são os dois setores em que deveria haver um investimento em Portugal”</p> <p>“Agricultura, até na parte do artesanato, o artesanato agora até está a ser mais exposto”</p> <p>“Em termos gerais, pode ser aproveitado o setor agrícola e turístico”</p> <p>“A nível de turismo toda a gente sabe que é positivo, agora a agricultura lá está, tem de ser bem gerido”</p> <p>“Criando postos de trabalho no setor agrícola”</p> <p>“A nossa riqueza vem quase toda da terra, onde muita gente não dá o valor”</p> <p>“Sim explorando mais a agricultura talvez”</p> <p>“Apesar de hoje em dia já se ver terras a serem cultivadas”</p>	EF1, EF2, EF3, EF6, EM1, EM2, EM3, EM4, EM5, EM6
		Possíveis ações/ áreas de negócio	<p>“A nível de restaurantes (...) a área de beleza está sempre a dar, restaurante de comidas rápidas na zona da estrada no Casal do Redinho, porque passa muita gente, restaurante de comidas rápidas em Soure, porque tem escolas, roulottes”</p> <p>“Como fazer parques de merendas”</p> <p>“Exportando para outros países”</p>	EF1, EF4, EM3
Apoios	Financeiros	<p>“Quem tem ideias de negócio ter mais ajudas”</p> <p>“Só nos falta realmente os apoios”</p> <p>“É preciso investimento e as verbas não estando abertas o pessoal não tem para investir e sem incentivos é complicado”</p>	EF1, EF3,	
Oportunidades que o Concelho de Soure pode oferecer	Património existente	Natural	<p>“A serra”</p> <p>“Tem a parte da serra (...) a questão da reabilitação das termas da Amieira, temos aqui o Paúl subaproveitado, neste momento não deve ter condições para ser visitado”</p> <p>“Porque depois temos a parte da serra (...) temos rios, temos praias fluviais (...) podemos aproveitar o rio Arunca que não temos nada em condições”</p> <p>“As termas da Amieira é um sítio muito fixe que dava para fazer grandes coisas (...) olha o rio, que eu lembro-me de tomar banho no rio quando era criança e agora não dá para entrar”</p> <p>“Temos a serra (...) a serra é muito bonita, tem muitas coisas, tem muitos</p>	EF1, EF2, EF3, EF4, EM5

		trilhos para caminhar... temos o rio”	
	Cultural	“Muitas filarmónicas e grupos de teatro, grupo de cordas e cantares, ranchos” “A gastronomia fantástica”	EF2, EF3
	Infraestruturas	“Outro sitio muito fixe é a pista da avioneta ali em Alfarelos, e depois tens a Quinta de Arnes, que aquilo é Estado, não sei por quanto tempo, as partes que estão desativadas davam para fazer coisas, porque aquilo tinha grandes estufas, vacaria, piscina, campos de futebol, grandes pavilhões, jardins”	EF4
Áreas em desenvolvimento/a desenvolver	Setores / ações	<p>“Restauração, agricultura, turismo”</p> <p>“E do turismo rural que agora está em foco”</p> <p>“No setor quer agrícola (...) e depois a nível turístico”</p> <p>“Áreas verdes, casas rurais”</p> <p>“Como parques de merendas, como sítio para festas tipo dos garotos, porque é ao ar livre, tem a água que é bem fixe”</p> <p>“Repara eu sou do concelho de Condeixa e não tem nada a ver, por exemplo eles lá têm ginásios, a própria câmara tem ginásios, nas próprias instalações que tem muitas pessoas a trabalhar, Soure não tem nada. Olha por exemplo na parte, a câmara é que devia fazer isso, em Condeixa no museu tem uma parte também, uma loja aberta de artesanato, Soure também tem artesanato. Gastronomia também podia ter alguma coisa a vender”</p> <p>“Provavelmente as matas que pertencem ao Estado e estão inutilizáveis, ou matas de pessoas que nem sequer se interessam, tentar recuperá-las para serem utilizadas, campos, que também há campos parados”</p> <p>“E a nível de agricultura é um sítio riquíssimo”</p> <p>“O turismo (...) talvez até pesca, não sei, também já se está a explorar a energia eólica”</p>	EF1, EF2, EF3, EF4, EF6, EM2, EM4, EM5
Condições	Favoráveis	<p>“Até porque somos circundantes de uma área a nível de arroz de milho, tudo isso acho que pode-nos ajudar bastante, temos todas as condições a nível de terras, de água, e depois a nível turístico não é um concelho ainda muito desenvolvido, e aí pode ser um bom projeto, atendendo que temos realmente ainda poucas infra estruturas nesse sentido, quando eu digo infraestruturas mais precisamente hotéis de turismo rural, não temos ainda muita coisa e está em desenvolvimento e aí pode ser uma boa aposta (...) tendo sol, temos Figueira da Foz aqui pertinho”</p> <p>“Temos uma coisa boa, temos a nível de sítio, estamos bem localizados para</p>	EF3, EM4, EM5, EM6

		<p>termos indústria têxtil, temos deslocações fáceis, estradas boas (...) temos bons terrenos, boas regas, terrenos férteis, temos tudo”</p> <p>“Os campos de arroz, os campos de trigo e isso assim (...) com aquilo que até fizeram este fim de semana, o Trail e isso assim, para as pessoas conhecerem um bocado do que é Soure (...) e estamos perto do mar”</p> <p>“Temos uma entrada de autoestrada próxima”</p>	
	Desfavoráveis	<p>“Agora uma pessoa puxa e as outras puxam para baixo não, era preciso que as pessoas se unissem. Aqui existem muitos terrenos ao abandono, as pessoas jovens vão-se embora e o concelho fica mais pobre, podiam dar mais apoios para as pessoas investirem, em vez de comprarmos os produtos aos outros países”</p> <p>“A nível de turismo penso que não, olhe não lhe sei dizer porque não tem nada, não chama investidores (...) temos uma zona industrial fraquinha, meia dúzia de empresas e empregam pouco gente”</p>	EM4, EM6



ANEXO M - Matriz de Enquadramento Lógico

	Lógica de intervenção	Indicadores objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Pressupostos
Objetivo geral	Promover a integração social de pessoas desempregadas e o desenvolvimento sustentável do concelho de Soure.	Número de postos de trabalho criados; Número de ações de educação e formação realizadas; Número de idosos a colaborar no projeto; Produtos cultivados; Receitas, despesas e investimentos; Número de pessoas que visitaram a região; Efeitos/benefícios para os colaboradores e para a comunidade local	Contratos celebrados; Dossiers de acompanhamento de todas as ações e respetiva avaliação; Fichas de participação e colaboração nas atividades; Listas de produção de produtos; Orçamentos e faturas; Inscrições nas atividades turísticas; Inquéritos; Relatório anual de atividades; Relatório Financeiro; Grelhas de observação participante; Bateria de testes de avaliação psicológica; Reuniões	Recursos humanos, financeiros e materiais; Vontade das pessoas para trabalhar no meio rural e na agricultura; Vontade dos idosos para colaborar no projeto; Pessoas/entidades interessadas em ações de educação e formação; Clientes
Objetivo específico 1	Desenvolver uma atividade educativa e formativa no âmbito da educação ambiental e cultural, da agricultura, alimentação saudável e	Número de ações desenvolvidas; Número de participantes em cada ação;	Dossier de acompanhamento; Fichas de inscrição e de presença; Fichas de avaliação das ações;	Parceria com as escolas e centros educativos; Clientes/participantes; Idosos;

	empreendedorismo;				
Resultados	Conhecimento sobre os alimentos, suas propriedades e possibilidades de confeção; Atitudes de conservação do meio ambiente e preservação dos recursos endógenos; Práticas empreendedoras; Realização de produtos de artesanato; Conhecimento sobre a história do concelho, monumentos, tradições,... Boa prática de gestão agrícola;	Número de portfólios; Quantidade de atividades realizadas; Produtos de artesanato confeccionados;		Lista de entrega de portfólios; Fichas de atividade realizadas no portfólio; Dossier de monitorização; Ficha de inscrição e presença; Fichas de avaliação de atividade; Catálogo de produtos de artesanato; Dossier de acompanhamento das sessões de consultoria agrícola	Clientes/participantes; Idosos;
Atividades	Portfólio alimentar; Programa de educação ambiental e cultural; Programa de educação para o empreendedorismo; Ações de formação pontuais, workshops culturais e agrícolas; Consultoria agrícola	Recursos /meios	Recursos institucionais; Recursos humanos; Recursos físicos e financeiros	Administrativo, Gestor; Técnico de Ciências da Educação, Nutricionista, Engenheiro do Ambiente, Formadores, Consultor agrícola, Espaço físico para realizar as ações de formação e workshops; consumíveis, internet, computador; telemóvel;	Clientes/participantes; Idosos;
Objetivo específico 2	Desenvolver uma atividade agrícola em harmonia com a natureza, proporcionando alimentos frescos e de qualidade.	Quantidade de produtos agrícolas produzidos sem recurso a pesticidas, herbicidas, ou outros produtos químicos		Lista de produtos agrícolas cultivados; Lista de produtos usados nas culturas;	Clientes; Condições atmosféricas; Idosos;

Resultados	Reutilização de compostos orgânicos; Produção e venda de hortícolas de valor acrescentado; Preservação do solo; Serviço de proximidade/satisfação ao cliente;	Quantidade de material orgânico reutilizado; Quantidade de produtos produzida e vendida; Características do solo; Grau de satisfação do cliente		Cestos de compostagem; Faturas; Lista de entregas; Análises aos componentes do solo; Questionário de satisfação ao cliente	Clientes; Idosos; Condições atmosféricas;
Atividades	Vermicompostagem; Hortas Virtuais com serviço de entregas ao domicílio; Cabazes biológicos;	Recursos /meios	Recursos institucionais; Recursos humanos; Recursos físicos e financeiros	Criação de uma marca/empresa; Estabelecimento de parceria com a empresa Myfarm; Engenheiro agrónomo; Técnico(s) agrícola(s); Terrenos, espaço físico para lavagem e armazenamento dos produtos, matéria-prima, viatura, material adequado para a realização de vermicompostagem, cestos para entregas, computador, consumíveis, ferramentas agrícolas	Funcionamento da parceria; Clientes; Idosos; Condições atmosféricas;
Objetivo específico 3	Desenvolver atividades de turismo de modo a valorizar as tradições e o património local.	Número de ações desenvolvidas; Número de participantes;		Dossier de monitorização; Ficha de avaliação das ações; Fichas de inscrição e presença;	Clientes

Resultados	Aumento de locais para alojamento; Valorização das tradições e do património locais; Dinamização do setor turístico no concelho;	Quantidade de edifícios recuperados; Número de participantes nas atividades; Número de estadias/dormidas;	Lista de quartos/casas disponíveis; Ficha de inscrição e presença; Reservas e faturas;	Clientes; Edifícios; Recursos financeiros elevados;	
Atividades	Recuperação/reabilitação de casas rurais; Programa turístico de aprendizagem e participação em atividades agrícolas e culturais tradicionais (vindima, escamisa do milho, olaria, folclore...); Panfleto de roteiros e atividades no concelho; Pacotes turísticos com visitas guiadas;	Recursos /meios	Recursos institucionais Recursos humanos Recursos físicos e financeiros	Parcerias com a Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure, com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, com agricultores locais e grupos tradicionais; Engenheiro civil, trabalhadores da construção civil; Técnico de Turismo, edifícios para recuperação; consumíveis; computador;	Funcionamento das parcerias; Idosos; Recursos financeiros elevados; Clientes;
Objetivo específico 4	Fomentar o envelhecimento ativo da população idosa.	Número de idosos a colaborar e a participar nas atividades	“Contratos” de colaboração	Vontade dos idosos em colaborar e participar nas atividades	

ANEXO N - Esquema simplificado da EcoVilla de Saurio

EcoVilla de Saurio

Promover a integração social de pessoas desempregadas e o desenvolvimento sustentável do concelho de Soure

Desenvolver uma atividade educativa e formativa no âmbito da educação ambiental e cultural, da agricultura e alimentação saudável e empreendedorismo

Unidade de Educação & Formação

Desenvolver uma atividade agrícola em harmonia com a natureza, proporcionando alimentos frescos e de qualidade

Desenvolver atividades de turismo de modo a valorizar as tradições e o património local

Unidade Agrícola

Hortas Virtuais com serviço de entregas ao domicílio
Vermicompostagem
Cabazes biológicos

Estratégias:
Equipas colaboradores + idosos
Prioridade na contratação de desempregados residentes no concelho
Divulgação nas redes sociais e em flyers
Descontos promocionais
Serviço de qualidade

Portfólio Alimentar
Programa de educação ambiental e cultural
Programa de educação para o empreendedorismo
Ações de formação
workshops culturais e agrícolas
Consultoria agrícola
Panfleto de roteiros e atividades no concelho

Unidade Turística

Recuperação/reabilitação de casas rurais
Programa turístico de aprendizagem e participação em atividades agrícolas e culturais tradicionais (vindima, escamisa do milho, olaria, folclore...)
Panfleto de roteiros e atividades no concelho
Pacotes turísticos com visitas guiadas

Parcerias:

MyFarm; Agricultores locais
Cooperativa agrícola de Soure
Câmara Municipal de Soure
Terras de Sicó; ADCNS
Grupos de Folclore

Fomentar o envelhecimento ativo da população idosa

Equipa: Gestor, Engenheiro agrónomo;
Engenheiro do ambiente;
Nutricionista; Técnico(s) agrícola(s);
Formador(es); Consultor agrícola;
Técnico de turismo; Administrativo; Técnico de Ciências da Educação; Idosos; Engenheiro Civil; Trabalhadores da Construção Civil